



**Gênero e
Interdisciplinaridade**

ISSN: 2675-7451

Vol. 02 - n 04 - ano 2021



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA





Gênero e Interdisciplinaridade

ISSN: 2675-7451
Vol. 02 - n 04 - ano 2021

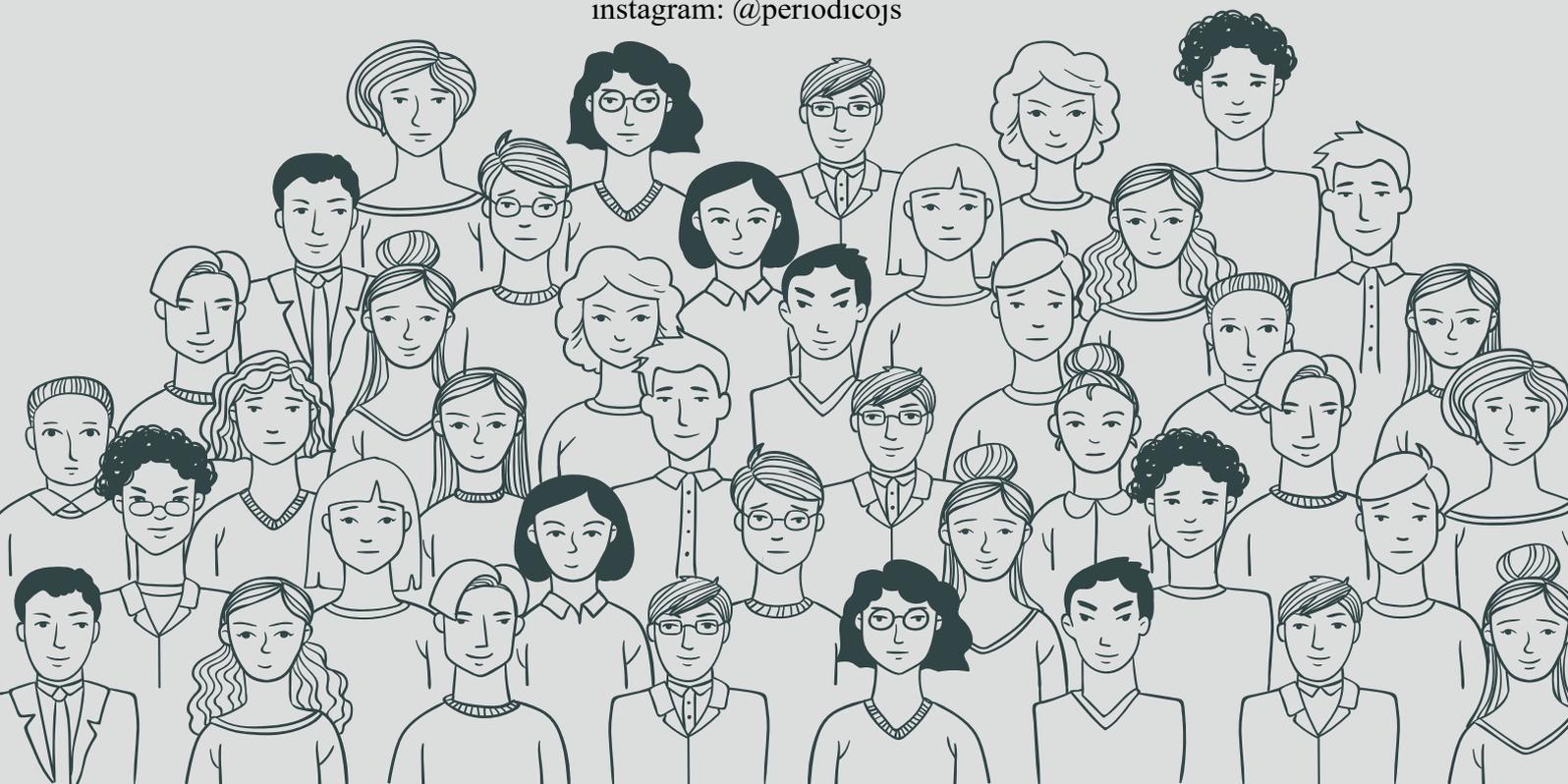


Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs



Editorial



A missão da Revista Gênero e Interdisciplinaridade (GEI) destina-se a informar a comunidade acadêmica sobre os desafios e perspectivas que revestem a discussão interdisciplinar das ciências humanas e do gênero. O objetivo da GEI é estimular o debate e produção científica com o propósito de produzir conhecimentos e atuar como transformador social e instrumento de reflexão para uma isonomia entre os indivíduos. O público-alvo de nossa revista é pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a GEI aceitará a participação em coautoria. A Revista possui um conjunto de Seções para recebimento de trabalhos científicos, como:

•**Seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas:** Seção interdisciplinar que recebem trabalhos de língua portuguesa, espanhola, inglesa ou francesa produzidos através de pesquisas ou reflexões acadêmicas na área das ciências humanas;

•**Seção de Estudos sobre Gênero:** essa seção se destina a discutir assuntos que versem sobre a temática de gênero, podendo abordar temas como: direitos Homoafetivos, lutas LGBTI, teoria queer, direitos huma-



nos e políticas públicas de gênero, saúde, multiculturalismo, religião, povos tradicionais, inclusão social, pensamento africano, populações afro e diáspora negra;

Sumário



Estudos em Gênero



QUEREMOS SER COMO ELAS: QUESTÕES DE PODER E GÊ-
NERO

8

Estudos em Interdisciplinares



PRÁTICAS TECNOLÓGICAS NO ÂMBITO ADMINISTRATI-
VO EM UM INSTITUTO FEDERAL

20

4

A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE
ACOLHIMENTO: DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO

42

MÚSICA E GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO



75

PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL: QUE PROFISSIONAL É
ESTE E O QUE ELE FAZ?

100

OS DESAFIOS DA EJA: DO FRACASSO ESCOLAR À EVASÃO

111

A TRANSMIDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DO LEITOR CONTEM-
PORÂNEO

119

PONTUAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA CULTURA DE PAZ
COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RECIFE

146

HABILIDADES SOCIAIS DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO
BÁSICA FRENTE À AFETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

164

DIVERSIDADE CULTURAL: UM OLHAR PARA AS BASES
LEGAIS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCEN-

5



TE

184

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING JURÍDICO

214

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA ENQUANTO PRÁTICA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA NO BRASIL

241

USO DE ARTIVISMOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

257

MATERNIDAD SUBROGADA EN MÉXICO

273



Estudos em Gênero



QUEREMOS SER COMO ELAS: QUESTÕES DE PODER E GÊNERO

WE WANT TO BE LIKE THEM: ISSUES OF POWER AND GENDER

Juliana Neri Munhoz¹

Resumo: Este artigo traz a experiência de um grupo masculino que surge de um feminino, nos referimos aos Irmãos Azuis que descendem das Irmãs Azuis. Esta realidade é inusitada frente ao que encontramos em Congregações religiosas femininas. A partir da história da trajetória dos grupos religiosos, entendemos quem são estes que “querem ser como elas” a partir de suas relações, interações e processo formativo que se modificam pelas questões que envolvem poder e gênero.

Palavra-Chave: Congregações religiosas; poder; gênero

Abstract: This article brings the experience of a male group that arises from a female, we refer to the Blue Brothers who descend from the Blue Sisters. This reality is unusual compared to what we find in women’s religious congregations. From the history of the trajectory of religious groups, we understand who these “want to be like them” are, based on their relationships, interactions and training process that are modified by issues involving power

¹ Doutora, mestre e especialista em Ciência da Religião pela PU-C-SP

and gender.

Keyword: Religious Congregations; power; gender

Neste artigo trataremos de uma experiência em que encontramos mulheres que serviram como modelo para homens, nos referimos aos Irmãos Azuis, um ramo masculino que descende da Congregação da Imaculada Conceição de Castres, as Irmãs Azuis, fundada por Emilie de Villeneuve, na França, em 1836. O inusitado foi que após anos de desenvolvimento e expansão da Congregação das Irmãs Azuis aparecem homens que “querem ser como elas”. Ou seja, após tantos anos da fundação feminina, aparecem homens interessados em seguir e partilhar experiências formativas com o grupo feminino.

Entende-se que, pelas

regras do Vaticano, eles não poderiam “ser como elas”, ou seja, ser uma vertente masculina das Irmãs Azuis e ter Emilie de Villeneuve como sua fundadora. Uma Congregação feminina inspira e oferece as bases para uma masculina, recorrendo a um método genético- histórico, estabelecendo uma história sociorreligiosa, e neste processo, buscamos analisar as relações estruturais e os atores sociais envolvidos neste contexto.

Mesmo com a inviabilidade e dificuldades, eles não buscaram outras instituições e conseguiram autorização para partilhar experiências formativas com elas, estando sob sua orientação, afastando-se assim do que é proposto para quem deseja seguir a vida religiosa como sacerdote. E realmente, no início do processo, não desejavam ser sacerdotes. Seu percurso foi cheio

de percalços e em 2016 se tornaram sacerdotes formando uma Associação Pública Clerical em Santa Cruz, na Bolívia. Fez-se necessário verificar as dificuldades, interações, contexto eclesial e histórico que fizeram parte desta história.

QUEM SÃO ELAS?

Para falar sobre estas mulheres e sobre a instituição feminina que ofereceu bases para homens atuarem revisitamos a história da Congregação da Imaculada Conceição de Castres, que “fascinou” os Irmãos Azuis e permitiu que uma nova dinâmica aparecesse. A história delas é uma história repleta de lembranças, silêncios, censuras. Buscamos compreender a forma como pensavam e agiam as irmãs e analisamos os registros e os momentos significativos desta

história: o perfil da fundadora Emilie de Villeneuve, o modo de ser das irmãs (com suas regras) e a expansão da Congregação pelo continente africano, Brasil, Paraguai e Bolívia, movimento emoldurado pelas relações de gênero.

O nascimento da Congregação se apresenta nestes escritos da irmã azul Carlota Strevis sobre a vida religiosa na França associada ao período de nascimento da fundadora Emilie de Villeneuve:

Ao despertar da aurora do século dezanove, a vida religiosa apareceu novamente na França. Muitas Congregações foram fundadas sobre os escombros amontoados pela Revolução e entre estas é notável a das Irmãs da Imaculada Conceição. [...] A jovem fundadora é a terceira filha do Conde Luiz de Villeneuve- Haute-

rive e da condessa Rosa d'Avessens. Nasceu em Tolosa a 9 de março de 1811. O seu primeiro ideal foi dedicar-se e servir a Deus debaixo da touca das filhas de São Vicente de Paulo (STREVIS; AYMA; HILARION, 1960, p. 9).

Através do que se chamou “manifestação da graça divina”, como registrado nas memórias da Congregação, com 25 anos Emilie “devia ser na sua própria terra a fundadora de uma nova obra”, porém com aprovação de seus diretores espirituais, Padre Leblanc (Província de Toulouse) e Padre Le Camus: “Consultados dois prudentes sacerdotes: o padre Leblanc seu diretor, da Província de Tolosa, e o padre Le Camus que tivera a ocasião de encontrar várias vezes, quer em Castres, quer no castelo de Gaix,

e no qual depositava a confiança mais filial” . Também é citado Dom de Qualy: “Dom de Qualy, arcebispo de Albi, aprovou a empresa, fazendo a predição seguinte: A Providência conduzirá tudo de tal modo como se vos levasse pela mão” (STREVIS; AYMA; HILARION, 1960, p. 10)

A cor azul do hábito as identifica e é como ficam conhecidas: “A Congregação da Imaculada Conceição foi fundada para exaltar esse glorioso privilégio de Maria Santíssima e por isso as religiosas ostentam como Librés as cores de sua celeste mãe: branco e azul da qual receberam a doce designação de Irmãs Azuis” (STREVIS; AYMA; HILARION, 1960, p. 32)

Nesse processo a Congregação encontra tanto em sua formação, como nas missões no continente africano e latino americano a necessidade do aval de

padres e bispos, além de questões que permeavam as regras da Congregação e os comportamentos das Irmãs em Castres até suas adaptações em outros espaços e culturas. As missões traziam desafios e novidades para vida religiosa. Os projetos pastorais chegam com as Congregações, instaurando e contribuindo com uma nova cristandade na América Latina.

Nesta história percebemos a colonialidade do poder e o movimento decolonial com a existência de práticas como o carisma aberto das irmãs e a vocação itinerante. As narrativas se baseiam na distribuição do poder de registro, com marcas de colonialidade de poder, controle mesmo à distância das freiras em missão.

Nessa história a divisão de papéis entre mulheres e homens fica implícita, uma divi-

são relacionada pelo espaço, que divide os corpos masculinos e femininos. Mesmo com a modernização da Igreja, tanto a Conferência de Medellín quanto Puebla tiveram dificuldade de tratar a questão de gênero, sem empoderar as religiosas.

QUEM SÃO ELES?

Com essa ampliação e atuação da Congregação das Irmãs Azuis, aparecem jovens que querem seguir como elas, um paraguaio e um argentino na década de 1990. Cada um deles participava separadamente, trocavam cartas com as irmãs sobre suas vontades e posteriormente conversaram entre eles mesmos. Encontramos diferentes narrações sobre o surgimento do grupo: o texto canônico trazendo uma história contada pela hierarquia. Neste documento eclesial está a

cronologia e os passos dados por eles: em 2002 iniciaram uma experiência com as irmãs; em 2004 a superiora geral autoriza e aprova o Estatuto. Segue para o ano de 2016 em que eles se tornam sacerdotes, sendo um deles pároco da Paróquia São Silvestre, em Santa Cruz na Bolívia.

Quando consideramos a história eclesial encontramos uma leitura canônica masculina que é feita por homens e pelo poder. Nas entrevistas realizadas com eles e com as irmãs que participaram dessa trajetória aparecem alguns aspectos que não foram apresentados nos documentos apresentados. Como suas motivações iniciais, informações sobre as primeiras atividades com as irmãs, também a incerteza em serem padres em um primeiro momento. Além do papel das irmãs frente a sua formação religiosa e da burocracia

e dificuldade de efetivamente se tornarem um grupo.

Cada um deles participava e atuava com as irmãs separadamente, sem se conhecer, tendo o mesmo desejo de serem Irmãos Azuis. Trocaram cartas com as irmãs e dialogaram sobre esta vontade de seguir o carisma de forma mais efetiva. O encontro dos dois e o contato entre eles permitiu que essa união se desmembrasse em algo maior. E este contato ocorreu através das irmãs que queriam maior participação deles nas missões. MUNHOZ, 2020.

Um deles conta que fazia de tudo em sua missão, que era como um “curinga” entre elas, aquele que fazia diversas atividades: na escola, catequese de adultos, sendo responsável pelos meninos no internato, enfermeiro quando uma irmã está ausente, como secretário da es-

cola. Algumas coisas interessantes foram estabelecidas entre a Congregação das Irmãs Azuis e os Irmãos Azuis:

[...] permissão para missão em Pirizal no Paraguai compartilhando a missão de educadores com as irmãs e vivendo na casa ao lado da comunidade; não haverá nenhum laço jurídico nem econômico com a Congregação das Irmãs Azuis; A irmã Provincial determinará quem os acompanhará e fornecerá o material necessário sobre a espiritualidade de Emilie e o bispo local será informado sobre a experiência;

Todas estas determinações colocadas pela Congregação das Irmãs demonstram como toda aprovação e toda essa experiência esteve a cargo delas, e

que, ao mesmo tempo, o não estabelecimento de laço jurídico e econômico com as irmãs lhes dá autonomia e, de alguma forma, diminui uma dependência administrativa e jurídica em relação a elas (MUNHOZ, 2020).

Os irmãos assim fizeram sua preparação perto do Noviciado das irmãs azuis em Assunção, depois do período de experiência na região do Chaco paraguaio. Desta forma, eles se propuseram a sair de uma cidade grande, como Assunção e Buenos Aires respectivamente, para seguirem em missão e trabalhar na região de Pirizal.

Não vemos no texto canônico as estratégias e negociações das freiras para que a vivência dos irmãos ocorresse, portanto, o documento inverte o que seria a história, eliminando conflitos e trazendo um olhar masculino. Percebemos nesse



sentido, alguns eixos relacionados ao poder, corporeidade e dinheiro, elementos que perpassam as questões levantadas.

SE TORNANDO UM IRMÃO E UMA IRMÃ AZUL

Neste trajeto dos Irmãos, as irmãs tiveram que buscar formas e adaptações para acolher o desafio de receber outros sujeitos. Observamos então ao esquadrinhar o processo de formação delas e deles, as relações entre a formação e a vida religiosa, observando que relações de poder fazem parte dos dois. As memórias históricas do tornar-se freira e sacerdote, desvelam o poder e suas múltiplas facetas, apontando o desafio assumido de trabalhar o seu passado, carisma de forma ativa do processo. Através do conceito de poder e gênero buscamos entender se foi uma in-

versão ou uma adaptação as leis religiosas já existentes, e qual o grau de inovação adaptativa dada aos irmãos azuis.

A história dos irmãos fez parte de uma reorganização formativa, uma inovação adaptativa. Os saberes são intercalados e a disciplinarização confirma como as coisas deveriam acontecer. A expectativa inicial era a de poderem vivenciar o mesmo carisma e de viverem como as Irmãs Azuis viviam. Porém qual seria o conteúdo que permitiria que eles fossem como elas? Será que a presença de homens traria mudanças para a instituição religiosa, que forma um corpo e possui uma forma de pensar?

Observamos que ainda na formação não se fala de corporeidade e de sexualidade. Considera-se a figura de Maria como modelo de mulher, mesmo com algumas aberturas na profissio-

nalização das freiras. Fez parte dessa análise formativa observar as mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II. Por exemplo percebemos que o CV II fez uma associação do voto de pobreza aos pobres. As Congregações fizeram esse deslocamento da vida religiosa para essa ação junto aos pobres através de dispositivos utilizados na formação que associam ação social e vida religiosa. Como por exemplo as missões que são realizadas nas etapas do Noviciado ou experiências em áreas periféricas. E que de alguma forma levaram os irmãos a atuarem neste contexto.

Podemos identificar ao longo da leitura dos processos formativos da vida religiosa a demarcação do poder que estão invisíveis nos fatos, a reconhecer a complexidade dinâmica do poder. O pensamento foucaultiano quando reflete sobre as artes de

governo cria um estudo das técnicas políticas e das técnicas do eu. Seria um processo de subjetivação e a dupla governamentalidade religiosa: a de dentro, por meio de políticas de controle dos corpos e a outra pelas estruturas hegemônicas e da Igreja. Estes seriam processos que constituem uma única dinâmica estrutural com o mesmo dispositivo de poder.

CONCLUSÃO

Consideramos assim alguns fatores que propiciaram o surgimento dos Irmãos: Uma delas é que existe uma questão histórica de que o catolicismo não poderia ficar do mesmo jeito com uma entrada grande de mulheres para as Congregações religiosas, com a feminização do catolicismo. Também a questão que a Igreja tem discutido sobre o pa-

pel dos leigos e que como a modernização do catolicismo trouxe fissuras que permitiram este fato. Os problemas com o laicato ainda perduram, tendo em vista sua complexidade de atuações e de aberturas eclesiais.

Outras considerações são as mudanças sociais e culturais trazidas pelo Concílio Vaticano II e Conferências abriram portas. Também a necessidade de ampliação da missão da Congregação das Irmãs Azuis, juntamente com a necessidade de novas vocações e na ação social que envolve a vida religiosa, integrando o processo formativo dos diferentes países latino-americanos.

Entendemos também que o poder se desloca da Congregação para a Diocese, de uma ordem criativa para uma ordem clerical. Entende-se assim que mulher não pode formar homem

o que seria considerado algo novo na situação dos irmãos. O caminho da história oficial que só pode ser a partir da hierarquia, o processo religioso envolve assim carisma e poder. Os Irmãos que “poderiam vestir rosa vestem azul”, seria uma ruptura de poder que não se pode quebrar. Quem vence esta disputa nesta separação de corpos, dinheiros e legitimidade é a hierarquia e o poder. Quem vence o carisma é o poder.

Os homens tem medo de se parecer com mulheres? Ao mesmo tempo que gostariam de seguir o mesmo caminho que as irmãs, na prática e vivência o que considerariam “ser como elas”? Como gostariam de ser tratados? Algumas observações sobre serem auxiliares e serem tratados como suas meninas em seu processo de formação chamam a atenção já que tinham autonomia financeira e não faziam sua for-

mação teológica com as irmãs. Quando tem seu papel alterado como sacerdotes há um distanciamento que demonstra a inviabilidade eclesial em “eles serem como elas”, pois eles hierarquicamente “não são como elas”, já que não poderiam continuar sobre uma organização feminina. A força dos documentos eclesiais, da tradição e da hierarquia masculina demonstra isso.

Suárez, A. L. et al. Religiosas en América Latina: memorias y contextos [en línea]. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina. Instituto de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Sociales, 2020. (Lecturas sociales; 1). Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/10510>. Acesso em: 18 mai. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

STREVIS, Carlota; AYMA, M.L.; HILARION, Irmã Saint. As Irmãs Azuis - Vida da madre Emilie de Villeneuve. São Paulo: Casa Provincial, 1960

MUNHOZ, Juliana Neri. O azul nos hábitos e nas batinas: o surgimento de uma congregação religiosa e questão de gênero. In:



Estudos Interdisciplinares



PRÁTICAS TECNOLÓGICAS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO EM UM INSTITUTO FEDERAL

TECHNOLOGICAL PRACTICES IN THE ADMINISTRATIVE FRAMEWORK IN A FEDERAL INSTITUTE

Alessandro Martins Ribeiro¹

Adriano Martins Ribeiro²

Aliger dos Santos Pereira³
tecnológicas inseridas no setor

Resumo: Introdução: Os institutos federais (IFs) representam 27% da educação tecnológica no país, estas entidades que prezam pelo ensino, pesquisa e extensão passam constantemente por inovações nos setores administrativos que aumentam a eficiência na prestação de serviço à comunidade docente, discente e externa. Metodologia: O estudo buscou relatar quais as práticas

administrativo do IF-Baiano no campus Teixeira de Freitas durante a pandemia de Sars-Cov-2, demonstraram eficiência no processo administrativo. O projeto seguiu os preceitos da Resolução da Comissão de Ética em Pesquisa (466/2012). Resultados e Discussão: O estudo obteve 90% de sua efetividade de 10 colaboradores que compõe o Departa-

1 Biomédico e Esp. em Docência do Ensino Superior. Mestrando em Ciências da Saúde - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

2 Esp. Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas

3 Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador. Docente e Tutora da Universidade do Estado da Bahia, Colegiado do Curso de Bacharel em Administração



mento de Administração Pública (DAP), dentre as práticas inseridas as salas meet representaram 4 (50%) de uso durante esse período da pandemia, o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) cerca de 3 (30%) e Pasta compartilhada VPN 2 (20%). As salas virtuais para reuniões, juntamente com plataformas de comunicação permitem a continuidade do teletrabalho, o uso do SUAP auxilia na tramitação de processos de compra, doação, dispensa e contratação de servidores, por meio do compartilhamento de pastas dos setores, dentro dos servidores do setor é possível permitir a celeridade na tramitação de notas fiscais na licitação ou liquidação. Conclusões: O uso de recursos tecnológicos por meio de softwares possibilita a eficiência na gestão do teletrabalho, especialmente no atual momento em que vive-

mos da Pandemia de Covid-19, colabora para não interromper o trabalho e acelerar principalmente a tramitação dos processos administrativos.

Palavras-chave: Institutos Federais; Pandemia de Sars-cov-2; Administração Pública.

Abstract: Introduction: Federal institutes (FIs) represent 27% of technological education in the country, these entities that value teaching, research and extension are constantly undergoing innovations in the administrative sectors that increase efficiency in providing services to the teaching, student and external community. Methodology: The study sought to report which technological practices inserted in the administrative sector of the IF-Baiano on the Teixeira de Freitas campus during the Sars-Cov-2 pande-

mic demonstrated efficiency in the administrative process. The project followed the precepts of the Research Ethics Committee Resolution (466/2012). Results and Discussion: The study obtained 90% of its effectiveness from 10 employees who make up the Department of Public Administration (DAP), among the practices included, the meet rooms represented 4 (50%) of use during this period of the pandemic, the Unified System Public Administration (SUAP) about 3 (30%) and VPN Shared Folder 2 (20%). The virtual rooms for meetings, together with communication platforms allow the continuity of telework, the use of SUAP helps in the processing of purchase, donation, dismissal and hiring of servers, through the sharing of sector folders, within the servers of the sector, it is possible to speed up the processing of invoi-

ces in the bidding or settlement.

Conclusions: The use of technological resources through software enables efficiency in the management of telework, especially in the current moment in which we live in the Covid-19 Pandemic, contributes to not interrupting the work and mainly speeding up the processing of administrative processes.

Keywords: Federal Institutes; Sars-cov-2 pandemic; Public administration.

INTRODUÇÃO

O instituto Federal da Bahia (IFBA), foi criado mediante a aprovação da lei 11.892 de 2008, possuindo atualmente 32 unidades espalhadas no estado, sendo 22 campi em pleno funcionamento, 2 campi em fase de implementação, 1 núcleo avançado,

6 centros de referência, 1 polo de inovação e 1 reitoria. Além das 32 unidades que possui, o IFBA atua em mais 81 cidades baianas, com a oferta de cursos de ensino à distância ou capacitação e apoio técnico a projetos estratégicos com foco no desenvolvimento socioeconômico do estado, como por exemplo o Programa IFBA Saneando a Bahia (PISA) (BRASIL, 2009)

Desse modo, o IFBA está presente em 113 cidades da Bahia, que corresponde a 27% dos municípios baianos, atuando em 26 dos 27 Territórios de Identidade do estado, atendendo indiretamente todos os municípios do Estado da Bahia se considerarmos que cada unidade atua como centro convergente e de expansão de ações nas áreas de educação, capacitação, empreendedorismo, pesquisa, inovação e desenvolvimento de tecnologias

(BRASIL, 2009).

O Instituto Federal Baiano campus Teixeira de Freitas, foi criado em 2010, sendo anteriormente uma escola de ensino médio integrada a agropecuária, antiga Emarc (BRASIL, 2011). Devido a necessidade da população se capacitar para o mercado de trabalho, fruto do Plano Nacional de Educação (PNE) criado em 2001, que ao longo das décadas sofreu inúmeras vertentes, e entre elas o desenvolvimento da Educação no Ensino médio, Tecnológica e Superior entregando essa responsabilidade social aos Institutos tecnológicos de criar cursos tanto subsequentes, quanto de Ensino superior (BRASIL, 2014).

A pesquisa se deu no polo em Teixeira de Freitas, capital do Extremo Sul Baiano, onde possui uma unidade acadêmica. A equipe administrativa deste

campus será o objeto de estudo a partir das práticas de inovação tecnológica, observadas no ambiente de trabalho. A Direção Administrativa e Planejamento – DAP é o setor responsável por Planejar, Coordenar, Fomentar, Controlar e Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial do Campus Teixeira de Freitas. Para tal, auxilia as Coordenações e Núcleos a ele subordinadas na execução das ações específicas de cada área de competência (BRASIL, 2011).

São divididos no quadro permanente os cargos de Coordenação Financeira e Contábil – CFC; Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF; Coordenação de Logística – NLOG; Núcleo de Almoxarifado – NALM; Setor de Patrimônio – SP; Setor de Transporte – ST; Núcleo de Contratos – NCON; Núcleo de Licitação – NL; Nú-

cleo de Compras – NCOM. Ainda consta, na equipe um estagiário estudante do bacharelado em Administração Pública (BRASIL, 2021).

A análise de levantamento buscou relatar quais práticas inovadoras inseridas no setor administrativo do IF-Baiano campus Teixeira de Freitas durante a pandemia de Sars-Cov-2, possibilitaram a continuidade da gestão administrativa. Estruturando as principais práticas inseridas no ambiente de trabalho durante o Coronavírus (março de 2020 a abril de 2021). Enfatizando a descrição da sua importância no processo administrativo eficiente na gestão do teletrabalho.

Devido a Pandemia de Sars-Cov-2, o mundo parou! Entre muitos dos setores, a Educação do Ensino Médio e Profissional Tecnológica e a gestão adminis-

trativa por trás dela. No entanto, de forma gradual as compras e licitações continuaram de forma on-line, somado a isso, o ensino teve de se moldar a situação global, deixando de ser presencial e passando a ser virtual.

As demandas administrativas, sejam acadêmicas ou gerencialistas conforme Martelli; Dandaro (2015), são estas de fluxo contínuo, isto é, as aulas foram interrompidas fisicamente mas regressaram em plataformas tecnológicas que de forma remota exige uma equipe tanto da ciência da computação atuando na criação e manutenção destes sistemas; quanto do setor de patrimônio, que colabora no conforto físico do docente, ao fornecer materiais como mesas, cadeiras e computadores que consequentemente melhora a aula, por trazer comodidade, com isso mediar um bom ensino.

Além dos colaboradores da terceirização, estarem trabalhando de forma escalonada na manutenção de setores como a própria agropecuária; que exige técnicos para manutenção do setor, seja técnico em zootecnia, agropecuária, engenheiro agrônomo e civil bem como zelador, faxineiro, carpinteiro, vaqueiro, motorista, suporte a portaria (porteiro) etc., e todos estes trabalhadores, terem de receber os seus salários por estarem no exercício da função, e mais uma vez o administrativo por meio do financeiro faz parte, organizando as folhas de pagamento e o recesso de férias, por exemplo (WINSTON, 2006).

As compras de materiais por licitação direta ou indireta, doações e projetos que demandam do setores de Transporte e Patrimônio perpetuam celeridade e fluidez na realização desde

fechar a compra até recebimento do material e realizar fixação abrupta com selo patrimonial, do qual é cadastrado o material e lotado em setores dentro do campus ou em outros por processos de transferências internas ou externas (CASADEI, 2018).

Deixado evidente da importância de estudar o setor administrativo, por ser o setor que organiza as demandas dentro de uma instituição de ensino, buscando a partir das práticas inovadoras observar como estas contribuíram na efetividade da gestão administrativa durante o atual estado de saúde do planeta.

METODOLOGIA

O estudo tem abordagem qualitativa, e quanto aos propósitos buscará uma análise descritiva. O delineamento da pesquisa é do tipo levantamen-

to. Usou um formulário on-line, criado pelo google Forms bem como respeitando a dignidade da Pessoa Humana, a coleta de dados à pesquisa ocorreu após a autorização do Coordenador do Departamento de Administração Pública da Instituição de Ensino Superior e o Comitê de Assessoramento técnico em Pesquisas aprovarem a projeto por meio de ofício 08/2021, registrando à Comissão de Ética em Pesquisa.

As pesquisas qualitativas de cunho investigativo, de acordo com Marconi (2018) fornece uma visão ampla e abrangente dos fenômenos, como um retrato, busca sistematizar os dados coletados expondo uma característica de um dado fenômeno a partir da inserção de novas características.

Descreve essas características encontradas ou que se busca correlacionar a partir da

exploração de fontes secundárias, obtidas após tratamento bibliográfico, reunindo informações que explique aquela situação, e a relacione com o objeto estudado (LAKATOS, 2017).

Por fim consegue realizar um levantamento de dados, a partir das informações retiradas dos sujeitos da pesquisa e compilar com a realidade vivida. Chegando a conclusões positivas ou negativas da relação com relação ao fenômeno pretendido (MARCONI, 2018).

A coleta das informações será por meio de um formulário investigativo criado nos formulários do Google Forms, por meio de uma pergunta norteadora com resposta subjetiva onde os profissionais da equipe da administração do órgão IF – Baiano responderam sobre quais são as práticas inovadoras do seu setor de lotação. A pergunta cria-

da é: Qual prática inovadora foi inserida e como está sendo benéfica para a gestão de trabalho no seu setor?

Em teoria a possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso entre outros benefícios. Em síntese, o Google Forms pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, nesse caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa (MOTA, 2019)

Será usado o Excel.18 para tabular o número de respostas alcançadas pelos participantes e as abstenções, calculando a média aritmética e a porcentagem das respostas obtidas.

PRÁTICAS INOVADORAS



Gênero e Interdisciplinaridade

NO SETOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS IF- BAIA-NO TEIXEIRA DE FREITAS

A cidade de Teixeira de Freitas é um município brasileiro do estado da Bahia. Localiza-se no Extremo Sul do estado, distante 854 km da capital. Sua população estimada em 2019 era de 160. 487 habitantes, sendo a maior cidade da sua Região Geográfica Imediata e a nona maior do estado da Bahia. O município possui área territorial de 1 165,6 km² elevação de 109 m e temperatura média anual de 24,3 °C (IBGE, 2019).

São mais 72 bairros, 128 estabelecimentos de saúde, dentre eles unidades básicas de saúde (UBS), Hospital Municipal, Policlínica, Maternidade, Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA), Consórcios de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento

(UPA), Laboratório Municipal, devido a pandemia um hospital de referência para atendimento ao paciente com Covid-19, além de um centro de radioterapia ainda em construção (BRASIL, 2020).

O município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), possui uma população estimada em 160. 487 habitantes, está entre as cidades Baianas que mais receberam recursos destinados à saúde nos últimos 20 anos, se tornando polo de saúde, recebendo pacientes de todos os outros 12 municípios que configuram Extremo Sul, sendo eles Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Vereda, sendo a capital do Extremo Sul Baiano a 13^o cidade.

Toda essa composição de infraestrutura permite que os

Teixeirenses e as demais cidades que compõe o Extremo Sul da Bahia e região, busque oportunidade de trabalho e estudo. Uma dessas oportunidades é o Instituto Federal Baiano campus Teixeira de Freitas, criado em 2010, sendo anteriormente uma escola de ensino médio integrada a agropecuária, antiga Emarc (BRASIL, 2011). O IF Baiano busca administrar o ensino médio e técnico, atrelando o conhecimento adquirido para o ensino profissionalizante, ao passo que insere pessoas na sociedade com ensino médio, forma pessoas para atuar no mercado de trabalho.

Em toda organização de ensino seja pública ou particular é requerida a inserção de uma equipe administrativa para gerir o processo laborativo, dentro da organização, no IF Baiano não seria diferente, no âmbito técnico da organização, formada por

uma coordenação geral e dentro desse organograma 10 cargos do quadro permanente, além de um quadro por processo seletivo com vínculo de estágio não-obrigatório (BRASIL, 2011).

A pesquisa de campo utilizou as respostas de forma subjetiva dos integrantes desse setor, onde eles responderiam uma pergunta norteadora baseada na vivência departamental diária com objetivo dos participantes apontarem qual a prática inovadora inserida.

Qual prática inovadora foi inserida e como está sendo benéfica para a gestão de trabalho no seu setor?

Desenvolver mecanismos, sejam físicos ou tecnológicos para dar continuidade num serviço prestado ou melhorar o atendimento, cadastramento dos usuários daquela entidade ou

organização (BARACCHINI, 2002). Este é o conceito mais abrangente que temos na literatura das mais diversas revistas com e sem fator de impacto que explora a inovação no setor público.

A inovação emergiu de visões como a Schumpeteriana, seria o que conferiria o diferencial competitivo, e exatamente nisto estaria motivada. No âmbito interno ao governo, a inovação também surge como estratégia do setor público para lidar com as falhas do governo, isto é, situações em que a intervenção governamental tende a gerar mais problemas do que soluções, com o desperdício de recursos públicos (WINSTON, 2006).

A proposta de pesquisa foi alcançada, porque baseado nas visões de inovação é basicamente trazer para dentro da organização que se atua, um procedimento novo, uma teoria nova,

uma ideia baseado na cientificidade que contribua na melhoria do gerenciamento administrativo da organização. O seu impacto seja sentido ao longo dos dias que os intérpretes daquela instituição, principalmente de educação estejam vinculados.

O questionário respondido pelos participantes sobre a proposta de inovação no setor, trouxe dez (09) respostas discursivas e com isso temos um resultado significativo ao analisar a população amostral de (10) colaboradores, não deixando de ressaltar que o estagiário (não-obrigatório) não participou do levantamento por fins éticos. Assim, do quadro dos colaboradores, somente os efetivos, aqueles que passaram por processo de concurso público compuseram a amostra da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUS-

SÃO

A partir da aplicação do Formulário a pesquisa alcançou 90% da totalidade de colaboradores presentes. A única resposta que não se obteve foi de um colaborador permanente que estava de férias remuneradas, este é representante de um dos setores da Direção Administrativa e Planejamento – DAP.

Compilando as respos-

tas subjetivas obtidas, pode ser exposto quais são essas práticas que ao serem inseridas na gestão corroborou na qualidade do serviço prestado. Por meio de um quadro, estarão as respostas.

Quadro 1. Principais práticas inovadoras no setor administrativo do campus Teixeira de Freitas – Ba

Programas e Sistemas usados na gestão Administrativa:		% Percentual	Ano que foi criado
Salas de reunião no Aplicativo (Meet)		50%	2021
Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)		30%	2019
Pasta compartilhada VPN.		20%	2016
09/10 colaboradores responderam ao que se foi indagado.	O coeficiente da relação é descritiva, logo o preditivo mais importante nesse tipo de pesquisa é a análise do somatório das respostas a média aritmética (Ma). Os colaboradores corresponderam a 90% do total lotado no setor DAP (10). Desse total, não houve Desvio padrão (DP) nas respostas ao questionamento, exposto abaixo:		

Relação: 50%+30%+20%=100%.		
Foram no total três (03) práticas apontadas pelos 09 colaboradores. E estas se repetiram em diferentes respostas. As principais e repetidas estão no quadro.	100%	2021

O quadro acima aponta as três principais inovações tecnológicas retrospectiva e prospectiva inserida na administração pública do IF Baiano que permitiu remodelar a forma de trabalho, discutiremos cada uma dessas práticas do viés tecnológico.

PRÁTICAS INOVADORAS PELA ORGANIZAÇÃO

Salas de reunião no aplicativo Meet.

Baseado nas respostas os participantes expuseram o trabalho remoto mediado por plataformas diversas, a mais usada é o google meet.

“A principal prática inserida nesse período de Pandemia foi o trabalho remoto. Trabalhamos através de um sistema de processos online, sistema de pagamento do governo federal (Siafi), sistema de registro de materiais adquiridos, dentre outros, que já utilizávamos, mas que a partir do trabalho remoto, pudemos verificar que é possível essa prática, alinhada com uma boa comunicação entre os membros da Direção Administrativa [...]”.

O google meet é (antes chamado Hangouts Meet) só poderia ser usado caso o usuário

pagasse pelo serviço. Agora, o acesso gratuito pode ser feito de forma simples no computador, através do e-mail da Google: o Gmail. Além disso, o Google Meet também se encontra disponível para dispositivos móveis, por meio de download do aplicativo Google Meet (FRANCO, 2020).

Suporta até 100 participantes nas reuniões remotas, sejam eles internos sejam externos (isto é, indivíduos que não possuem cadastro no Gmail). Para que isso ocorra, basta que o anfitrião do evento compartilhe o link das reuniões remotas com os interessados em dela participar. Ao acessarem o link, o responsável pelo encontro virtual recebe uma mensagem em sua tela, o que lhe permite autorizar ou não a entrada desses indivíduos na interação on-line. Até a data estipulada pela Google, será per-

mitido promover reuniões com tempo máximo de 24 horas; hoje, não existe também limitação para a quantidade de encontros virtuais a serem realizados (ALVES, 2017).

Com a possibilidade de compartilhamento da tela pelo anfitrião, arquivos elaborados em programas como Word, Excel, PowerPoint ou outros, amplamente utilizados no ensino presencial podem ser visualizados por todos os membros da reunião, na versão solvida (paga) o criador da sala pode expor o material didático e ser visto ao mesmo tempo pela Webcam pelos convidados (FRANCO, 2020).

Por fim, o Google Meet disponibiliza a ferramenta de bate-papo chat, por meio da qual o anfitrião pode se comunicar verbalmente com os convidados, e esses podem interagir também entre si. O bate-papo da ferra-



menta fica o tempo todo, disponível durante a exposição do assunto para que os integrantes da sala compartilhem troca de informações, links, sites, assim dados científicos que enriqueçam a discussão da reunião remota (ALVES, 2017).

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

Segundo os participantes da pesquisa, a principal tecnológica retrospectiva criada que colabora na gestão do trabalho eficiente é:

“O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) foi implantado no IF Baiano em 2019 e começou a ser utilizado pelo Campus Teixeira de Freitas em janeiro de 2020. No setor de Contratos o sistema colaborou para a celeridade

na tramitação de documentos, inclusive entre Administração e empresas contratadas; diminuiu consideravelmente o uso de papel, visto que não é mais necessário imprimir a maioria dos documentos. Além de tudo isso, foi essencial para a continuidade dos serviços durante o período de teletrabalho e distanciamento social”.

O SUAP, é um software concebido e com desenvolvimento iniciado em 2007, o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) foi proposto pela Diretoria de TI do IFRN. Seu objetivo era gradualmente apoiar aos diversos setores, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Direções Gerais dos campi em suas ações. Para tanto, ao longo desses anos, o aperfeiçoamento do

sistema sustentou-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRN, abrangendo as oito dimensões sistêmicas definidas: Administração, Assistência Estudantil, Ensino, Extensão, Gestão de Pessoas, Pesquisa, Planejamento e Tecnologia da Informação (CASADEI, 2018).

Em 2018, o sistema já conta com mais de 40 módulos, automatizando e gerenciando os processos de Gestão de Pessoas; Gestão Acadêmica; Controle Patrimonial e de Almoxarifado; Ponto Eletrônico; Planejamento Anual e Gestão Orçamentária; Gestão de Projetos de Pesquisa, Inovação e Extensão; Gestão de Protocolo de Documentos; Controle de Acesso a chaves de ambientes; Gestão de Viagens Institucionais e Frota de Veículos; bem como Gestão de Contratos e Convênios (CASADEI, 2018).

Em 2021, o SUAP está

presente no sistema de gestão da organização nos mais de 14 campi do IFBA, este sistema colabora para a celeridade do processo administrativo ao passo que viabiliza a tramitação dos processos administrativos, gerenciais, do recursos humanos e demandas acadêmicas, etc.

Pasta compartilhada VPN.

Segundo Corso (2003), a VPN é uma rede privada virtual, considerada de acesso restrito, construído sobre a infraestrutura de uma rede pública (recurso público, sem controle sobre o acesso aos dados), normalmente a Internet, um tipo específico de ligação entre redes Intranet que utiliza a Internet como meio de conexão, ou através de links dedicados ou redes de pacotes (como X.25 e frame relay, ou rádios digitais) para conectar redes remotas.

Devido à facilidade deste tipo de implementação, muitas empresas acabam criando enormes redes que interligam suas sedes regionais. Esta ligação permite que os usuários da rede da empresa comuniquem-se entre si ou com parceiros, fazendo parte da Extranet. Uma VPN pode funcionar como uma imensa rede privada de comunicações, com tráfego de alcance global (CORSO, 2003).

“Os colaboradores ressaltam que o uso de pastas compartilhadas via VPN, permite somente usuários e equipamentos que tenham sido autorizados a fazer parte de uma determinada VPN é que podem trocar dados entre si informações”.

Por isso, a autenticação é importante para garantir que o originador dos dados que tra-

fegam na VPN seja, realmente, quem diz ser. Um usuário deve ser identificado no seu ponto de acesso à VPN, de forma que, somente o tráfego de usuários 15 autenticados transite pela rede (CORSO, 2003). No modo remoto, os trabalhadores da administração acessam em casa, do seu notebook ou computador de mesa, as pastas dos setores após, uma rede-mãe permitir acesso, isto sendo autorizado pelo chefe do setor à sua entrada na pasta compartilhada.

CONCLUSÕES

O uso de recursos tecnológicos por meio de softwares possibilita a eficiência na gestão do teletrabalho, especialmente no atual momento em que vivemos da Pandemia de Covid-19, colabora para não interromper o trabalho e acelerar principalmente a

tramitação dos processos administrativos.

O administrador público é inserido nesse setor como chave do processo de gerenciamento das demandas, este influencia o trabalho, separa os comandos e envia por meio institucional aos coparticipantes do setor. Em seu escopo ele cria as diretrizes a serem seguidas e descentraliza as operações aos encarregados.

O trabalho apesar de ser remoto, continua em fluxo contínuo, como foi dito na justificativa desse artigo, é o setor que mais realiza atividades laborais, todos os dias surgem empréstimos de servidores, compras de bem tanto para o setor de almoxarifado, quanto para melhorar a qualidade de um setor, ou aplicabilidade de aula, nesse caso o setor acadêmico.

A natureza do administrador público, lotado em se-

tor administrativo em entidade da administração indireta, sob forma de fundações pública é diversa, atua sozinho quando decide numa reunião quando e onde licitar mais patrimônios por meio de tomada de decisão compartilhada com os membros. E também, quando cria novas diretrizes e protocolos para dirimir o processo de trabalho como no caso dessa pesquisa sobre devido o Sars-cov-2 e sua disseminação global.

O ponto fundamental de ser gerenciador público é saber lidar com pessoas e tecnologias. Mesmo sem pandemia, foi percebido a necessidade dos IFs renovarem a tecnologia da Informação, criando um programa que viabilizasse a diminuição do uso do papel em processos físicos, passando a serem eletrônicos via SUAP. A pasta com as notas fiscais eletrônicas via VPN que usa

uma criptografia e que só pode ser acessada com permissão primária do responsável técnico.

De modo geral, trabalhar em grupo também mudou a sua metodologia via plataformas como a citada google meet, é possível realizar reuniões de teletrabalho remoto, e conciliar as decisões compartilhadas por todos os setores, no chat é possível trocar experiências daquela situação levantada, selecionando a forma mais viável para acelerar o desenvolvimento do trabalho.

Diante o exposto, a inovação na administração pública é importante por permitir que novos ideais, tecnologias sejam implementadas na continuidade e melhorar dos serviços prestados. Sugerir novas ideias no processo de teletrabalho como salas remotas via plataforma Meet foi fundamental para o serviço prestado pelos colaboradores não pararem.

Ao passo que usar sistemas que viabilizem os processos de compras e doações via SUAP sem poluir o meio ambiente com tantos processos físicos é exponencial na difusão de sustentabilidade dentro de uma organização como o IF Baiano, especialmente o do campus de Teixeira de Freitas que possui uma biodiversidade composta por uma flora abundante.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. Hangouts Meet: app do Google para videochamadas pelo PC e celular. Tech tudo. 13 de mar 2017. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/hangouts-meet.html> Acesso em: 17 de mai. de 2020

BARACCHINI, Sabrina Addison. A inovação presente na administração pública brasileira.



Rev. adm. empres., São Paulo ,
v. 42, n. 2, p. 1-6, June 2002 .
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi75902002000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Apr. 2021.

BRASIL (2009). Ministério da Educação. CAMPI: Instituto Federal da Bahia (IFBA). Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/campi/escolha-o-campus>>. Acesso em 24 de abr. 2021

BRASIL (2011). Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Teixeira de Freitas: Histórico. Disponível em: <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/campus/historico/>>. Acesso em 24 de abr. 2021

BRASIL (2014). Plano Nacional de Educação – PNE. Disponí-

vel em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abr. 2021

BRASIL (2021). Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Teixeira de Freitas: Direção Administrativa. Disponível em: < <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/direcao-administrativa-2/> >. Acesso em 24 de abr. 2021

CASADEI, Tarso Latorraca. Avaliação arquitetural do Sistema SUAP: uma análise sistematizada sobre desempenho. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Metrópole Digital, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Software. Natal, RN, 2018. 81 f

CORSO, Ildo. Implementação de serviços de e-gov em prefeituras



municipais, usando provedores de serviços de aplicação. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Ciência Da Computação. Florianópolis, Junhode2003.

FRANCO et al. Ensino Remoto: Análise Comparativa do Zoom e do Google Meet no Contexto Educacional da Pandemia 2020. XIV Congresso Internacional de

Linguagem e Tecnologia Online. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/> >. Acesso em: 17 mai. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. Pesquisa Regional da capital do Extremo Sul Baiano: Teixeira de Freitas-Bahia. Bahia: IBGE. 2019.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico:

projetos de pesquisa/pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. – 8. ed. – [2. Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2018.

MARTELLI, Leandro Lopes; DANDARO, Fernando. Planejamento e Controle de Estoque nas Organizações. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR Campus Ponta Grossa - Paraná – Brasil. ISSN 1808-0448 / v. 11, n. 02: p. 170-185, 2015 D.O.I: 10.3895/gi.v11n2.2733 Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Downloads/2733-8973-1-PB.pdf> >. Acesso em 24 de abr. 2021

MOTA, Janine Silva da. Use of



google forms in academic research. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.12 – 2019. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/1106-Texto%20do%20artigo-5581-3-10-20191011.pdf >. Acesso em 24 de abr. 2021

WINSTON, C. Government failure versus market failure: microeconomics policy research and government performance. [s.l.]: Brookings Institution Press, 2006.

A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO: DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO

THE LEARNING OF CHILDREN IN RESIDENTIAL SITUATIONS: DIAGNOSIS AND INTERVENTION

Magna Eugênia Fernandes do Rêgo¹

Kátia Gerlânia Soares Batista²

Resumo: Os problemas de aprendizagem estão se tornando tópico de diversas pesquisas no campo da aprendizagem e do desenvolvimento humano, considerando a infância como a época que requer maior investimento neste processo psicológico com vista de maiores resultados. Diante disso, o presente estudo busca analisar a frequência de crianças não-alfabetizadas a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA) de um acolhimento infantil da cidade de Mossoró/RN. Para isto, foi realizada uma pesquisa documental para levantamento de dados sobre as crianças acolhidas neste acolhimento, bem como uma pesquisa bibliográfica

1 Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Pós-graduada em Saúde Mental pela Faculdades Integradas de Cruzeiro (FIC) e mestre em Letras pela UERN, pós-graduada em Neuropsicologia pela UNICORP, docente e coordenadora da Pós-Graduação UNICORP – Pólo Pau dos Ferros/RN

2 Graduada em Serviço social pela UFPB, Mestre em Serviço Social pela UFPB, docente do Curso de Serviço Social Do UNIFIP, Docente e Coordenadora da Pós Graduação UNICORP - Polo Cajazeiras

para estudar o processo de aprendizagem e o contexto dos problemas de aprendizagem presentes em crianças vítimas de vulnerabilidade em situação de acolhimento institucional elucidando as ferramentas possíveis para superação destas dificuldades. Além do levantamento que justifica estudos mais aprofundados sobre o tema, foi coletada uma pequena amostra da realidade de outras localidades (bibliográfica) e ao final foram apresentadas estratégias para lidar com esta realidade de forma a modificá-la, como por exemplo: reforço escolar, que já é utilizado no acolhimento investigado e parceria escola e acolhimento . Este artigo vem a ser um importante norteamento para lidar com esta problemática que vez ou outra se apresenta no campo da neuropsicologia que são as dificuldades de aprendizagem em

uma situação específica que é das crianças institucionalizadas.

Palavras chaves: Problemas de aprendizagem. Acolhimento institucional. Métodos de aprendizagem.

Abstract: Learning problems are becoming the topic of several researches in the field of learning and human development, considering childhood as the time that requires greater investment in this psychological process with a view to greater results. Therefore, this study seeks to analyze the frequency of illiterate children from the Individual Care Plan (PIA) of a childcare facility in the city of Mossoró/RN. For this, a documentary research was carried out to collect data on the children cared for in this care, as well as a bibliographical research

ch to study the learning process and the context of the learning problems present in vulnerable children in institutional care situations, elucidating the possible tools to overcome these difficulties. In addition to the survey that justifies more in-depth studies on the subject, a small sample of the reality of other locations (bibliographic) was collected and, at the end, strategies were presented to deal with this reality in order to modify it, such as: tutoring, which is already used in the researched host and school and host partnership. This article is an important guide to deal with this problem that sometimes appears in the field of neuropsychology, which are learning difficulties in a specific situation that is that of institutionalized children.

Keywords: Learning problems.

Institutional reception. Learning methods.

INTRODUÇÃO

Os problemas de aprendizagem estão presentes de forma cada vez mais frequente no contexto educacional, levando estudiosos à reflexão sobre o tema, suas causas e estratégias de intervenção. No presente estudo, será pesquisado acerca dos problemas de aprendizagem de crianças em situação de acolhimento institucional. Geralmente estas crianças são institucionalizadas em decorrência de serem vítimas de algum tipo de violação de direitos, logo, estão colocadas em situação de vulnerabilidade social, sendo conduzidas ao acolhimento como forma de proteção do estado, afastadas do

convívio familiar e comunitário.

Alguns autores realizaram estudos relacionados à esta temática, sendo eles: Andrade (2011); Bastos (2015); Oliveira (2016) entre outros. Eles apontam algumas possíveis causas para os problemas de aprendizagem em seus contextos investigados, figurando entre elas: infrequência escolar, violência e presença de transtornos orgânicos. Nesta premissa, compreende-se que há uma maior incidência de problemas de aprendizagem em crianças abrigadas por estarem ela em situação de vulnerabilidade em relação a outras e por estarem também vivenciando um afastamento de seu núcleo social.

Diante do que se pretende discutir, este tema possui fundamental importância para a política da educação e do desenvolvimento social, haja vista

que são as envolvidas no grupo em estudo, bem como para o desenvolvimento de estratégias a serem desenvolvidas pela escola e instituições de acolhimento em prol do desenvolvimento e aprendizagem destas crianças que, para terem seus direitos garantidos não devem somente ser institucionalizadas, à salvo da violência ocasionada em seu locus de origem, mas também, na medida protetiva, devem ter seus direitos resguardados, sendo um dos mais importantes a educação que deve ser promovida não só em seu acesso como também em sua efetividade.

O presente projeto encontra-se ancorado na perspectiva da pesquisadora a partir de sua vivência de trabalho em acolhimento, despertando a curiosidade acerca dos problemas de aprendizagem em crianças aco-

lhidas, tendo em vista que é uma realidade presente em seu convívio e que pode estar presente em outros ambientes similares. Esta pesquisa tem importância, porque além da detecção do problema, busca fornecer ferramentas para superação dele através de estratégias que estes ambientes podem estar desenvolvendo junto a estas crianças vítimas de vulnerabilidades para que possam superar tal problemática.

Sendo assim, objetiva-se com este artigo: Analisar a frequência de crianças institucionalizadas com problemas de aprendizagem a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA), para tanto, foram levantadas informações acerca da aprendizagem de crianças recém acolhidas em uma instituição de acolhimento infantil do município de Mossoró/RN; com a pesquisa

buscou-se elucidar a possível origem dos problemas de aprendizagem de crianças em acolhimento bem como demonstrar, a partir de pesquisa bibliográfica, formas de atuação nos problemas de aprendizagem para serem utilizadas nos acolhimentos.

A conjuntura social aponta que estas crianças, em sua maioria convivem em ambientes vulneráveis e com situação econômica precária, algumas delas em contexto de negligência sequer frequenta a escola, e isso gera sequelas quando chegam ao acolhimento e precisam ser inseridas em uma rotina que inclui, entre outras coisas, a educação, gerando muitas vezes distorção idade-série, etc.

Teoricamente este estudo irá gerar um aparato de conhecimento que conduzirá à prática da resolução de proble-

mas relacionados à aprendizagem de crianças acolhidas, fornecendo através dele ferramentas e estratégias que auxiliem as instituições a promoverem estas crianças, desbloqueando suas dificuldades e possibilitando seu desenvolvimento em fase tão importante que é a infância.

Deste modo, será realizada uma pesquisa documental buscando levantar dados junto a uma instituição de acolhimento infantil da cidade de Mossoró sobre a presença de problemas de aprendizagem em crianças acolhidas e uma pesquisa bibliográfica buscando constatar a presença desta problemática em outras localidades, bem como buscar estratégias de intervenção para que o acolhimento e a escola possam utilizar em busca da promoção da aprendizagem destas crianças.

O trabalho está organizado da seguinte forma: a introdução (esta que vos fala), o desenvolvimento, subdividido em três subcapítulos, a saber: “Problemas de aprendizagem”, “Problemas de aprendizagem em crianças institucionalizadas” e “Estratégias de intervenção para crianças institucionalizadas”. A seguir, tem-se a metodologia, o capítulo da análise e discussão dos resultados e a conclusão. Fechando o artigo, tem-se as referências utilizadas, e os anexos.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção serão discutidos os seguintes capítulos: Problemas de aprendizagem, Problemas de aprendizagem em crianças institucionalizadas e Estratégias de intervenção para

crianças institucionalizadas.

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Para abordar a problemática dos problemas de aprendizagem, convém antes definir o que é aprendizagem. Recorrendo à definição de aprendizagem segundo o behaviorismo como sendo uma mudança de atitude/comportamento e aquisição de novo repertório de hábitos, compreende-se que para que a criança esteja em constante aprendizagem formal ela precisa ser estimulada desde os primeiros dias de vida, assim, não haverá tanto sofrimento com uma mudança brusca já que os conteúdos serão aprendidos gradativamente. Deste modo, a aprendizagem pode ser considerada: global, contínua, gradativa, entre outras caracte-

rísticas (BARROS, 1995).

Observando isso, compreende-se que a aprendizagem é um processo que ocorre do nascimento até a morte, e pressupõe a mudança de comportamento pela aquisição de um conceito novo, é necessário compreender ainda que há diferentes formas de aprender, diversos teóricos ao longo da história desenvolveram seus conceitos sobre aprendizagem e são considerados até os dias atuais a partir de cada contexto, como por exemplo: Skinner, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, entre outros.

Acerca da aprendizagem, pode ser que alguns problemas de aprendizagem possam interferir em seu processo trazendo danos. Acerca deles, podemos subdividi-los em transtornos de aprendizagem, que são aqueles mais específicos, em alguns ca-

tos orgânicos, como: dislexia, disgrafia e discalculia, temos problemas de aprendizagem com fundo social tendo por trás delas: infrequência escolar, violência, bullying, entre outros, e além destes, temos os transtornos que podem ocasionar dificuldades de aprendizagem, podendo englobar nestes a síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Mental, Deficiência Intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, entre outros.

De acordo com Navarro e Pedrosa (s.d.) os problemas de aprendizagem atingem cerca de dez por cento das crianças em idade escolar, podendo ser detectados a partir dos cinco anos de idade podendo gerar consequências não só no seu rendimento escolar como também no relacionamento interpessoal. Os autores

explicam que estas crianças possuem nível normal de inteligência, porém, há algo que bloqueia a aprendizagem delas na captação ou processamento das informações, podendo este bloqueio ter origem física ou psicológica.

Os problemas de aprendizagem subdividem-se em dois grupos: transtornos e dificuldades de aprendizagem. Os transtornos, de acordo com Silva (2018) subdividem-se em transtornos de leitura, expressão escrita e matemática. Fletcher (et al, 2009) por sua vez, subdivide os transtornos da leitura em: reconhecimento de palavras, fluência e compreensão, incluindo ainda no grupo os transtornos da matemática e da expressão escrita.

Com relação às dificuldades de aprendizagem, Silva (2018) divide-as em duas cate-

gorias: a primeira inclui as naturais, evolutivas e de percurso e a segunda inclui as secundárias e outras patologias. O primeiro grupo aborda as dificuldades no desenvolvimento decorrente de dificuldades de acompanhar o ritmo da escola, baixa frequência, problemas familiares, entre outros, não classificados como transtornos. Por sua vez, o segundo grupo inclui problemas de aprendizagem decorrentes de alteração das funções sensoriais, seja por doença crônica, deficiência, quadros neurológicos ou decorrentes de outros problemas que interferem na aprendizagem. Segundo o autor, as dificuldades de aprendizagem “[...] caracterizam-se por serem um conjunto de sinais que provocam uma série de perturbações no aprender da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção

do conhecimento (SILVA, 2018, p.125).

Navarro e Pedrosa (s.d.) já subdividem os problemas de aprendizagem como geral e específicas, o primeiro grupo compreende:

[...] produtos estruturais e superestruturais, econômicos e sociais, políticos e culturais, que geram uma organização familiar diversificada, devido a existência das classes sociais em sua estratificação, dando, como resultado, crianças com problemas de abandono familiar, desnutrição, alienação, exploração, doenças, inadaptação escolar e outros, que

desembocam em falta de afetividade, angústia, ansiedade, egocentrismo, fadiga, melancolia, preguiça, perversidade, acanhamento, etc (NAVARRO; PEDROSA, s.d., p.143).

Os autores classificam como problemas específicos aqueles que comumente são chamados de transtornos de aprendizagem, incluindo: deficiências psicofisiológicas e físicas, afasia, agnosia, cegueira, dislexia, discalculia, disgrafia, dislalia, disfonia, disortografia, miopia, mongolismo, surdez, gagueira, mau-estar físico, entre outros. Logo, as dificuldades na aprendizagem vão ser decorrentes de origem genética ou adquirida, requerendo tratamento adequado

para superação dos problemas e consequente desenvolvimento e aprendizagem, requerendo uma equipe maior.

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Antes de englobar o universo das crianças institucionalizadas, convém explicar como está subdividida a política de Assistência Social, afim de compreender como se dá a institucionalização de crianças.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), os serviços socioassistenciais dividem-se em três grupos básicos: serviços da proteção básica, onde se concentram, por exemplo, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), neste grupo es-



tão inclusos instituições e serviços que trabalham dentro das comunidades, onde os vínculos familiares ainda estão estabelecidos, promovendo atividades de prevenção da ocorrência de vulnerabilidades em espaços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Quando os vínculos familiares e comunitários são fragilizados pela ocorrência de alguma violação de direitos, é a vez do segundo grupo, este que faz parte do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, onde a atuação mais frequente é a do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), ele tem uma metodologia semelhante à do CRAS, ofertando serviços como o Serviço de Proteção e

Atendimento Especializado à Família (PAEFI), que irá trabalhar de modo a promover os usuários vítimas de violência para que possam estreitar os vínculos e superar as violações sofridas (BRASIL, 2013).

Ainda na proteção social especial, temos o terceiro grupo, que é o objeto de estudo da presente pesquisa. Trata-se da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Este é acionado em últimos casos, quando os usuários tem os vínculos familiares e/ou comunitários rompidos e precisam recorrer a um espaço que irá trabalhar na restituição destes vínculos. Aqui se encontram, entre outras instituições, o serviço de acolhimento institucional (BRASIL, 2013).

No tocante ao acolhimento para crianças e adolescentes, a tipificação nacional descre-

ve da seguinte forma:

Acolhimento provisorio e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico,

da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos (BRASIL, 2013, p. 44).

É importante pontuar ainda que grupos de irmãos acolhidos devem ser atendidos na mesma unidade e o acolhimento é uma medida provisória, devendo ser trabalhado em juízo no menor tempo possível o retorno da criança para sua família de origem, seja ela a nuclear ou a extensa, e caso se esgotem as possibilidades de reintegração, a criança deverá ser colocada em família substituta (BRASIL, 2013).

O acolhimento institucional que irá compor o locus do estudo é um acolhimento para crianças. De acordo com as orientações técnicas para servi-



ços de acolhimento de crianças e adolescentes (BRASIL, 2009), cada instituição deverá abrigar até vinte crianças, de ambos os sexos, devendo possuir em seu quadro funcional: coordenação, equipe técnica (composta geralmente por psicólogo e assistente social) e cuidadores.

Andrade (2011) também reflete sobre a questão do afeto como importante ferramenta de promoção de aprendizagem, sendo crucial que a criança se vincule afetivamente a alguém para que tenha sua aprendizagem preservada. A autora considera que em situações de acolhimento, esta alternativa é comprometida. Também o tempo de acolhimento, geralmente delongado, pode comprometer a aprendizagem, pelo sofrimento emocional ocasionado na criança ante a insegurança dos direcionamentos que

sua vida irá tomar. Ela reforça que, por melhor que seja a instituição, uma criança colocada em um lar saudável, possui melhores resultados.

Algumas destas crianças são colocadas em condições de abrigamento vivenciando a quebra do vínculo familiar e sentindo-se culpadas por isso. Logo, a institucionalização que deveria assumir o papel de proteção, para a criança pode ser interpretada como violação e, por mais que o ambiente familiar seja violador, o desejo que elas nutrem enquanto estão no acolhimento é de voltar pra casa.

Diante disso, a autora considera que os abrigos só devem ser considerados em última instância, pois esta angústia também, assim como as violências ocasionadas no seio familiar, a situação de afastamento familiar

e comunitário bloqueia a aprendizagem das crianças e comprometem seu desenvolvimento biopsicossocial. Deve-se considerar ainda que, embora a legislação estabeleça o acolhimento como excepcional e provisório, na prática o que figura são longos anos de acolhimento tentando uma reintegração familiar frustrada que corroboram com perfis em idade avançada quando são destituídos da família e podem ir para família substituta (OLIVEIRA, 2016).

Oliveira (2016) não deixa de considerar que os problemas de aprendizagem destas crianças são oriundos do ambiente familiar violador que conviviam e isso, associado à adaptação ao novo ambiente e rotina (do acolhimento), irá agravar os problemas de aprendizagem já existentes, devendo estas insti-

tuições, enquanto promotoras dos direitos das crianças ali acolhidas, promover estratégias de promoção da aprendizagem e superação dos problemas.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

No caso dos problemas de aprendizagem geral, na perspectiva de Navarro e Pedrosa (s.d.), os autores oferecem como solução o acompanhamento psicopedagógico e educativo envolvendo o educador, a família e a comunidade. Como as crianças institucionalizadas estão naquele local provisoriamente, porém, longe de sua família e comunidade, a participação escolar é atribuída ao acolhimento, relacionando-os neste contexto como responsáveis pela criança tempo-

rariamente.

Siqueira e Dell'Aglio (2006) explicam que a visão negativa dos acolhimentos e sua interferência na aprendizagem vêm perdendo a força. Porém, para que estes sejam funcionais em relação à aprendizagem, precisam ser de pequeno porte e possuir uma estrutura de funcionários capacitada e adequada, assegurando a individualidade das crianças e a criação de vínculos que possibilitem melhor desempenho. Assim são sugeridas no estudo estratégias como: programa lúdico de atividades entre crianças e funcionários, encontros de profissionais de diferentes abrigos promovendo trocas de experiências e capacitação profissional acerca do desenvolvimento humano, práticas educativas, entre outros.

Este estudo corrobora

com a visão apresentada por Andrade (2011), voltada a estratégias de prevenção. A autora prevê que um tempo menor de acolhimento irá produzir menor dano à aprendizagem da criança, assim como a redução de crianças por cuidador, ou seja, a colocação em acolhimentos com número pequeno de crianças, favorecendo a vinculação afetiva à uma figura enquanto estão afastadas do convívio familiar.

No estudo de Oliveira (2016) os estudos apontam como estratégias de intervenção: relações estáveis, redução de eventos estressores, bom relacionamento com os pares, qualidade nos cuidados e redução no tempo de institucionalização, a utilização do lúdico como ferramenta através de jogos, brinquedos e brincadeiras educativos e culturais.

METODOLOGIA

O presente artigo é fruto de uma pesquisa documental e bibliográfica. Documental, pois foi realizado um estudo no Plano Individual de Atendimento (PIA) das crianças acolhidas em uma instituição de acolhimento infantil da cidade de Mossoró/RN, cuja identidade será mantida em sigilo em respeito aos aspectos éticos da pesquisa. A parte do PIA utilizada foi a dos aspectos educacionais, especificamente o item que indaga se a criança possui dificuldades de aprendizagem, como complemento, foi observado neste mesmo documento a parte do Plano de Acompanhamento Individual (PAI), no item que descreve as estratégias educacionais a serem utilizadas em cada caso, que funcionou como uma amostra das possíveis inter-

venções. Além disso, constitui ainda uma pesquisa bibliográfica, pois, a partir de uma varredura simples, serão pesquisados artigos que investiguem a mesma temática para visualizar outras realidades e estratégias de intervenção a serem aplicadas nestes casos.

Deste modo, a pesquisa citada classifica-se segundo a abordagem como mista, sendo a pesquisa documental qualiquantitativa e a pesquisa bibliográfica qualitativa. Segundo os objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois, segundo Sakamoto e Silveira (2014, p.50): “é uma modalidade de estudo que busca descrever o objeto de estudo para dar a conhecer o que se pretende pesquisar”. Assim, nesta modalidade de estudo o interesse consiste em descobrir e observar fenômenos, buscan-

do descrevê-los, classifica-los e interpretá-los. De acordo com os autores, a pesquisa descritiva é utilizada para estudos documentais, como é o caso.

Quanto à população, foram investigados os PIAs de crianças que estiveram acolhidas em uma instituição de Mossoró/RN ao longo do ano de 2020. A amostra é composta por 21 acolhidos.

Para realização da pesquisa documental, foi solicitada autorização junto à coordenação do equipamento para aplicação da pesquisa, com assinatura de termo da referida. Quanto à análise dos dados documentais, por ser apenas um item investigado, os dados serão analisados no Excel com porcentagem simples e apresentação dos dados em gráfico.

No que concerne à pes-

quisa bibliográfica, foi realizada uma varredura no google acadêmico, pesquisando artigos com objetivos similares, ao que foram encontrados. Como critérios de seleção dos artigos foram utilizados: tempo de publicação (até dez anos), palavra-chave aprendizagem e quantidade de pesquisas (no máximo dez). Filtrando por estas exigências, foram encontradas dez produções científicas, entre artigos, monografias, dissertações e teses que versavam sobre o assunto, especificamente com pesquisa de campo. Na pesquisa foram eliminadas produções de outros países, priorizando as pesquisas brasileiras, bem como aquelas anteriores à 2010.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apre-



sentados os resultados das pesquisas, bem como suas respectivas análises. Para tanto, por se tratar de uma pesquisa documental e bibliográfica, serão analisados em dois subcapítulos diferentes.

*PESQUISA DOCUMENTAL:
ACOLHIMENTO DE MOSSORÓ/RN*

Ao longo do ano de 2020 estiveram acolhidas no acolhimento institucional infan-

til de Mossoró/RN 21 crianças.

Destas, duas crianças passaram apenas um dia e, portanto, não foi elaborado o PIA delas. Seis das crianças restantes são de idade não escolar, portanto, não se encaixam nas exigências da pesquisa, sendo descartadas. Restaram assim treze crianças, cujos PIAS foram analisados. No que concerne à pergunta constante no PIA “A criança é alfabetizada?”.

Os resultados se encontram na Ilustração 1:

Ilustração 1: Demonstração gráfica do percentual de crianças alfabetizadas



(Dados da pesquisa, 2020)

A ilustração 1 demonstra que a maioria das crianças que estiveram no acolhimento ao longo de 2020 não são alfabetizadas. A frequência é de 02 crianças alfabetizadas para 11 crianças não-alfabetizadas, ou seja, 85% das crianças acolhidas ao longo de 2020 naquela unidade de acolhimento pesquisada, que consiste em acolhimento infantil, não são alfabetizadas.

Calcing e Benetti (2014) em sua pesquisa afirmam que nas crianças em acolhimento institucional é notória a distorção idade-série, que geralmente se associa às dificuldades de aprendizagem ou afastamento da escola por problemas decorrentes das vulnerabilidades sofridas que justificaram o acolhimento. Desta forma, é a escola, na dinâmica da situação das crianças acolhidas o espaço que merece atenção

dos profissionais envolvidos por ser ambiente não só de aprendizagem como também de socialização e convivência comunitária. Nesta premissa, observa-se que os responsáveis familiares, que deveriam garantir a proteção das crianças, são quem as colocam em risco, negligenciando suas necessidades e expondo-as a situações perigosas para seu desenvolvimento.

A outra questão analisada no PIA foi em relação ao PAI, que são as estratégias individuais para cada criança, baseada em suas necessidades. Observou-se que em 100% dos PIAs analisados, no tocante à educação, foi colocado a proposta de Reforço Escolar. Este reforço é um projeto desenvolvido na instituição que visa a redução dos problemas de aprendizagem destas crianças, sendo propiciado pelos cuidado-

res, no horário do contraturno escolar, servindo ainda para auxiliar na resolução das tarefas de casa. Ao longo do ano 2020, este projeto foi de suma importância, tendo em vista que na maior parte do ano letivo a escola funcionou de maneira remota.

Deste modo, concebe-se a importância de se estabelecer uma rotina na convivência da instituição de acolhimento que possa favorecer a superação de algumas dificuldades oriundas do período anterior ao acolhimento, entre elas as dificuldades escolares e de aprendizagem. A rotina de atividades na instituição geralmente é elaborada pela equipe técnica, composta por psicólogo, assistente social e, em alguns casos, pedagogo, em conjunto com os cuidadores. Desta forma, determinam-se horários para recreação, televisão, estu-

do, organização dos pertences pessoais, higiene e descanso. No tocante ao estudo, é mister elaborar estratégias atrativas para este momento, haja vista que, na maioria dos casos, os acolhidos se sentem desmotivados para esta atividade (FERREIRA, 2017).

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: RECORTE NACIONAL

A escolarização das crianças representa o primeiro contato social delas fora do ambiente familiar, elas passam a vivenciar novos estímulos e desenvolver novas habilidades, inclusive a convivência e habilidades sociais, ampliando suas funções biopsicossociais. Na situação de acolhimento ocorre uma ruptura da convivência familiar e comunitária e a criança passa a dividir o espaço com

outras, passando a ter uma rotina regrada e atividades distintas, na maior parte das vezes, das que estavam acostumadas em suas famílias. As crianças de acolhimento são crianças vítimas de vulnerabilidades e o perfil compreende geralmente contextos de famílias disfuncionais que ocasionaram o acolhimento por meio de alguma violação de direitos como: negligência, violência, abandono, pais em situação de drogadição, entre outros. Este perfil abrange uma questão social muito importante de ser discutida que são as dificuldades de aprendizagem. Diante disso, a presente pesquisa bibliográfica pretende observar a realidade do país em relação ao acolhimento institucional no tocante à aprendizagem dos acolhidos.

Na pesquisa bibliográfica foram encontrados alguns

resultados de realidades diversas no país que corroboraram com os resultados encontrados na pesquisa documental. No total, foram selecionados oito artigos, frutos de pesquisa de campo, de diversas cidades brasileiras, como: Santa Maria (RS), João Pessoa (PB), São Paulo (SP), Brasília (DF), Belo Horizonte e Uberlândia (MG).

O artigo de Sousa e Paravidini (2011) traz um estudo de caso sobre uma adolescente de 13 anos com o pseudônimo Maria, onde a madrinha (apadrinhamento afetivo) relata que os prejuízos de aprendizagem desta, entre outras situações, ressaltando que a jovem tem sérios comprometimentos na área escolar, não sabendo ler e escreve por meio de cópias.

Andrade (2011) em sua pesquisa encontrou que as crian-

ças e adolescentes de acolhimentos institucionais apresentam problemas na aprendizagem da escrita e são, em sua maioria, não-alfabetizados, pois não conseguem ler ou escrever um bilhete simples. Ele associa estes problemas de aprendizagem entre outras variáveis, à insegurança emocional e material que é ocasionada pela ausência de familiares ou de um ambiente estimulador, visto que as instituições, conforme a opinião do autor, não proporcionam a construção de laços afetivos de modo a contribuir para um bom funcionamento intelectual.

Em uma pesquisa realizada em Santa Maria (RS) acerca de crianças com deficiência institucionalizadas, os autores chamam a atenção para um agravante que é a distorção idade-série (FREITAS; TEIXEIRA; RECH,

2016). Campos e Araújo (2018), por sua vez, em pesquisa realizada em Belo Horizonte (MG) percebem uma estigmatização que se torna ainda mais acentuada quando a criança com deficiência é uma criança de acolhimento institucional, gerando uma visão negativa que é prejudicial ao desenvolvimento psicossocial destas pessoas.

Martins (2020) em sua pesquisa também constatou que há uma grande defasagem idade-série quando as crianças chegam à instituição de acolhimento, que pode ser ancorada em sucessivas interrupções e reprovações, que conduzem a criança a uma desmotivação pela dinâmica de funcionamento da escola, já que não conseguem acompanhá-la.

Fonseca (2017) realizou uma pesquisa com adolescentes acolhidos em João Pessoa (PB) e



constatou que a vivência precoce e prolongada que acarreta algumas crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento podem potencializar o baixo rendimento escolar, ocasionando dificuldades não só na aprendizagem como também nas relações interpessoais, influenciando o declínio da motivação para aprender e a perspectiva de futuro.

Já Ferreira (2017) traz um estudo de caso onde ele encontrou que os múltiplos fatores e eventos estressantes vivenciados por crianças e adolescentes de instituições de acolhimento podem afetar a saúde mental destes, bem como, corroborar com as dificuldades de aprendizagem e até na progressão escolar. Porém, ele não culpabiliza apenas a instituição, pois, constatou que a história pregressa do acolhido como: baixa escolaridade dos

pais e familiares, família numerosa, envolvimento com drogas, negligência e baixas condições econômicas também contribuem com este déficit intelectual.

Nas pesquisas encontradas, observa-se um déficit no tocante à aprendizagem das crianças que impacta negativamente no seu futuro. De acordo com Bastos (2015) os acolhidos já são vítimas da violência estrutural e chegam nas escolas com um histórico de sofrimento e abandono e são vitimizadas novamente pelas rotulações nas escolas que frequentam como os “meninos do acolhimento”.

Algumas pesquisas se voltaram para o público de crianças e adolescentes com deficiência em situação de acolhimento, como é o caso de Freitas, Teixeira e Rech (2016), os autores mencionam que as instituições

de acolhimento que recebem este perfil devem trabalhar a inclusão delas não só na escola como na instituição. O que se observou nesta pesquisa foi que os professores passavam atividades descontextualizadas que não promovia novas aprendizagens, e isso corrobora para a desmotivação do aluno e a sensação de não-pertencimento que acaba em evasão escolar. Logo, a formação de professores para atender a este público que é ainda mais crítico, é de fundamental importância.

Foi estendida a pesquisa bibliográfica ainda para experiências exitosas e estratégias de intervenção para superação das dificuldades e problemas de aprendizagem desta população. Bastos (2015) sugere que para o rompimento com o ambiente excludente na educação se faz necessário investir na formação de

professores, pois eles têm o poder de proporcionar um ambiente saudável para que a criança de acolhimento possa ter sucesso escolar e social.

A escola deve ter a percepção de que o aluno não é só o cognitivo, suas emoções vão influenciar o aprendizado, e contribuir para aceitação ou rejeição de algo ou alguém. Compreender o comportamento do aluno na escola, é relevante para que haja uma aproximação da escola com o aluno, pois toda consequência tem uma causa que precisa ser investigada (SILVA, 2019, p.56)

Os autores acima evidenciados colocam a importância das escolas e profissionais envolvidos desenvolverem uma estratégia para trabalhar este público que encontra-se em uma situação diferenciada das demais crianças e são, portanto, merecedores de uma educação inclusiva. Entretanto, para que possam realizar este trabalho elas precisam de informação sobre o que é e como funciona o acolhimento institucional, pois muitas vezes o preconceito e inadequação das práticas educativas são gerados pela falta de informações. Freitas, Teixeira e Rech (2016) sugerem que o acolhimento deve manter canais de comunicação permanentes com as escolas para possibilitar o acompanhamento do desempenho escolar dos acolhidos e amparar a escola em estratégias inclusivas para estes alunos.

Campos e Araújo (2018)

trazem estratégias das instituições. Nas instituições pesquisadas pelos autores encontraram a inserção dos colhidos em atividades externas como recreação, reforço escolar, práticas de esportes e artísticas. Estas atividades propiciam a melhora no desenvolvimento motor, sensorial, relações interpessoais e auxiliam ainda na aprendizagem e perspectivas futuras. Nesta mesma pesquisa, os autores apontam o formato de acompanhamento escolar dos acolhidos onde sugeriram aulas de reforço propiciadas por voluntários ou pelos próprios funcionários, assim como, uma das instituições oferece apoio de pedagogo e terapeuta ocupacional.

Calcing e Benetti (2014)

em sua pesquisa afirmam que, embora as instituições ofereçam

uma rotina adequada, um espaço organizado e uma situação diferente da que era oferecida antes do acolhimento, não consegue suprir as demandas emocionais das crianças que se encontram em um impasse em relação ao seu futuro. Estas necessidades emocionais também precisam ser supridas em prol de uma aprendizagem satisfatória. Deste modo, os autores sugerem o investimento na equipe técnica para que elas possam acolher cada indivíduo respeitando suas singularidades, observando suas necessidades e realizando um trabalho de prevenção e intervenção também em saúde mental, pois há uma grande incidência de sofrimento psíquico neste público associado às suas histórias de vida.

Diante disso, foi observado em alguns artigos a importância do psicólogo do acolhi-

mento neste processo, e assim, a importância da presença deste profissional no equipamento, o que não ocorre em todos os casos. Estes profissionais são responsáveis por conduzir atividades, acompanhamentos familiares e dos funcionários do equipamento para perceber e intervir na saúde mental dos acolhidos (SILVA, et al, 2015; MOREIRA; PAIVA, 2015).

Em relação à Neuropsicologia, é uma ciência xxxx. Para os casos apresentados é mister que os acolhimentos desenvolvam uma parceria com um profissional da área, que irá auxiliar no diagnóstico, prevenção e superação das dificuldades apresentadas por estas crianças, já que é um profissional que trabalha tanto na detecção como na reabilitação. Deste modo, faz-se necessário que os acolhimentos

possam ter em seu quadro funcional, ou mesmo um profissional externo que possua esta formação, servindo como ponte na superação do problema que irá auxiliar os profissionais do acolhimento, que são responsáveis pela criança que foi retirada do convívio familiar, bem como irá auxiliar a escola a lidar com esta situação específica. Este trabalho servirá ainda como prevenção de danos futuros, promovendo autonomia e aprendizagem para as crianças e retirando-as da situação de fracasso escolar que tem acometido alguns adolescentes que são institucionalizados.

[...] para que o adolescente se sobressaia neste período turbulento, é fundamental o apoio de profissionais adequados, que compreendam as su-

cessivas violações de direitos cometidos antes do acolhimento, as marcas que ficaram em suas vidas e o desejo de ter um futuro melhor. Ademais, é fundamental que os adolescentes saibam desenvolver atividades compatíveis com seus interesses e habilidades, ajudando-os a serem cidadãos (FONSECA, 2017, p.193)

Mais uma vez, compreende-se a importância da parceria multiprofissional para a superação não só dos entraves educacionais das crianças institucionalizadas, como também os entraves sociais. Miranda e Rodrigues (2014) chamam a atenção

para o fato de que as dificuldades de aprendizagem também podem estar relacionadas a fatores emocionais e aspectos culturais e deve-se pensar nestes aspectos para a construção de um plano de acompanhamento que venha a sanar esta problemática.

CONCLUSÃO

A pesquisa apontou que as dificuldades de aprendizagem configuram uma das grandes problemáticas presentes nos acolhimentos institucionais, sendo que muitas crianças adentram no acolhimento não-alfabetizadas, como o caso da instituição da pesquisa documental, aonde 85% das crianças que estiveram acolhidas no ano de 2020 não eram alfabetizadas. Além disso, persistem problemáticas como distorção idade-série e histórico

de evasão escolar.

Assim, é ímpar considerar que, em situação de acolhimento institucional alguns fatores podem favorecer a superação das dificuldades de aprendizagem e outros podem agravar. Fatores positivos podem ser citados como: frequência escolar, cumprimento de atividades intra e extra-classe, reforço escolar na unidade de acolhimento, encaminhamento para outros profissionais especializados, elaboração de uma rotina, entre outros. Por outro lado, tem-se os fatores negativos, sendo eles: situação de exclusão das crianças institucionalizadas, distorção idade-série e ausência de motivação para o estudo, bem como o déficit afetivo e instabilidade emocional por não saberem quanto ao futuro.

Sabe-se que os aspectos afetivos apresentam um impor-

tante papel no desenvolvimento humano e, conseqüentemente na aprendizagem, para tanto, deve existir um ambiente que favoreça esta aprendizagem, que inspire confiança, respeito mútuo e valorização da criança. Como a maioria das crianças chegam ao acolhimento vítimas de vulnerabilidade e negligência, em alguns casos elas recebem esta atenção aos seus direitos no acolhimento, porque não possuíam em casa, porém, deve-se levar o tempo em que esta criança permaneceu imerso em determinada cultura o que gera uma dificuldade de se adaptar a uma nova realidade.

A origem dos problemas de aprendizagem destas crianças é diversificada, podendo ser por condições genéticas, sócio-culturais, onde o ambiente onde estavam inseridos possuía adultos com baixa-escolaridade ou que

não incentivavam a frequência escolar, distorção idade-série, que desestimula as crianças e muitas vezes é ocasionado pelo sistema de ensino onde, conforme as diretrizes nacionais não ocorre reprovação até o terceiro ano do ensino fundamental menor e as crianças vão avançando nas séries sem acompanhar o ritmo dos colegas e assim por diante.

Diante disso, as pesquisas documental e bibliográfica elucidaram alguns caminhos para superação das dificuldades de aprendizagem, que são: reforço escolar (oportunizado no acolhimento investigado), boa comunicação entre a escola e o acolhimento, encaminhamento para outros profissionais especializados para diagnóstico e intervenção frente aos problemas de aprendizagem, estabelecimento

de uma rotina que favoreça o estudo, entre outros. Deve-se levar em consideração que as condições de aprendizagem devem ser avaliadas observando a individualidade e particularidade de cada criança. Por isso, é tão importante o desenvolvimento de um bom PIA e PAI.

Este artigo é o pontapé inicial para o desenvolvimento de novos estudos, com vistas à pesquisa de campo, aprofundando o debate e gerando reflexões aos profissionais envolvidos que são os da educação e do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Siqueira. Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. Revista Psicopedagogia. v.28, n.87, p.219-225, 2011.

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; SILVA, Andreia Maria da; MATOS, Pammela Makarowits. Educador social: imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. Revista mal-estar e subjetividade. Fortaleza, v. 12, n. 1, p.265-292, 2012.

BASTOS, Jéssica Oliveira. Dificuldades no processo de escolarização de crianças e adolescentes acolhidos em instituições: questões que envolvem a relação entre aluno e professor. Trabalho final de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Ministério do Desenvolvimento Social

e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2013.

CALCING, Jordana; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, Portalegre, v. 45, n.4, p.559-567, 2014.

CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro; ARAÚJO, Naim Rodrigues de. Situação educacional de crianças e jovens com deficiência

em acolhimento institucional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 17, p.1148-1166, 2018.

FERREIRA, Jéssica Almeida Marques. *Acolhimento institucional e as dificuldades de aprendizagem*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2017.

FLECHTER, Jack M. et al. *Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Patrícia Nunes. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*. v.84, n.105, p.285-296, 2017.

FREITAS, Soraia Napoleão; TEIXEIRA, Carolina Terribile; RECH, Andreia Jaqueline De-

valle. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. Revista Íbero-Americana de Estudos em Educação, v.11, n.4, p.2104-2124, 2016.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano. Vivências de infâncias: crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in) visibilizadas no contexto de educação escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

MIRANDA, Arlete Bertoldo; RODRIGUES, Janaína. Aprendizagem e desenvolvimento: adolescente em situação de abrigo. Ensino em Re-Vista, v. 21, n.1, p.13-25, 2014.

MOREIRA, Tabita Aija Silva; PAIVA, Ilana Lemos. Atuação do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Psicologia em estudo, Maringá, v.20, n.3, p.507-517, 2015.

NAVARRO, Adriana de Almeida; PEDROSA, Julio Cesar da Assunção. (Trad. e Adap.). Guia de Ação Docente. São Paulo: Grupo Cultural, s.d.

OLIVEIRA, Maria Helena de. A infância institucionalizada e as dificuldades de aprendizagem. Psicologado (2016). Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-infancia-institucionalizada-e-as-dificuldades-de-aprendizagem-uma-revisao-de-literatura> acesso em 26 Jan. 2020.

SILVA, Christie Dinon Lourenço da. (et al.). A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Pesquisas e práticas psicossociais. São João Del-Rei v. 10, n.1, p. 55-65, 2015.

SILVA, Edilene Firmino da. Sentidos da escola pública para adolescentes em acolhimento institucional: tecendo relatos das experiências escolares. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.

SILVA, Geraldo Lemos. Problemas de aprendizagem: dificuldades ou transtornos? In: PORTELA, Luciana Queiroz Bem; RABELO, Cleison Luis. Psicope-

dagogia clínica e institucional: a formação do psicopedagogo. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. Psicologia e Sociedade, v. 18, n.1, p.71-80, 2006.

SOUSA, Karollyne Kerol; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. Psicologia Ciência e Profissão, v. 31, n.3, p.536-553, 2011.

MÚSICA E GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO SEMI-ÁRIDO

MUSIC AND GEOGRAPHY IN THE SEMI-ARID CONTEXT

Clédison Rafael da Silva Santos¹

José Saraiva dos Santos²

Jaqueline dos Santos Siqueira³

Daniel Mendes Santos⁴

Rikele dos Santos Seltorio⁵

Juliana Katiely Amaro da Silva⁶

Resumo: O século XXI, indubitavelmente, é marcado por diversas transformações em todas as áreas como, por exemplo, econômica, cultural, social, educacional etc. Essas mudanças implicam na forma como as relações pessoais são realizadas e seus desdobramentos, sobretudo,

no contexto da sala de aula no tocante do ensino-aprendizagem e no elo aluno-professor. Nesse contexto, a escola, principal instituição propulsora dessas transformações, aliado ao professor passam a assumir novos desafios que promova o protagonismo dos discentes na construção do

-
- 1 Universidade Estadual de Alagoas
 - 2 Universidade Estadual de Alagoas
 - 3 Universidade Estadual de Alagoas
 - 4 Universidade Estadual de Alagoas
 - 5 Universidade Estadual de Alagoas
 - 6 Universidade Estadual de Alagoas

seu próprio aprendizado frente à revolução técnico-científico-informacional. Desse modo, o presente artigo tem o objetivo de discutir a importância da música como dispositivo didático-pedagógico no ensino de Geografia no contexto do semiárido a partir da música de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira intitulada de “Asa Branca” composta na década de 70 e, que até os dias de hoje, é considerada um dos maiores clássicos da música brasileira. Para a realização desse estudo foi usada a metodologia de pesquisa bibliográfica recorrendo-se às obras mais recentes sobre a temática em sítios web como: Google Acadêmico, SciELO, etc. Constatou-se que a música é um importante dispositivo didático-pedagógico para trabalhar com temas e conceitos da Geografia Escolar, visto que, a partir dela pode-se trabalhar diversas temá-

ticas e aborda o contexto socioespacial do recorte geográfico em questão, especialmente, acerca do semiárido a fim de contribuir com a formação do sujeito no que tange a sua emancipação e protagonismo, assim, potencializando sua base de conhecimento que possibilite criar suas próprias concepções e sustentações e seja um agente promotor de transformação do meio em que está inserido, desse modo, indo de encontro com os princípios e objetivos que dispõem as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destarte, a música é um importante dispositivo didático-pedagógico para adicionar nas aulas de geografia, pois possibilitar o educando construir seu conhecimento através de outras linguagens, ademais, dinamiza o processo educativo o tornando mais atrativo e significativo.

Palavras chaves: Dispositivo didático-pedagógico, Música, Geografia, Semiárido.

Abstract: The 21st century is undoubtedly marked by several transformations in all areas such as, for example, economic, cultural, social, educational, etc. These changes affect the way in which personal relationships are carried out and their consequences, above all, in the context of the classroom in terms of teaching-learning and in the student-teacher link. In this context, the school, the main driving force of these transformations, together with the teacher, begin to take on new challenges that promote the protagonism of students in the construction of their own learning in the face of the technical-scientific-informational revolution. Thus, this article aims to

discuss the importance of music as a didactic-pedagogical device in the teaching of Geography in the semi-arid context, based on the music of Luiz Gonzaga and Humberto Teixeira entitled “Asa Branca” composed in the 70s and , which to this day, is considered one of the greatest classics of Brazilian music. To carry out this study, the bibliographic research methodology was used, using the most recent works on the subject on websites such as: Google Academic, SciELO, etc. It was found that music is an important didactic-pedagogical device to work with themes and concepts of School Geography, since, from it, it is possible to work on various themes and address the socio-spatial context of the geographic area in question, especially about the semiarid in order to contribute to the formation of the subject with regard to their

emancipation and protagonism, thus enhancing their knowledge base that allows them to create their own conceptions and supports and be an agent promoting the transformation of the environment in which they are inserted, thus , meeting the principles and objectives that dispose of the competencies and skills of the Common National Curriculum Base (BNCC). Thus, music is an important didactic-pedagogical device to be added to geography classes, as it enables the student to build their knowledge through other languages, in addition, it streamlines the educational process, making it more attractive and meaningful.

Keywords: Didactic-pedagogical device, Music, Geography, Semiarid.

INTRODUÇÃO

O século XXI, indubitavelmente, é marcado por diversas transformações em todas as áreas como, por exemplo, econômica, cultural, social, educacional, etc. As tecnologias assumem o protagonismo na contemporaneidade sendo empregadas em todos os setores da sociedade ocasionando um novo revestimento na forma de promover as articulações das esferas e pessoas. Além disso, a era digital mudou radicalmente as formas de relacionamentos entre os indivíduos em todos os âmbitos. Em suma, essas mudanças implicam na forma como as relações pessoais são realizadas e seus desdobramentos. Nesse contexto a escola, principal instituição propulsora dessas transformações, aliado ao professor passam assumir novos desafios acerca do desenvolvimento de estratégias de ensino-aprendi-

zagem no que tange ao protagonismo do aluno na construção do seu aprendizado frente à revolução técnico-científico-informacional, isto porque, os meios de ter acesso ao conhecimento são múltiplos e, às vezes, mal usados. Nesse sentido, Oliveira e Holgado (2016, p.85 – 86) apontam que:

Um dos grandes desafios impostos hoje à escola e ao professor é a preparação e a elaboração de aulas mais atrativas, uma vez que a informação por si só, o aluno pode obter em outros meios – ainda que não legitimados – e assim, muitas vezes, a sala de aula esvazia-se. (OLIVEIRA; HOLGADO, 2016, p. 85-86).

Sendo assim, é necessário buscar novas alternativas para o ensino-aprendizagem para que as metodologias não fiquem

paradas no tempo e torne o processo educativo desatualizado, desinteressante e insignificante para os estudantes .

Desse modo, tendo como base estudos acerca de metodologias dinâmicas para o ensino-aprendizagem em sala de aula e fora dela, especialmente para o ensino de Geografia que possibilite o educando sair de uma postura passiva que desconstrua a ideia de memorização que alguns estudantes têm sobre as aulas de Geografia. Para Oliveira e Holgado (2016, p.85), a partir de pesquisas observa-se que:

Os alunos ainda hoje assistem – e não participam – de aulas de Geografia nas quais devem decorar nomes de países e capitais, pintar mapas e realizar descrições intermináveis sobre as formas de relevo deste ou daquele país. Atividades que

promovem uma postura mais passiva do aluno e que faz prevalecer a reprodução do conhecimento. (OLIVEIRO; HOLLGADO, 2016, p. 85.)

É neste contexto de inovações e de inúmeras possibilidades para ampliar e/ou atualizar as metodologias de ensino que tenha impacto significativo na construção de conhecimentos que a música mostra-se como uma importante alternativa como dispositivo didático-pedagógico para as aulas de Geografia como, também, para outras disciplinas, isto porque, as letras das músicas como, por exemplo, “Asa Branca” escrita por dois compositores de origem nordestina, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, no em 1947. Esses sertanejos são do sertão nordestino, que é o cenário em que se passa a narrativa da

música. Nesse sentido, a canção pode ter em si uma mensagem que possibilita mostrar e/ou revelar distintos contextos e situações com base nos conceitos geográficos, além de provocar emoções e indagações. Nessa perspectiva, Muniz (2012, p.81), aponta que:

As letras de música apresentam noções e conceitos básicos de Geografia. Também é uma das artes que mais influencia na subjetividade, nos desejos e nos comportamentos humanos. Por ter a capacidade de mexer com as nossas emoções, por que não usá-las nas aulas de Geografia? Por que não fugir da rotina geográfica em que o livro didático e a aula expositiva predominam e tornam os educandos seus recipientes? (MUNIZ, 2012, p. 81)

A partir dessa ótica, é necessário discutir a importância da música como recurso didático no ensino de Geografia para promover um ensino dinâmico, significativo e contextualizado a partir de elementos nas letras das canções, o meio em que o aluno está inserido. Conforme aponta Cavalcanti (2002, p.11):

O pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos ao conhecer o mundo em que vive desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social, à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas

práticas sociais.(CAVALCANTI, 2002, p. 11)

Nessa perspectiva, a música pode contribuir para o ensino de Geografia com enfoque acerca do semiárido de modo que o educando amplie seu olhar a partir do seu lugar e compreenda as especificidades e tenha uma visão crítica, e a partir dessa percepção possa realizar as intervenções necessárias. Desse modo, possibilitando o estudante desenvolver as competências gerais da Educação Básica para a área de Ciências Humanas que deve garantir aos alunos o desenvolvimento de algumas competências específicas como, por exemplo, a 3ª das 7ª propostas, destaca-a:

Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando



a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social. (BRASIL, 2018, p.357)

Observa-se que o disposto acima explicita os objetivos de aprendizagem que o estudante desenvolva no decorrer do seu percurso escolar, assim, enfatizando a importância da curiosidade na construção do saber bem como o desencadeamento de ideias que impacte a realidade e a transforme.

Segundo, Nascimento e Silva (2020, p.57):

Assim, o ensino de Geografia deve proporcionar ao aluno oportunidades para compreensão das transformações que acontecem no espa-

ço geográfico. Esta perspectiva é importante para a formação de um sujeito capaz de reconhecer a sua participação na construção do mesmo, a partir dos conceitos geográficos e de suas próprias vivências. (NASCIMENTO; SILVA, 2020, p.57)

Sendo assim, é de suma importância que o ensino de Geografia possibilite a autonomia e a capacidade do sujeito em conhecer, participar e transformar o seu lugar singular e coletivo. Quanto ao ensino ao do Semiárido, ele se torna mais importante, pois, essa região é alvo de diversas concepções que traz sérias consequências para o povo dessa região e, além disso, distorcendo o verdadeiro contexto seja por meio da omissão, seja negligência com o objetivo de atender anseios particulares. Para Nascimento e Silva

(2020, p.58), no que diz respeito ao fato mencionado acima, sinalizam que:

Refletindo acerca da necessidade de se repensar o ensino no semiárido, entendemos que as discussões suscitadas pela Geografia são capazes de subsidiar um ensino contextualizado, que permita ao aluno construir um sentimento de pertencimento à sua região, como também contribuir para desmistificar certos discursos hegemônicos, que não correspondem à realidade do semiárido e de sua gente. (NASCI-MENTO; SILVA, 2020, p.58)

Consoante a isso, é fundamental repensar as estratégias didático-pedagógicas para o ensino de Geografia com um olhar sobre o semiárido que potenciali-

zem as análises sobre esse meio e a contextualização a partir da música. Para a realização desse estudo foi usada a metodologia de pesquisa bibliográfica recorrendo-se às obras mais recentes sobre a temática. Desse modo, constatou-se que a música é um destacável recurso didático-pedagógico para complementar ou/e potencializar as aulas de Geografia, além disso, a canção composta por dois sertanejos do sertão nordestino, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira intitulada “Asa Branca”, gravada em 1947, é uma alternativa para se tratar no ambiente escolar, visto que, a partir dela pode se debatido diversas temáticas e, especialmente, acerca do semiárido de modo a contribuir com a formação do sujeito capaz de revelar, construir e abrir novos horizontes para esses educandos que poderão intervir na sua realidade e propor mo-

dificações em consonância com as competências e habilidades da BNCC.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo foi usada a metodologia de Revisão Bibliográfica, através de buscas em sítios web como: Google Acadêmico, Scielo, Periódicos da Capes, etc. Assim, recorrendo-se às obras mais recentes sobre a temática que trata da música como dispositivo didático-pedagógico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dessa pesquisa verificou-se que a educação contextualizada é um importante mecanismo para o ensino-aprendizagem, isto porque, ela assume um papel fundamental,

pois, exerce um caráter sociopolítico relevante, sobretudo, para a desmistificação dos fatos produzidos historicamente acerca do semiárido brasileiro, isto porque, é notável pelas mídias televisivas e sociais que essa região é vista somente como seca, pobre e sem condições de crescimento socioeconômico no qual usam o fator climático como agente exclusivo dessa situação. Nesse sentido, quando a temática é abordada sem a devida contextualização pode acarretar interpretações equivocadas sobre determinada realidade. Para Nascimento e Silva (2020, p.59):

A educação contextualizada apresenta um papel sociopolítico relevante, no que se refere à desmistificação dos estigmas construídos historicamente acerca do semiárido e do sertanejo. Tais estigmas são constru-

idos e cristalizados a partir de discursos pejorativos que visam algum benefício próprio, como é o caso do discurso que alimenta a 'Indústria da Seca' No entanto, tais questões por não serem abordadas em sala de aula, fazem com que os discursos hegemônicos sejam internalizados pelos alunos da própria região, em razão de não haver uma problematização em sala de aula. (NAS-CIMENTO; SILVA, 2020, p.59)

Nesse sentido, fica clara a importância do ensino contextualizado, já que possibilita uma aproximação real do indivíduo com a temática. Todavia, para Bueno e Silva (2008, p.74):

O currículo das escolas localizadas no Semiárido Brasileiro se apresenta desvin-

culado da vida dos sujeitos ignorando os saberes aí produzidos no cotidiano de homens e mulheres na produção da sua existência, a cultura, o modo ou modos de viver e conviver com as condições climáticas, os enfrentamentos desse fenômeno com o qual aprendem a conviver criando e/ou redescobrimdo formas alternativas de produção da vida [...]. Encerradas no seu Projeto Pedagógico (que muitos (as) nem sabem do que se trata) e em muito alienígena ao Semiárido Brasileiro, as escolas deixam de realizar a sua função social pertinente aos povos do Semiárido, negando às crianças o direito de compreender o universo do qual fazem parte e, dessa forma, podem ser capazes de

estar no mundo e com o mundo, como ensina Paulo Freire, Construindo possibilidades de cidadania. Os livros didáticos adotados contribuem de maneira significativa nesse processo de alheamento. Geralmente produzidos na região Sudeste do Brasil veiculam imagens e narrativas que, além de centradas em outra realidade, muitas vezes reforçam o estereótipo de semiárido e de Nordeste de miséria, de impossibilidades, ignorando as especificidades quase sempre transformadas em necessidades, e as inúmeras possibilidades que o Semiárido comporta. (BUENO; SILVA, 2008, p. 74)

A partir dessa perspectiva, a educação contextualizada possibilita o confronto de con-

cepções acerca do semiárido que na maioria das vezes é propagado como símbolo da seca e disseminado por décadas através de diversas mídias e discursos. Nessa ótica, educação contextualizada abre para a sociedade uma possibilidade de difundir este novo paradigma entre os jovens.

Segundo, Martins (2006, p.61) destaca que:

A ‘educação para a convivência com o semiárido’ passa pela escolarização de temas locais tomados em suas amplitudes, implicando não em tratar estes temas como temas prontos, nem de recorrer ao “saber popular” e parar por aí mesmo. Trata-se de agregar novos saberes a estes temas. Como se estivessemos agregando valor a um produto, o valor a ser agregado aos temas locais é o novo saber. (MAR-

TINS, 2006, p.61)

A partir dessa ótica, fica evidente a importância da contextualização para a construção de conhecimentos significativos para o educando oriundo das discussões ser iniciadas da escala em que o sujeito está inserido com o olhar crítico. Para Freire (2005) denomina de “temas geradores”, cuja investigação se daria através de “[...] uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa força crítica de pensarem seu mundo” (FREIRE, 2005, p.112).

Nesse contexto de ensino contextualizado e semiárido, a música apresenta-se como recurso didático relevante para ser complementado e/ou implementado nas aulas de Geografia, visto que o Brasil possui uma diversi-

dade cultural-musical de grande valia que abrangem diversos ritmos distribuídos em diversas regiões e, além disso, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 e suas atualizações (BRASIL, 1996), que trata a respeito e “dispõe sobre a obrigatoriedade da música na educação básica”, assim, permite que se abra esse espaço, tanto para o que se pode fazer para melhorar o desenvolvimento educacional do país.

Para Muniz (2012, p. 21)

“[...] a prática musical estimula a percepção, a memória e a inteligência, desenvolvendo no ‘ser’ a capacidade de assimilação de conteúdos por meio da sensibilidade”. Nessa ótica, verifica-se que a música pode ser uma grande aliada das aulas de Geografia. Para Silva e Trajano (2015, p.2), menciona que:

Assim, podemos considerar que a música é um instrumen-

to educador, eficaz na vida escolar e na assimilação dos conteúdos de Geografia, uma vez que pode transformar as aulas de Geografia em um instrumento capaz de despertar o senso crítico dos alunos, algo muito importante para a sua formação cidadã. (SILVA; TRAJANO, 2015, p.2).

Para Oliveira e Holgado (2016, P.86):

A música surge como um elemento que pode favorecer o trabalho didático do Professor de Geografia e, se bem utilizada, fornece possibilidades para as atividades desenvolvidas com os alunos. A música tem o poder de nos transportar para lugares que somente

os caminhos da nossa mente conhecem. Além disso, a música é um elemento que se faz muito presente no cotidiano dos alunos. (OLIVEIRA; HOLGADO, 2016, p.86)

Nesse sentido, a música complementa o ensino de Geografia, pois, está presente no dia a dia dos alunos e consegue levar o sujeito a outra dimensão subjetiva.

Ainda para Oliveira e Holgado (2016, p.87):

Podemos ouvir um reggae e associamos à Jamaica, ou um tango e pensamos na Argentina. Pensando nas diferentes manifestações culturais que ocorrem no Brasil, não será diferente. Ao ouvir o som de uma gaita (também chamada de acordeon) podemos associar aos estilos musi-

cais muito presentes do Rio Grande do Sul, como bugio. Ou ao ouvir o maracatu, podemos associar ao estado de Pernambuco. Dessa maneira, a música pode ser vista como uma forma para implantar um sentido de orgulho para as pessoas que vivem em um lugar. (OLIVEIRA; HOLLGADO, 2016, p.87).

Nesse sentido, evidencia-se que a partir da música o sujeito pode pensar diferentes lugares em escalas locais, regionais e até nacionais, todavia possui características específicas. Para Corrêa e Rosendahl (2007, p.13):

Muitas letras de canções possuem uma explícita referência espacial, constituindo-se em verdadeiras celebrações de lugares ou, ao contrário, em contesta-

ções referenciadas às condições de vida em determinados lugares. Do ponto de vista da melodia, há nítida correlação entre música e região (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p. 13)

A partir da ótica de pensar os lugares ligados aos seus significados, torna-se um exercício instigante para entender os processos que neles se desenvolvem, e a música pode fornecer alguns caminhos na busca por esse entendimento. Segundo, Cosgrove (1998, p.89-90):

Frequentemente encontramos a evidência nos próprios produtos culturais: pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas, filmes e canções podem fornecer uma base firme a respeito dos significados que lugares e paisagens

possuem, expressam e evocam, como fazem fontes convencionais ‘factuais’ (COSGROVE, 1998, p. 110).

Assim sendo, pode ser atribuída a canção como um dispositivo didático-pedagógico capaz de expressar distintos significados como o caso da música “Asa Branca” que descreve o cenário do sertão nordestino como, também, o drama vivido pelo povo daquele lugar no seu dia a dia. Para Oliveira e Holgado (2016, p. 89 - 90):

A música possibilita que os alunos conheçam diferentes espaços através de diversos elementos que aparecem nelas, e que podem gerar movimentos que os levem a entender a grande diversidade presente nos espaços. Também, pode despertar

para os diferentes objetos, processos e ações que fazem parte de diferentes locais. Isso deve ser aproveitado nas aulas de Geografia no Ensino Fundamental. As músicas, também, representam as mudanças que ocorrem na sociedade, seja através do que dizem as suas letras ou dos valores associados a um determinado estilo musical. E, isso se manifesta no espaço escolar nas falas, nas atitudes e nas roupas dos alunos. Assim, com as músicas pode-se pensar em diferentes elementos que fazem parte do cotidiano dos alunos. (OLIVEIRA; HOLGRADO, 2016, p. 89-90).

Assim sendo, para Cavalcanti a:
[...] incorporação de

outras formas de linguagem (ou outras formas de leitura da realidade), como o cinema, a música, a literatura, as charges, a internet. É verdade que a sociedade mudou e avançou em muitos aspectos, e que a escola e o ensino de geografia não têm acompanhado satisfatoriamente essa mudança. Por isso mesmo, a escola e o ensino de geografia precisam, de fato mudar, precisam estar mais ligados à vida social atual (CAVALCANTI, 2008, p. 33).

Nesse sentido, fica evidente que a utilização de outras linguagens podem desenvolver aulas de Geografia mais atrativas e dinâmicas, pois, possibilita proporcionar outras formas de entendimento da realidade em

que os educandos estão inseridos. É claro, se há mudanças nas sociedades, ela pode expressar-se de diversas maneiras e a música como expressão cultural da mesma forma. É importante ressaltar, que não é qualquer música que pode ser utilizada em sala de aula, é preciso ter uma atenção especial para que a busca por uma nova linguagem não distorça ou distancie os alunos do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a figura do professor é importantíssima, visto que é ele que irá fazer o intermédio entre a música escolhida e o tema a ser abordado bem como levar a canção para a sala de aula e os objetivos dela. Nesse sentido, para Oliveira e Holgado (2016, p.91):

Um planejamento adequado torna-se necessário, pois se não, pode-se ficar numa situação em que a música não gerou mudanças no que



está sendo proposto em sala de aula, ou seja, uma nova linguagem não se fez presente durante a aula. E pode ficar caracterizado, mesmo sabendo-se que não é esta a intenção, como algo para ‘passar o tempo’ como algo para simplesmente manter os alunos ocupados. Levar uma música somente para ouvir, não colaborou ou colabora muito pouco para as aulas de Geografia, deve haver discussões, análises, deve-se relacionar com as questões espaciais, com as temáticas de sala de aula, para que realmente a música seja outra linguagem no ensino de Geografia. (OLIVEIRA; HOLGADO, 2016, p.91)

Nessa perspectiva, a re-

alização do planejamento da aula é imprescindível, além disso, deve contar com metodologias e objetivos bem definidos e coerentes com a música a ser utilizada. Ademais, o professor deve destacar para os alunos que a música possibilita uma nova estratégia didático-pedagógica que pode ser inserida para complementar e dinamizar o ensino de Geografia no dia a dia. Nessa perspectiva, a partir das abordagens interpretativas das letras das músicas com a luz dos temas e conceitos geográficos. Desse modo, a música denominada de “Asa Branca” escrita por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira em 1947, considerada o hino do nordeste, pois, aborda a questão da resistência, luta, apego pelo lugar da população nordestina diante das secas prolongadas do sertão. Conforme, os primeiros trechos da música abaixo ficam explicitados os

aspectos climatológicos e religiosos. Quando olhei à terra arden- do. Qual fogueira de São João. Eu perguntei a Deus do céu, ai. Por que tamanha judiação. Eu perguntei a Deus do céu, ai. Por que tamanha judiação. (Gonzaga; Teixeira, 1947). Nessa perspecti- va, o trecho da canção evidencia um contexto em que os escritores estão inseridos, revelando aspec- tos do espaço como fatores cli- máticos, pedológicos, a fauna e flora, além disso, cultural religio- so no momento da evocação de um Deus mostrando o estado de preocupação e agonia do perso- nagem da música por presenciar à terra em que mora passar por situações caóticas. Em outro tre- cho da canção fica clara a narra- ção das características do clima semiárido.

“Que braseiro, que for- nalha. Nem um pé de plantação. Por falta d’água perdi meu gado.

Morreu de sede meu alazão. Por farta d’água perdi meu gado. Mor- reu de sede meu alazão” (Gonza- ga; Teixeira, 1947). Nesse senti- do, mostrando aspectos quanto à alta temperatura do ambiente, bem como questões relaciona- das com a ausência de vegetação diante das condições postas. As- sim, a partir desse trecho dá para discutir o impacto causado pela seca como, por exemplo, a perda do seu cavalo (Alazão) e do seu gado. Além disso, a música irá abordar questões como a mudan- ça da dinâmica populacional das aves que vão embora para outras regiões, inclusive, “Asa Branca” é o nome da canção e do pássa- ro mencionado no decorrer da canção que, ao mesmo tempo, representa esperança que a chu- va volte e sua fuga evidencia o oposto, a falta de precipitação de água. Em suma, ademais, a canção possibilita abordar outros

temas para o contexto do semi-árido em sala de aula, pois, ela traz em si uma mensagem acerca dos aspectos geográficos, físicos e humanos desse recorte espacial do Brasil. Essa música descreve a situação da população sertaneja que sofre com os longos períodos de ausência de chuvas e as dificuldades socioeconômicas que, muitas vezes, promovem o êxodo rural “obrigando-os” a ir buscar empregos, condições de vida melhores em outros estados, especialmente, os da região sudeste. Musiat e Junior (2014, p.3), mencionam que:

As músicas demonstram por um lado a descrição de uma paisagem de um Sertão com graves problemas sociais causados pela seca nas letras de Gonzaga. Os problemas sociais são muitas vezes associados a fé religiosa em forma de pre-

ces de ajuda a Deus. Por outro lado Gonzaga também descreve um ufanismo regional, uma paixão pela sua terra apresentando um sentimento de pertencimento a um ‘Sertão Lugar’ acreditando em futuras mudanças. As paixões por outras espacialidades também são observadas no ritmo de um baião de bailes, onde o sanfoneiro descreve paixões pelas festas e dedicatórias as mulheres. (MUSIAT; JUNIOR, 2014, p.3).

Além disso, a música menciona o apego ao lugar expressando a esperança de um dia a chuva voltar e as condições de sobrevivência melhorar. Ainda para Musiat e Junior (2014, p.4), as músicas expressam:

Uma terra seca e infértil, o gado morrendo pela falta de pasto

e água, a dura vida de se manter em uma região onde o povo judiado pela seca, falta trabalho e plantações não nascem, mas o amor e a saudade das belas mulheres e pela terra nordestina, a esperança pela chuva e melhorias e a fé para sobreviver todo os dias numa terra que jamais será abandonada por quem la nasceu e junto cresceu um amor por aquele chão é demonstrado em ambas as culturas. (MUSIAT; JUNIOR, 2014, p.4)

Nessa ótica, fica clara a oportunidade do docente contextualizar a aula sobre o semiárido por meio da música tendo em vista que ela mostra contexto real sobre a área geográfica e os impactos sociais e ausência de políticas públicas socioeconômicas eficazes para o enfrentamento

dessa problemática. Assim, possibilitando os alunos a refletir sobre a letra da música e a mensagem que ela comporta, ademais, propor uma análise dos contextos do ano que a canção foi criada e o contexto atual e a partir desse estudo reflexivo os discentes realizarem suas próprias conclusões e questionamentos. Desse modo, proporcionando a autonomia de pensamento dos estudantes e contribuindo para que eles desenvolvam argumentos com base em outras linguagens, nesse caso a música, assim abrindo o leque de possibilidades e meios para a sustentação das suas argumentações e suas intervenções sobre as suas realidades fundamentadas em fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos com essa pesquisa que a música é uma es-

estratégia didático-pedagógica para se trabalhar nas aulas de Geografia, especialmente no contexto do semiárido, a partir da abordagem de conceitos da Geografia, tendo em vista a apropriação do raciocínio geográfico com destaque para o contexto em que os alunos estão inseridos, diante das inúmeras possibilidades e vantagens mencionadas no decorrer do texto. Assim, recorrendo às canções de Luiz Gonzaga para se trabalhar a Geografia do Nordeste e suas vertentes por meio dos elementos geográficos regionais presentes nas letras das músicas. Nessa ótica, com a utilização das letras músicas que expressam as realidades dos povos, destacando a dos alunos que condicione uma significativa compreensão dos assuntos abordados, assim proporcionando uma valorização dos elementos materiais e imateriais que fazem parte desse re-

corte geográfico.

Além disso, esperamos que esse estudo contribua para promover a reflexão dos docentes sobre as inúmeras possibilidades que a música pode apresentar para contextualizar e dinamizar as aulas de Geografia a fim de que propicie uma melhor compreensão e para a valorização da análise metodológica e teórica da dimensão espacial regional das letras das músicas que expressam características diferentes desses lugares como, também, a riqueza que os novos recursos didáticos que a era tecnológica propicia. Destarte, pode-se concluir que a música é um importante recurso didático estratégico para o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece

as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 23/12/1996.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018.

BUENO, R. J.; SILVA, A. P. Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro. In: JESINE, E.; BATISTA, M. do S. X.; MOREIRA, O. de L. (Orgs). Educação popular e movimentos sociais. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2008.

CAVALCANTI, L. S. Ensino de Geografia e diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, S. (Org.). Educação geográfica: teorias e práticas

docentes. São Paulo: Contexto, 2005, p. 66-78.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Literatura, música e espaço: uma introdução. In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Literatura, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.07-16.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZAGA, L. TEIXEIRA, L. Música – Asa Branca. Disponível



em <http://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/asa-branca-volta-da-asa-branca.html>. Acesso em: 04/07/21.

MUNIZ, A. A música nas aulas de geografia. Uberlândia: Revista de ensino de Geografia, 2012. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N.4/Art6v3n4.pdf>. Acesso em: 03/08/21.

MARTINS, J. S. Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido. In: RESAB. Educação para a convivência com o semiárido brasileiro - reflexões teórico-práticas da RESAB. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB, 2006.

MUSIAT, Mauro Augusto; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICAS REGIONAIS EM MUSI-

CAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRABALHOS DE LUIZ GONZAGA E CESAR OLIVEIRA E ROGERIO MELO. Data: 2015. Disponível em: Representações Simbólicas Regionais em Músicas: Uma Análise Comparativa dos Trabalhos de Luiz Gonzaga e da Dupla César de Oliveira e Rogério Melo – Revista Partes. Acesso em: 15/07/2021.

NASCIMENTO e SILVA, Maria Juliana do e Cicero Moreira da. O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO. Revista de Geografia, Recife, V. 37, No . 3, p.47-64 2020

OLIVEIRA, H. C. M. de et. al. A música como um recurso alternativo nas práticas educativas em Geografia: algumas reflexões. In: Revista Caminhos de Geografia.

Uberlândia/MG, ano 8, n. 15,
jun/2005, p. 73-81

OLIVEIRA e HOLGADO, Vic-
tor Hugo Nedel e Flávio Lo-
pes .CONHECENDO NOVOS
SONS, NOVOS ESPAÇOS: A
MÚSICA COMO ELEMENTO
DIDÁTICO PARA AS AULAS
DE GEOGRAFIA. In: GEO-
GRAFIA E MÚSICA Diálogos.
1 Edição. Natal: Editora: EDU-
FRN, 2016. Cap.1, p.84-103.

SILVA e TRAJANO, Ana Cláu-
dia Ribeiro da e Sâmara Rachel
Ribeiro da Silva. A MÚSICA
COMO TEMA NORTEADOR
DOS CONTEÚDOS DE GE-
OGRAFIA. 2016.Disponível
em:[www.eng2016.agb.org.br/re-
sources/anais/7/1467681303_AR-
QUIVO_ArtigoexpandidodeA-
naClaudiaR.daSilva\(ENG2016\).
pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467681303_ARQUIVO_ArtigoexpandidodeAnaClaudiaR.daSilva(ENG2016).pdf). Acesso em: 10/08/2021.

PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL: QUE PROFISSIONAL É ESTE E O QUE ELE FAZ?

INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGY: WHAT IS THIS PROFESSIONAL AND WHAT DOES HE DO?

Jacqueline Linhares Farias¹

Janaina Maria Pereira Ribeiro Santos²

Resumo: A discussão desse texto surgiu devido a uma disciplina eletiva do curso de Psicopedagogia percebemos que era preciso entender quem era o Psicopedagogo Institucional. Mas antes disso precisaríamos compreender um pouco também sobre a Psicopedagogia, como ela surgiu no Brasil, o que faz o Psicopedagogo Institucional e onde é possível a sua atuação. Buscamos embasamento biblio-

gráfico a fim de contribuir com o reconhecimento da profissão do Psicopedagogo nas Instituições e discutir um pouco a respeito da sua progressiva e eficaz contribuição.

Palavras chaves: Psicopedagogia. Psicopedagogo Institucional. Instituições.

Abstract: The discussion of this text arose due to an elective cour-

1 Jacqueline Linhares Farias. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade ALPHA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade ALPHA. Graduada em Pedagogia pela UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

2 Janaina Maria Pereira Ribeiro Santos. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade ALPHA. Graduada em Pedagogia pela UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

se in the Psychopedagogy course, we realized that it was necessary to understand who the Institutional Psychopedagogy was. But before that, we would also need to understand a little bit about Psychopedagogy, how it emerged in Brazil, what Institutional Psychopedagogy does and where it is possible to act. We seek bibliographical basis in order to contribute to the recognition of the Psychopedagogy profession in Institutions and to discuss a little about its progressive and effective contribution.

Keywords: Psychopedagogy. Institutional Psychopedagogy. Institutions.

INTRODUÇÃO

Muito ainda se questiona a respeito do Psicopedagogo na Área Institucional. Neste re-

sumo iremos abordar um Breve histórico da Psicopedagogia no Brasil, quem é o Psicopedagogo, o Papel do Psicopedagogo Institucional, onde o Psicopedagogo Institucional pode atuar, como o Psicopedagogo desempenha o seu trabalho nas instituições. Explanaremos um pouco sobre os três níveis de prevenção à incidência de problemas de aprendizagem nas instituições e a diferença entre a Identidade Institucional e a Estrutura Institucional.

Por muito tempo se percebeu que as pessoas têm dificuldades de aprendizagem das mais diversas e em momentos diferenciados de suas vidas. Diante da “... necessidade de orientar o processo educativo, oferecendo um conhecimento mais profundo dos processos de desenvolvimento, maturidade e aprendizagem humanos” (BOSSA, 2000, p. 41) e visando uma compreensão total

da criança e do seu meio a Psicologia, a Psicanálise e a Pedagogia uniram os seus saberes a fim de compreender o ser humano como um todo.

Através dessa cooperação Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, esperavam adquirir um conhecimento total da criança e do seu meio, o que tornaria possível a compreensão do caso. Assim, a ação reeducadora poderia ser determinada e prevista de acordo com a orientação e a gravidade dos distúrbios da criança (BOSSA, 2000, p. 39)

Inicialmente as investigações a nível Psicopedagógico ocorreram com os infantes pelo fato de ser considerável o número de crianças com dificuldades de aprendizagem que emergiam das escolas e brotavam nos consultó-

rios de Psicologia e Psicanálise.

Um fator essencial a ser analisado neste processo de análise realizado pelo Psicopedagogo é o contexto psicossocial. O meio em que estes aprendentes estão inseridos também faz parte da sua formação. Há autores que [...] defendem a tese de que os educandos e suas famílias são injustamente responsabilizados por problemas cujas causas reais se encontram no contexto social, político e económico onde a escola se insere, composto pela má formação docente, pela lógica capitalista excludente e pela constante reprodução de uma estrutura social de classes (ANGELUCCI et al., 2004 apud FEITOSA; PRETTE; MATOS, 2007, p.110).

Vimos que esta análise

se Psicopedagógica vai além do ser humano e busca identificar os problemas de âmbito social, político e econômico relacionados as pessoas que avalia. É bem verdade que este é um trabalho abrangente e complexo, por isso quanto mais capacitado for o profissional da Psicopedagogia mais fácil se torna identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem de forma eficaz.

Embora a Associação tenha se concretizado desde a década de 80, entretanto desde 1997 a Associação Brasileira de Psicopedagogia tem entrado em embate pela regulamentação da profissão do psicopedagogo, o que infelizmente ainda não ocorreu.

A Associação de Psicopedagogos de São Paulo surge em 1980, a partir dos questionamentos a respeito do perfil

profissional do psicopedagogo e da necessidade de definição de suas funções que começam a aparecer nas primeiras turmas de alunas do Instituto Sedes Sapientiae (ABPp, 1987)

Num segundo momento surge com muita força, no grupo de Psicopedagogos, a necessidade da interdisciplinaridade para a realização do trabalho Psicopedagógico. Promovendo eventos abordando temas inerentes aos aspectos psicopedagógicos envolvidos na aprendizagem onde profissionais de várias áreas de atuação foram convidados. Num terceiro momento o cenário nacional estava repleto de contatos com os grupos de profissionais, destacando Maria Lúcia Lemme Weiss, Maria Aparecida Mamede Neves e Maria Luiza Teixeira. O professor argentino Jorge Visca



vem ao grupo de São Paulo com uma visão de Psicopedagogia voltada para a pesquisa a partir das causas e dos sintomas contribuindo de forma considerável para o desenvolvimento desta ciência no Brasil.

A ABPp é atuante e está atenta ao âmbito político e social. Realizou um pronunciamento a respeito do Decreto 10.502/2020 sobre a Política de Educação Especial suspenso pelo Ministro Dias Toffoli acompanhado pelo Supremo Tribunal Federal. No último dia 11 de Agosto de 2021 o ministro suspendeu a eficácia do Decreto supracitado que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. A decisão liminar foi proferida em ação direta de inconstitucionalidade e irá ao Plenário submetida a referendo.

“A inclusão prioriza

a diversidade e a vivência da igualdade de direitos que trazem a equidade de oportunidades para diferentes necessidades educacionais, visando que cada um possui competências que devem ser respeitadas e estimuladas. Sabemos dos desafios que a grande área da Educação enfrenta, porém a prerrogativa da inclusão nos oportuniza reflexões e ações que beneficiam a todos usufruírem de um sistema educacional de qualidade. Desta forma a ABPp ressalta que toda e qualquer ação que leve à discriminação promove a exclusão de pessoas em nome de uma “especialização”. (ABPp, 2021)

Vemos a atuação frequente da ABPp desde 1980 em

favor da equidade no atendimento dos diferentes alunos, nas diversidades físicas, emocionais, intelectuais, psicológicas, culturais requerendo seus direitos.

Mas quem é o Psicopedagogo? O Psicopedagogo é um investigador que vai em busca de todo contexto que envolve o seu avaliando, seja ele criança, adolescente, adulto ou idoso. Que não foca na dificuldade em si, mas nas situações diversas que muitas vezes é a principal causa das dificuldades do seu avaliando.

De acordo com Fini (2000), se faz necessária a análise dessas situações de forma mais crítica e abrangente, atentando para as poucas verbas destinadas à Educação, condições precárias das escolas, a desvalorização do professor, a deficiente formação de alguns

docentes, entre outros tantos problemas. Deste modo o trabalho do psicopedagogo pode auxiliar o aluno, o professor e a escola contribuindo para a melhoria do trabalho docente.

É importante lembrar que não somente as crianças são contempladas por este processo Psicopedagógico. Vemos que toda sociedade é afetada pelo contexto socioeconômico e suas consequências. E isto tem atingido adultos e idosos em seus ambientes institucionais e não apenas crianças e adolescentes na conjuntura escolar. Na definição do objeto de estudo da psicopedagogia vemos diversas significações:

Para Kiguel (1991), o objeto de estudo se estrutura em torno dos padrões evolutivos (normais e pato-

lógicos) do processo de aprendizagem humana; para Neves (1991), o objeto de estudo é o ato de aprender e ensinar; para Scoz (1992), é o processo de aprendizagem e as suas dificuldades; para Rubinstein (1992), “é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm nesse processo” (RUBINSTEIN, 1992, p. 103 apud BOSSA, 2000, p. 20).

Um fator é considerado em ambas as acepções do objeto de estudo da Psicopedagogia o principal objetivo da Psicopedagogia é estudar a Aprendizagem humana. E o Psicopedagogo é o responsável pela contextualiza-

ção de fatores que circundam o ser capaz de aprender.

Faz parte do papel do psicopedagogo:

[...] detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa a fim de favorecer o processo de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; realizar processo de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo (SOARES; SENA, 2012, p. 2-3)

A ação do Psicopedagogo Institucional está centrada na prevenção do fracasso, ele é o profissional que precisa estudar as modalidades do Aparente;

que precisa buscar estratégias para mediar o conhecimento, que serão as intervenções Psicopedagógicas. Ele precisa observar os obstáculos epistêmicos (cognição) e epistemofílico (vínculo afetivo). Deve entender também o que significa o aprender para o sujeito, a família, a escola e descobrir o porquê do não aprender. Para isso o Psicopedagogo precisa ser um pesquisador permanente que busque além disso criar um ambiente harmonioso nos relacionamentos interpessoais.

A Psicopedagogia pode ser exercida em clínicas e instituições. Os dois ambientes exigem metodologias de trabalho específicas. O Psicopedagogo pode atuar em qualquer instituição: Escolar, Empresarial ou Hospitalar. Em todas as esferas esse profissional atua, pois, durante o processo de transmissão das informações que essas pesso-

as recebem em suas instituições pode haver falha na compreensão. Isto prejudica o processo de comunicação gerando falhas e até causando danos irreparáveis.

Estes problemas podem ser evitados ou minimizados pela atuação do Psicopedagogo que analisará todo o contexto a fim de buscar soluções, seja para um estudante ou um profissional.

Para analisar um sintoma dentro de uma empresa é preciso conhecer a metodologia da Instituição, seus valores e missão; investigar o que causa os problemas; agir sempre com um olhar preventivo; analisar o que causa contradições dentro do ambiente institucional; analisar também os conflitos implícitos e ocultos; verificar o que tem de errado e preparar a intervenção; seguir a fundamentação teórica da Instituição; olhar o todo para ver onde a crise está se focando;

identificar os obstáculos no processo de aprendizagem; implantar recursos preventivos.

Atualmente há uma maior preocupação com a Psicopedagogia em seu aspecto preventivo, que está diretamente relacionado com a Escola. Inicialmente seu maior foco era na questão clínica. Existem três níveis de prevenção (profilaxia) das Dificuldades de Aprendizagem.

Bossa (2000) divide o trabalho institucional em três níveis; no primeiro o objetivo do psicopedagogo é diminuir a periodicidade de incidência de problemas de aprendizagem, o segundo nível proposto se configura na diminuição e no tratamento dos problemas de aprendizagem já instalados e o terceiro nível atua clínica e diretamente sobre o transtorno.

A identidade institucional é a expressão que confere

personalidade a instituição e traz o que se considera ideal para a mesma. Esta identidade está representada nos conceitos de missão, visão e valores da instituição. A missão define a razão da existência empresarial; a visão é a situação desejável para o futuro da empresa e os valores constituem a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

A estrutura institucional é formada pelos Representantes da empresa, pela Diretoria e funcionários. Dependendo da esfera a que pertence a instituição pode ser educacional, hospitalar ou empresarial e baseado nisso existem inúmeras variações de profissionais que atuam nelas. Entretanto há um profissional que pode atuar em todas elas que é o Psicopedagogo com o intuito de identificar as dificuldades nos processos de aprendizagem e tomar medidas preventivas e ações

pontuais de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste resumo abordamos a Psicopedagogia Institucional e sua área de atuação e concluímos que este profissional é essencial para o bom funcionamento do processo educacional dentro das empresas, buscando estudar as modalidades dos aprendentes, a fim de preparar estratégias para mediar o conhecimento, para intervir diante das dificuldades de aprendizagem identificadas. Vimos que ele precisa avaliar não apenas os aspectos cognitivos, mas também os vínculos afetivos. O Psicopedagogo Institucional pode exercer sua função em clínicas e instituições, dentre elas as hospitalares. Observamos também que na atualidade há uma atenção maior com a Psicopedagogia em seu as-

pecto preventivo, a fim de minimizar as Dificuldades de Aprendizagem no espaço institucional. Esperamos com este resumo contribuir com a expansão da profissão do Psicopedagogo no âmbito empresarial.

REFERÊNCIAS:

ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia. A História da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/a-historia-da-associacao-brasileira-de-psicopedagogia/>. Acesso em 01 set. 2021.

MATUOKA, Ingrid. Os Desafios da EJA para incluir quem a escola abandonou. Disponível: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>. Acesso em 02 set. 2021.

NOTA TÉCNICA AOS PSICOPEDAGOGOS. ABPp – Associação Brasileira de Psicopedagogia. Disponível: <https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2021/08/NOTA-TECNICA-AOS-PSICOPEDAGOGOS-Decreto-10-502-suspenso-pe-lo-STF-23-08-2021-Final.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

ZUMPANO, Gabriela. Psicopedagogia: Processo Histórico, Ambientes e Técnicas de Atuação. Disponível: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/121825/000797181.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 04 set. 2021.

OS DESAFIOS DA EJA: DO FRACASSO ESCOLAR À EVASÃO

EJA'S CHALLENGES: FROM SCHOOL FAILURE TO DROPOUT

Janaina Maria Pereira Ribeiro Santos¹

José Carlos da Silva²

Resumo: A discussão desse texto surgiu devido a uma disciplina eletiva da educação de jovens, adultos onde sentimos necessidade de atender aos desafios da EJA (Educação Jovens e Adultos), do fracasso escola à evasão. Passando a identificar o que leva ao fracasso escolar. Procuramos verificar nas leituras atuais de textos e encontrar respostas e propostas para contribuir com a diminuição dessa evasão buscando suporte

em aportes teóricos clássicos.

Palavras chaves: EJA. Evasão. Fracasso Escolar

Abstract: The discussion of this text arose due to an elective discipline in the education of young people, adults where we felt the need to meet the challenges of EJA (Youth and Adult Education), from school failure to dropout. Starting to identify what

1 Janaina Maria Pereira Ribeiro Santos. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade ALPHA. Graduação em Pedagogia pela UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

2 José Carlos da Silva. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade ALPHA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade ALPHA. Graduado em Pedagogia pela UNINABUCO



leads to school failure. We seek to verify current readings of texts and find answers and proposals to contribute to the reduction of this evasion, seeking support in classical theoretical contributions.

Keywords: EJA. Evasion. school failure

INTRODUÇÃO

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é um programa do Governo Federal, que hoje substitui a modalidade de ensino do antigo supletivo. A EJA tem como direção as pessoas que não concluíram o ensino fundamental antigo 1º grau e o ensino médio antigo 2º grau. É adotada na rede pública brasileira e também por algumas redes particulares onde recebem estes Jovens e Adultos que não concluíram a educação básica na idade apropriada, por

motivos que os impediram de estarem na escola no período adequado.

A EJA nasce como resposta à necessidade da escola regular pelos, que por motivos diversos não conseguiram concluir o período escolar na idade certa. A EJA busca encorajar a luta para que esse público naturalmente siga e conclua. Nos anos 40, a educação torna-se uma questão de segurança nacional, o atraso do país é relacionado à falta de instrução de seu povo. Em 1942 é criado o SENAI onde é vinculada a Educação de Adultos à Educação Profissional. O 1º Congresso Nacional de Educação em 1947 lança o Slogan: “Ser Brasileiro é ser Alfabetizado”. De 58 a 61, houve a Campanha Nacional contra o Analfabetismo no País (CNEA) e em 1958 no 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, Paulo Freire foi à maior

expressão do senado progressista da educação.

Na década de 70, ainda sob o regime militar, marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Era um projeto para acabar com o Analfabetismo. Após esse período o ensino de Jovens e Adultos foi implantado em 1971. Foi um marco importante para a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Ele foi apresentado à sociedade como projetos de escola do futuro. Com a modernização socioeconômica nos anos 70 que tratava de uma escola para recuperar o atraso, formando uma mão de obra, que contribuísse no esforço para o desenvolvimento.

Com a lei de Reforma nº 5.692/71 foi atribuído o ensino Supletivo dos Estados para atenderem os jovens e adultos. Com a LDB 9.394/96, o mesmo ensi-

no Supletivo passa a ser a EJA. O conhecimento é adquirido da interação social, assim ele é constituído do indivíduo com o meio social considerando experiência de vida, valores, e a cultura do Alfabetizando.

A Escola tem como dever, proporcionar o desenvolvimento de letramento a cada indivíduo. A escola é quem prepara o indivíduo para vida na sociedade é o instrumento para a alegria de conviver e cooperar. Segundo Soares (2003) segundo o uso das “Habilidades de leitura e escrita” para o funcionamento da sociedade e sucesso pessoal. É necessário, o professor trabalhar em sala de aula de maneira flexível e não só utilizando o plano de aula, devido às deficiências de cada indivíduo procurando atender as necessidades diversas que cada um traz do seu cotidiano e procurando satisfazê-los dinami-

camente obtendo assim a aprendizagem eficaz a cada carência importa em cada um deles, Conforme Freire:

“Até o momento em que os oprimidos não tomam consciência das razões de seu estado de opressão aceitam a sua exploração mais ainda provavelmente assumem posições passivas, aliadas em relação à necessidade de sua própria luta pela conquista de sua liberdade e de sua formação no mundo” (FREIRE, 1985, p.55).

Freire que dizer em suas palavras que se o oprimido segue uma regra tradicional de ensino, ele não vai conseguir se desenvolver e suprir as carências de cada um. Só assim ele encontrará o seu progresso didático, saindo das suas carências que muitas ve-

zes, só ele tem em sala de aula, aumentando assim, sua autoestima e trazendo para sociedade de uma forma pacificadora e eficaz o seu sucesso psíquico e profissional.

Atribui-se a evasão escolar à vários fatores, condições básicas familiares, falta de saneamento básico, desigualdade de renda, infraestrutura escolar, educadores (as) mal capacitados, a política socioeconômica, os políticos que ainda querem os eleitores analfabetos para suprir os anseios políticos (voto), mães que na maioria das vezes não tem onde deixar seus filhos de menor idade, maridos enciumados que desconfiam de suas companheiras, as marcas deixadas nos jovens durante o seu processo escolar, os horários que muitas vezes não se adequam aos horários dos trabalhadores, vergonha dos adultos para voltarem a sala

de aula e achando que não são capazes.

A EJA é vista como um retrato das desigualdades socioeconômicas brasileiras. Porque ela congrega as fragilidades da escola excludente frente à diversidade e no outro o direito de aprender em qualquer idade que seja. Por isso a EJA carrega consigo a responsabilidade de não excluir estas pessoas mais uma vez.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2017 deixam claro quem a escola abandonou: sete em cada dez brasileiros sem Ensino Fundamental completo têm renda familiar de até um salário mínimo. No Nordeste, 52,6% dos brasileiros sequer concluíram o Fundamental, enquanto no Sudeste, 51,1% têm pelo menos o Ensino Médio. As pessoas

brancas têm 2 anos a mais de escolarização em relação às pretas e pardas e mais chances de chegar ao nível superior: 22,2% contra 8,8%.

Vemos que os números são alarmantes e que precisamos agir intervindo com urgência neste sentido. A região Nordeste precisa ter um olhar diferenciado já que mais da metade da população não concluiu o ensino fundamental até o 9º ano, antiga 8ª série. No Sudeste brasileiro a situação é menos crítica, mais da metade da população tem pelo menos o Ensino médio. Notamos ainda que as pessoas autodeclaradas brancas têm dois anos a mais de escolaridade em relação aos autodeclarados negros e pardos. Estes tem 14% a menos de chance de chegarem ao Ensino Superior.



É possível notar claramente que as desigualdades também envolvem as questões de gênero e identidade.

As desigualdades também envolvem as questões de gênero e identidade. A proporção de mulheres jovens que não estudaram por conta da responsabilidade exclusiva de desempenhar os afazeres domésticos ou cuidar de pessoas é 32,6 vezes superior à dos homens envolvidos nessas atividades. Além disso, no Brasil, a evasão escolar de pessoas trans chega a 82%.

A EJA busca resolver mais que um problema educacional, mas político e social. Diante dos dados vimos que muitas mulheres jovens são obrigadas a “trocar” os estudos pela casa ou de familiares sendo 32,6 vezes ao

número de homens. Um absurdo ainda maior de evasão que acontece é devido ao preconceito, 82% das pessoas trans desiste de concluir o ensino fundamental e médio. Sônia Couto coordenadora do Centro de Referência Paulo Freire do instituto homônimo resume: “Para resolver um lado, tem que resolver os outros.”

Na realidade infelizmente não vemos isso. A especialista explica que os alunos evadem ou migram para a EJA devido as falhas que ocorrem no Ensino Fundamental e Médio. Por sua vez o Estado não resolve as questões que levam ao abandono escolar culpando os estudantes e professores pelo fracasso escolar e fazendo com que a EJA tenha mais um caráter assistencialista do que de direito mesmo sabendo que isto é assegurado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB).

Considerações finais

Cabe considerar que essa problematização está longe de acabar, enquanto pensamos em educação de jovens e adultos como uma volta a sala de aula para recuperar o tempo perdido nunca iremos oferecer resultados, sem deixar de considerar que esse fator é uma situação precária perante as discussões sociais, políticas e econômicas na atualidade. Pensando dessa forma e em grande parte devido ao turbilhão social que assola o capitalismo e leva a vários fatores como o fracasso escolar e a evasão da EJA. É essencial discutir esta questão para introduzir uma concepção de educação que seja capaz de desenvolver a equidade de oportunidades para quaisquer que sejam as pessoas, negras,

pardas, brancas, trans ou mulheres. Na perspectiva do educador Paulo Freire, a cultura, significa a expressão de realidades vividas. Tornando-se uma educação de construção e vivências para todos os indivíduos que queiram aprender e ensinar. Que esta seja uma discussão constante para que esta luta saia do papel e das rodas de conversas e se efetive numa Educação igualitária para todos utilizando das experiências de cada indivíduo e tornando-a mais eficaz e sólida.

REFERÊNCIAS:

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. O Ensino Supletivo. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos. ANPED, 2000, p.116-117.

PINTO, Tânia. Banalização do Ensino Supletivo. Disponível:



[Http://WWW.universia.com.br/..//noticia_clipping_chcic.html](http://WWW.universia.com.br/..//noticia_clipping_chcic.html)>
Acesso em: 01/05/2010.

DUARTE, Beatriz. NASCIMENTO, Edileuza. Causas da Evasão Escolar na EJA. Recife: 2011.

MELO, Cleonice. A Educação de Jovens e Adultos e as Interações Pedagógicas para Evitar a Evasão e as Relações que Promovem o Fracasso e o Sucesso. Água Preta: 2008.

LEITE, Adilene. SILVA, Maria. SILVA, Sívio. Evasão Escolar na EJA. Catende: 2009. Freire: 1985 p. 55.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido

MATUOKA, Ingrid. Os Desafios da EJA para incluir quem a esco-

la abandonou. 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-e-ja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>. Acesso em 02 set. 2021.

A TRANSMIDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DO LEITOR CONTEMPORÂNEO

TRANSMEDIATION IN THE FORMATION OF THE CONTEMPORARY READER

João Santos da Silva Júnior¹

Resumo: O presente artigo tem por finalidade delinear os diferentes caminhos necessários para a formação do leitor contemporâneo, o objetivo é trazer a luz do conhecimento que a trasmídia hoje, se traduz como perspectiva fortuita na formação do leitor, dado as diferentes possibilidades que permeia e concatenam-se com o ato formativo. Esse artigo estrutura-se a partir de uma descrição do que é trasmídia e de que forma ela acontece contribuindo para/na formação do leitor contemporânea. O estudo bibliográfico do livro “Cultura da

Convergência” de Henry Jenkins (2009) embasa em sobremaneira a estrutura desse trabalho e também a leitura trasmidiada de obras como: a saga Harry Potter e A escrava Isaura. Para além de entendermos como o processo trasmidiático contribui na formação do leitor, visamos identificar o passo a passo, que convergem na (re) estruturação do conhecimento e saberes leitores.

Palavra – Chave: Trasmídia, Formação do leitor, Literatura, Convergência literária e leitor contemporâneo.

1 UNEB

Abstract: The present article aims to outline the different paths necessary for the formation of the contemporary reader, the objective is to bring the light of knowledge that the transmedia today, translates as a fortuitous perspective in the formation of the reader, given the different possibilities that permeate and concatenate with the formative act. This article is structured from a description of what is transmedia and how it happens contributing to/in the formation of the contemporary reader. The bibliographic study of the book “Culture of Convergence” by Henry Jenkins (2009) is very much based on the structure of this work and also the translated reading of works such as: the Harry Potter saga and The Slave Isaura. In addition to understanding how the transmediatic process contributes to the formation

of the reader, we aim to identify the step by step, which converge in the (re) structuring of knowledge and readers.

Keyword: Trasmídia. Reader Training. Literature. Literary Convergence and Contemporary Reader.

INTRODUÇÃO

As narrativas transmidiáticas são processos verificados em diferentes áreas do conhecimento com entrelaçamento de filmes, vídeos, sites, jogos, blogs, redes sociais e textos literários escritos que estão presentes no campo literário, jornalístico e publicitário. Em processo podem assumir diferentes definições quando se busca entender a sua aplicabilidade nas distintas realidades, dessa forma, procuramos entender o que é transmídia

e seu processo de (re) construção, entendendo as diferenças entre transmídia e cross media verificando a sua relação com as novas exigências da sociedade contemporânea.

Ao trazer no título a expressão “a transmídia na formação do leitor contemporâneo” busca-se, definir os encaminhamentos desse trabalho, onde o aporte central seja o fator transmiático da literatura para outras mídias justificados na necessidade de conhecer o que é literatura transmiada ao tempo que se compreende os desdobramentos da leitura, os quais buscam embasar as intenções e evidenciar a importância da transmídia literária na formação do leitor contemporâneo.

O objetivo com essa produção é colaborar no processo formativo do leitor e um trato reflexivo teórico acerca da situação

que envolve a transmídia defendendo também o papel fundamental de cada mídia na formação do leitor. O primeiro tópico traz a conceituação de transmídia com o breve recorte histórico descrevendo a sua estruturação e funcionalidade que, ora é vista como comercial meio de vender o produto a partir das necessidades contemporâneas, ora, como complemento no processo formativo. O segundo tópico trabalhamos a exemplificação e apresentação de duas obras literárias que são: A escrava Isaura e a saga de Harry Potter, atentando para como ocorre o processo de transmídia de literaturas clássicas e contemporâneas de massa, na perspectiva formativa do leitor. O último tópico traz a noção completa e contributiva da transmídia e o processo formativo do leitor contemporâneo.

A TRASMIDIALIDADE EM CENA: UMA CULTURA EM CRESCIMENTO

Transmídiação é um processo expressivamente contemporâneo colocado na necessidade e dependência da sociedade em manter informada e participativa no meio onde vive, mas também pode existir na lógica comercial do entretenimento onde a venda do produto para o consumidor seja seu objetivo final.

Antes de adentrarmos as especificidades do texto precisamos entender o que é transmídia para Scolari (2013) transmídia que aqui trabalharemos com a sigla TS é um tipo específico de estrutura narrativa onde há uma expansão de diferentes linguagens seja ela verbal, icônica, corporal e etc., por meio do cinema, quadrinhos, televisão,

blogs e diferentes plataformas digitais, videogames e etc., para o autor “a história contada pelos quadrinhos não é a mesma contada pela televisão ou cinema, os diferentes meios e linguagens participam e contribui para a construção de mundo da narrativa TS, essa dispersão textual é uma das fontes mais importantes da complexidade na cultura popular contemporânea” (página 587). Ainda para Pratten (2011, p. 1) “TS significa contar uma história através de vários meios de comunicação e, de preferência, embora nem sempre aconteça, com um grau de participação, interação ou colaboração do público”. Nessa linha de raciocínio Jenkins (2006) nos diz que a transmídia trata-se de um processo de elementos que se integram em uma ficção sistemática e dispersa através de múltiplos canais de distribuição de forma a construir

ou ganhar uma experiência unificada e propriamente coordenada de entretenimento.

Dessa forma TS é transpor os limites de um meio, lembrando que, essa expressão é a união de “trans” que significa traspor e “mídia” que são meios, ou seja, trasmidiar é Permitir que uma história trasbordasse as páginas do livro para televisão, para os vídeos os games ou outros sem perder os enredos principais, porém com características diferentes diversificadas.

A cultura TS está fortemente presente na sociedade contemporânea e isso dado em grande parte pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que facilitou sobremaneira a relação entre mídias para a divulgação de um mesmo texto, embora alguns autores digam que trasmidiar seja apenas uma ação de empresas

colocarem o seus produtos em evidência, porém, esse processo possibilitou levar conhecimento à sociedade por diferentes meios como afirma Bernardes (2011):

Transmídia está sendo usada para descrever várias coisas. Em nossa opinião, o trabalho que fazemos é uma abordagem para contar histórias, na qual as histórias são contadas organicamente em diferentes plataformas e mídias de forma complementar. Estamos usando transmídia para incubar marcas de entretenimento, usando plataformas on-line para alcançar audiências. Mas transmídia também está sendo usada para estender cinema, marcas de TV e personagens para o público on-line, por meio de vídeos curtos, jogos, eBooks, aplicativos de mídia

social e outras formas de conteúdo. (BERNARDO, 2011 p. 36).

O destaque que está na transmidiação de textos literários/obras, que por vezes inaccessíveis, é que os mesmos passam a estar presentes no cotidiano das pessoas seja por meio de telenovela, filmes e outros diferentes meios, que podem ser encontrados no formato imagético em plataformas digitais como YouTube facilitando a compreensão do leitor/espectador. As narrativas sempre estarão presentes em todos os tempos e em lugares diferentes e em toda sociedade, e o início dá-se pela própria história da humanidade, por tanto as narrativas são partes indissociáveis da sociedade, dessa forma, precisam buscar novos espaços de exposição estar presente em diferentes meios ao mesmo tempo a

tal ponto que essa disseminação por diferentes mídias, ocasiona o que Jekenis denomina de: “a arte da criação de um universo.” (2009 p. 49).

LITERATURAS TRANSMIDIADAS

As novas formas de contar histórias segue a evolução da sociedade os textos literários vão ganhando vida, diferentes formatos em diferentes mídias, as novas estratégias de expansão envolve procedimentos que contemplam e desdobra o universo narrativo físico, esse transbordamento oferta elementos inerentes a cada mídia se destacando por vezes do universo lúdico possibilitado pela mimese do texto e da vida real.

A inclusão narrativa compilada as informações transmitidas pelo texto transmidado e

o transbordamento dos textos literários, funciona como complementariedade entre os diferentes elementos textuais a partir da percepção do leitor/espectador. A articulação das mídias em torno de um texto é sobremaneira a chave estratégica de dominação, propagação, ressonância e retroalimentação de conteúdos, ou seja, uma mídia reverbera o conteúdo de outra mídia colaborando, portanto, para manter e despertar o interesse e o envolvimento do consumidor.

O texto escrito transporta o leitor através da imaginação e possibilita a criação imagética mental revivendo um ambiente totalmente seu sendo criação própria, a leitura de um texto dá a possibilidade do leitor inserir sua subjetividade na obra o que difere do texto transmidiado como o: vídeo, filme e novela, aonde a imagem chega pronta,

mas que também possibilita de certa forma a criação de divergência entre os textos físicos e transmidiados.

A remissividade de textos faz com que a literatura entra em cena no seu sentido literal a proposta é agregar um número maior de leitores/espectadores que busca espriar-se em um vasto universo midiático um grande número de conteúdo que tem por base inicial a literatura escrita, embora, muitas literaturas são imageticamente organizadas, ou seja, viram filmes, novelas, vídeos ou outros para só então transformar-se em uma “boa” literatura, o que não deixa de ser uma transmídiação.

Antes de partirmos para exemplificação da transmídia é necessário voltarmos um ponto interessante e entender o que é cross mídia e poder diferenciá-lo, já que estudaremos mais a

frente e faz parte do universo do trasbordamento literário. Segundo Rossini (2018, pág.80) Cross mídia significa “a vinculação da mesma narrativa (ou narrativa semelhante) em que diferentes meios não exigindo autonomia de conteúdo em cada mídia, má sendo como na transmídia uma ação planejada pela esfera da produção”. Por tanto, a cross mídia e a transmídia trabalham em uma mesma perspectiva no sentido de fundar as relações necessárias para transpor das páginas dos livros as narrativas, embora a cross mídia busque por uma aproximação mais pensada na narrativa original e também se tornando o caminho fortuito na disseminação das narrativas literárias e de sobre maneira, é fundamental adaptar-se aos novos modelos de leitura. Para Scolari (2013):

O conceito de Narrativa Transmídia não está isolado: os

conceitos de cross-media, múltipla plataforma, meio de comunicação híbrido, produto intertextual, mundo transmedial, interação transmídia, multimodalidade ou intermediário, fazem parte da mesma galáxia semântica. Cada um desses conceitos ilumina alguma dimensão da Narrativa Transmídia: se o produto intertextual nos obriga a pensar em termos de economia política de um texto que se produz, distribui e consome, o conceito do mundo transmídia nos leva a uma teoria de mundos narrativos. (SCOLARI, 2013, p. 25).

Por vivermos em uma contemporaneidade e até mesmo a liquidez da sociedade como afirma Bauman (2001) os novos

encaminhamentos da transmidiação seja Cross mídia ou transmidiação fazem com que programemos um exercício diário de observação (co) validando as ações dos sujeitos e buscando responder as necessidades através de estímulos e meios que contemplem a nova ordem social e a tecnologia. Analisar conteúdos estratégicos para transmitir ação requer o desdobramento de trabalhar no sentido complexo e ao mesmo tempo contemplativo, ou seja, que atende as novas convicções e convenções sociais isso dado a partir da impossibilidade do sujeito de ter acesso ao livro. Como a transmidiação esse sujeito pode conhecer diferentes textos em tempos e espaços diversos.

A partir desse ponto passamos a esboçar a análise dos dois textos literários transmidiados, o primeiro é um texto que faz parte da literatura clássica

brasileira do século XIX. “A Escrava Isaura”. O segundo é a coleção de textos da saga Harry Potter, umas das literaturas contemporâneas mais lidas mundialmente.

A obra clássica de “A Escrava Isaura” lançada no ano 1875 em plena campanha abolicionista ainda no Brasil imperial que já vislumbrava a tão sonhada república, foi umas das mais lidas e respeitadas na época, o autor da obra Bernardo Guimarães, construiu um texto de cunho romântico e foi (re)conhecido pelo imperador Dom Pedro II, o enredo da obra passeava pela realidade escravista mas com um cunho particular da literatura romântica, diríamos extremamente romântica.

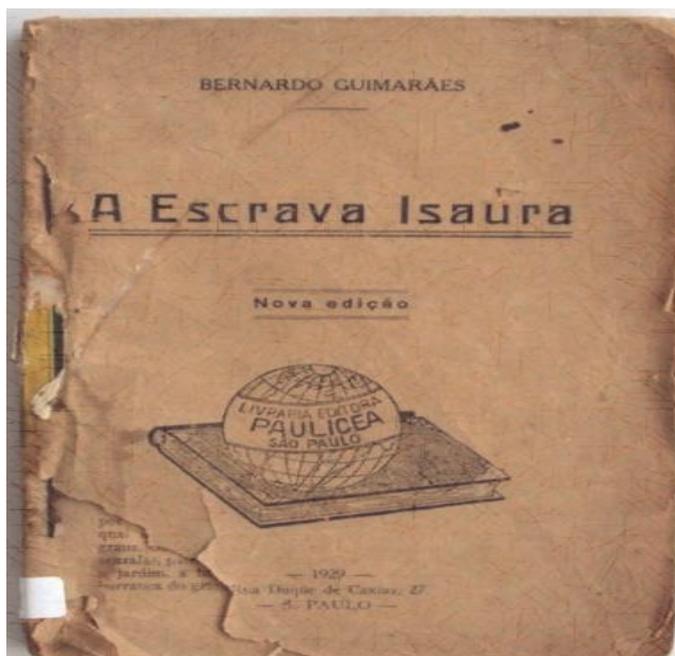


Imagem 1: Capa do livro A Escrava Isaura de Bernardo Guimarães. Fonte: Site Noticia concursos.

O texto traz um formato característico ao mesmo tempo descritivo da sociedade do século XIX, embora a realidade estivesse presente nas linhas que perfazem criativamente e imaginativamente, o enredo narrativo traz personagens com características diferentes da realidade como a denominação de Isaura como escrava no entanto, sendo uma pessoa branca para Júnior (2020) a descrição de uma es-

crava branca foi a tentativa que o autor encontrou para que sua obra tivesse uma maior aceitação na sociedade visto que, na época o leitor principal era as mulheres brancas e de posse as quais “devoravam” os textos literários por ver semelhanças entre o escrito e a sua vida monótona de dona de casa e mãe de família abnegada há várias questões imbricadas na interpretação dessa literatura no entanto foi essa uma das caracte-

rísticas que a fez ser transmiada para a TV, sendo exibida em formato de telenovela ainda no século XX, exibido pela emissora de Televisão Rede Globo no horário da 18 horas de 11 de outubro de 1976 à 5 de fevereiro de 1977, a telenovela possuía 100 capítu-

los. Escrita por Gilberto Braga e dirigida por Hervol Rassono e Milton Gonçalves tendo por obra base a literatura de Bernardo Guimaraes. A personagem principal exercendo o papel de Isaura foi Lucélia Santos.



Imagem 2: Cena do primeiro capítulo da novela: A escrava Isaura, transmitida pela Rede Globo de televisão.

A novela foi reprisada pela mesma emissora nos anos de 1977, e anos subsequentes ao todo cinco reprises.

No ano de 2004 com um

formato diferente a literatura de Bernardo Guimarães vira obra base e passa a ser transmitida em formato de telenovela pela emissora RecodTV. Com uma nova

reestruturação e repaginação a novela é escrita por Tiago Santiago com a colaboração de Anamaria Nunes e Altenir Silva. A novela redeu prestígio a emissoras e boas audiências. A personagem principal foi protagonizada pela atriz Bianca Rinald. Anos seguintes a novela também fez sucesso em emissoras internacionais como RTP de Portugal em 2005, Venevision da Venezuela também em 2005 e outras emissoras internacionais. Pela Recor Tv a novela foi reprisada nos anos de 2005, 2007, 2017 e 2019. Atualmente a obra de escrava Isaura está também em formato de Podcast embora o leitor possa estar pensando que o podcast não é uma transmídiação por se tratar apenas da leitura do texto isso não é verdade pois leva-se em consideração o uso de uma mídia e uma ferramenta diferente para a propagação de um mesmo texto

narrativo. A verossimilhança imbricadas tanto no escrito como no televisionada, transporta o leitor/espectador a reviver a época em que se passa o enredo, portanto nesse processo podem acontecer diferentes situações o leitor ler o livro depois (re) vive o enredo das narrativas através da novela, ou o leitor/espectador ver a novela e sente a necessidade de conhecer a história escrita, nos dois casos a uma complementaridade das mídias elas são independentes entre si, mas a sua junção é bem mais produtiva. Partimos no próximo tópico a delinear os textos literários de Harry Potter.

Quem nunca quis em um passe de mágica mudar a sua vida? Quem não queria ter uma varinha mágica? Quem não queria parar o tempo estar em mais de um lugar ao mesmo tempo? Se bem que atualmente por meio das tecnologias podem estar em

diferentes lugares ao mesmo tempo, porém, não se trata dessa questão. Quem não queria ter um carro voador só para não pegar

o trânsito lento? Quem não...?

Harry Potter pode ter tudo isso.

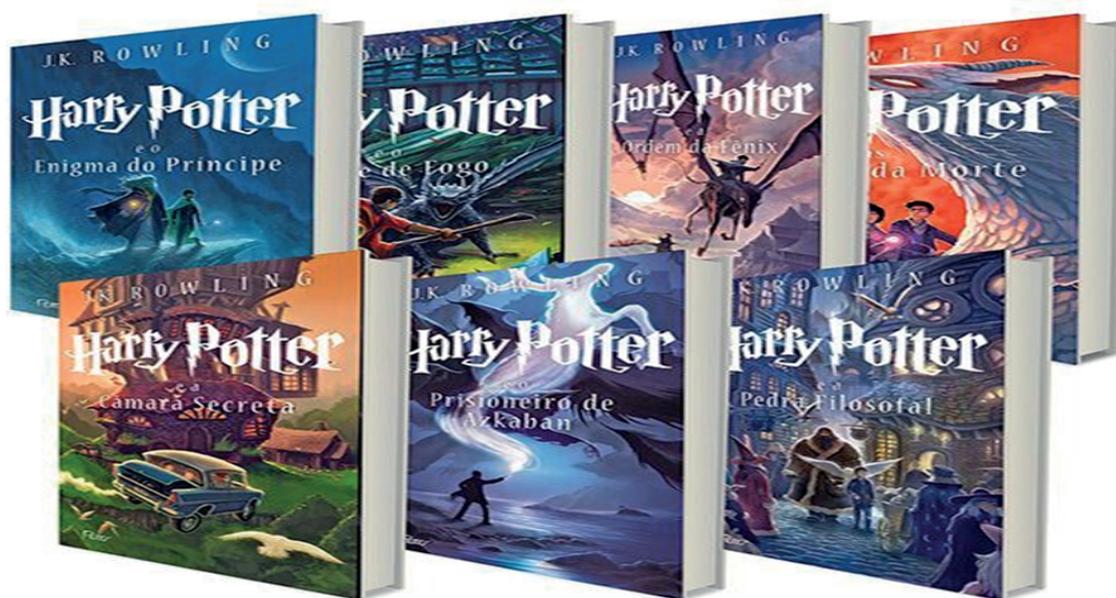


Imagem: 3 Coleção de livros da saga Harry Potter, Pottermore Limited.

O grande mágico, personagem vivida pelo ator Daniel Radcliffe na saga Harry Potter escrita pela autora Britânica J. K. Rowling é uma das mais longínquas sagas fílmicas e com um grande número de fãs de uma literatura contemporânea entrelaçando a relação da vida real

como a magia a qual leva o leitor/espectador a viajar para o mundo mágico. O primeiro livro da saga Harry Potter, foi lançado em 1997, sendo o último lançado 10 anos depois. Em 1998 a Warner Bros compra os direitos autorais dos dois primeiros livros: Harry Potter e a Pedra Filosofal e Harry

Potter e a Câmara Secreta. Sendo lançado definitivamente em 16 de novembro de 2001 o primeiro filme da saga com o título do primeiro livro e no ano de 2002, o segundo filme Harry Potter e a câmara secreta. Todo esse enredo fílmico finaliza-se em 15 de julho de 2011 com a segunda parte do Filme Harry Potter e as Relíquias da Morte. Essa transmissão que partiu da criação de Rowling até chegar a tela dos cinemas rendeu cifras bilionárias tanto a Warner Bros¹, que via seus filmes bater recordes de bilheterias, como para a autora dos livros, que, como em um passe de magia sai da pobre infância, para o reconhecimento internacional com sua conta bancária recheada, seus livros chegando a

1 Trata-se de uma produtora e distribuidora estadunidense de filmes e entretenimento televisivo. A qual Foi fundada em 4 de abril de 1923 pelos irmãos Warner.

valer mais de 200 euros.

Os produtos dessa criação, e do processo de transmissão deram tão certo que a autora J. K. Rowling resolveu ir além dos filmes, e criou um site interativo onde os fãs acessam, e passam a adentrar o universo fílmico da saga Harry Potter, embora tivesse a finalidade comercial, criação do site Pottermore Limited, permitiu e continua a permitir aos espectadores (re) viver o sonho e interagir, mesmo que virtual com o ambiente fílmico. Pottermore é hoje uma empresa de publicação digital e comércio eletrônico de entretenimento e notícias de Rowling, sendo uma editora global de Harry Potter e o mundo mágico, o site oferece jogos, textos inéditos, artigos entre outros, ou seja, para o leitor é um ambiente complementar para além da leitura da literatura física e do filme.



(Imagem 4: Cena do filme Harry Potter e a Pedra Filosofal).

A saga tinha finalizado, mas a realidade mágica continua até os dias atuais com o processo de transmissão primeiro do livro para o cinema e com sucesso estrondoso ficou evidente a necessidade de perpetuação e conservação do patamar de bela literatura e expressão fílmica de alto desempenho onde a dinâmica fílmica concatena-se com a vida real mesmo que em universo mágico.

Os desdobramentos do processo transmidiático dos filmes da saga Harry Potter tende a uma preservação não só do valor literário das obras, mas também na possibilidade do leitor assistir e acompanhar como se fosse uma formação continuada para o leitor/espectador com esse acompanhamento leitor ira imprimir a sua subjetividade nas mídias, ou seja, busca-se avaliar o que cada mídia pode acrescentar a uma

mesma narrativa.

No tópico seguinte trataremos especificamente das necessidades e das diferentes mídias na formação do leitor. Para finalizarmos este tópico entendemos que o processo de transmissão que no sentido Inicial nasce como produto comercial ou não é o caminho de transpor o físico para imagem e agregar em um número maior de espectador para Henri Jenkins em seu livro “Cultura da convergência 2009” diz que a participação ativa do leitor em um consumismo cultural de diversos meios possibilita que os mesmos construa-se como um espectador criativo e ativo ao mesmo tempo sendo que “cada vez mais, as narrativas estão se tornando a arte da construção de universo, à medida que os artistas criam ambientes atraentes que não podem ser completamente explorados ou esgotados

em uma única obra, ou mesmo em uma única mídia” (pág 135).

A TRANSMIDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DO LEITOR CONTEMPORÂNEO

Revisitando o pensamento de Bauman (2001) de que vivemos em uma sociedade líquida onde os acontecimentos são passageiros e partindo do sentido que a digitalização e convergência dos meios estão cada vez mais imbricadas no processo de formação dos sujeitos é que entendemos a necessidade de (re) apropriação da transmidia na/ para a formação do leitor.

O que seria o leitor contemporâneo? Podemos defini-lo como aquele que consome diferentes textos em diferentes mídias, bem diferente dos leitores clássicos que segundo Senna (2001. Pág.3) “O leitor clássico

é um sujeito passivo, ainda que dele se exija a capacidade de estabelecer relações de causalidade, tanto entre as partes do texto, quanto entre os juízos contidos no texto e outros de juízos de mundo”. E essa passividade dá-se da impossibilidade de não poder intervir no texto devendo manter na estrutura leitora do começo ao fim. O Fato é que com o surgimento das mídias tecnológicas o leitor passou a participar de diferentes meios, buscando uma interação participativa com o texto, lendo e relendo textos em diferentes meios, absorvendo e observado as diferenças imbricadas em cada meio, essa leitura contemporânea, torna a formação do leitor mais contingenciada em uma pratica ate mesmo critica, ao ponto de validar diferentes encaminhamentos do texto que cada mídia possa transitar.

O novo perfil de leitor é

justaposto com as novas demandas sociais, as quais exigem dos sujeitos, mas do que passividade ao meio ou a leitura, o leitor contemporâneo precisa ser ativo, e participante do/no ato de ler. Como sabemos o avanço das tecnologias fizeram com que os jornais passassem a serem digitais livros digitalizados acessíveis a todos o leitor em diferentes lugares, apenas pelo celular computador o leitor contemporâneo exerce seu ato de leitura ouvindo música..., ou seja, temos hoje diferente leitores e assim como antigamente, na contemporaneidade esse sujeito requer algo mais do que o livro para construir sentidos com relação ao texto, o mesmo, sente a necessidade de fazer parte de a história imprimir a sua subjetividade, é nesse sentido que emerge a necessidade de concatenação de meios que busca satisfazer o leitor sendo a partir

desse ponto que a transmídiação emerge como campo fortuito para/no processo de formação do leitor. Segundo Phillips (2012, p. 13), “[...] as histórias no processo transmidiático são, levemente, entrelaçadas. Cada uma pode ser consumida por si só e o leitor/espectador tem a ideia de que foi lida/assistida uma história completa”. A proposta desse trabalho é justamente focar no sentido contemplativo da TS dentro da formação do leitor, mas, mais ainda capacitar o leitor contemporâneo, que esta em constante mudança e adquirindo novos conhecimentos a todo instante.

O que podemos entender aqui é que a transmídiação ou seu processo consiste na hibridação de diferentes elementos possíveis de formar uma nova cultura, uma nova forma de representar o já conhecido, nesse sentido Giovagnoli (2011, p. 17),

diz que “[...] fazer TS significa permitir múltiplas mídias contarem histórias diferentes, mas todas explorando um tema comum, mesmo que seja experimentado através de diferentes perspectivas da narrativa”. Nessa perspectiva formativa do leitor tende-se a descolonização de uma aprendizagem única e centrada no texto escrito e passa para uma deslocalização onde a aprendizagem, o que pode acontecer para além dos muros da escola como também algo atemporal, onde o sujeito não precise de um tempo determinado para aprender.

Transmídiação é processo complementar e não finalizada em si, como bem afirma Jakens em seu artigo escrito em 2003 citados por Gosciola e Versuti (2012, p.3): diz que: “[...] narrativa transmídia, cada meio faz o que faz de melhor, uma história pode ser iniciada por um filme,

expandir-se por intermédio da televisão, livros, quadrinhos e seu mundo pode ser explorado e vivenciado em um game [...]”.ou seja o sujeito também preciso imprimir seu pensamento no texto caso contrário ele, o leitor perderá o interesse na leitura. Hoje ler um livro depois assistir ao filme, ver um vídeo comentando filme ou apenas trilhas do filme participar de grupos de fãs entre outros são fundamentais para que se construa uma noção completa como leitor até mesmo para criticar os pontos positivos e negativos avaliando as distinções entre as mídias.

A cultura midiática, aquela onde a participação do sujeito é ativa apresenta-se como o encaminhamento da nova ordem social seja como o sujeito se porta frente ao conhecimento, isso claro, desassociando-se do solipismo que desestrutura e intera-

ção participativa, as tecnologias que como afirma Jakens (2009) é o encontro e encantamento isso pela forma que ela acessa nossa imaginação e ao mesmo tempo a tecnologia é cultura porque seu uso não inclui não só como usar nem por que usar, mas por construir-se como objetos e práticas simbólicas e materiais estéticos e ficcionais.

A transmigração ela acontece graças aos avanços tecnológicos, e a sua forma de sensibilidade da leitura pode dar espaço a emoção de ver as cenas de um filme que comporta o som, imagem e agora dimensões que despertam e estimulam a imaginação e a sensação de interação ativa com o mesmo, e o espectador pode sentir-se pertencente ao ambiente como parte da história como personagem auxiliar, essa participação é fundamental para o leitor a partir desse dessa vi-

vência ele pode imprimir no seu discurso crítico os detalhes (in) existente nas diferentes textos/narrativas.

Vamos usar a saga Harry Potter para definir as ações do leitor em mídias diferentes se valendo da sua complementaridade evidenciando a ação do leitor na interação e comunicação entre essas diferentes mídias, para começarmos entenderemos o primeiro meio de transmídiação que o podcast, um caminho onde as narrativas delinham-se verbalmente, mas com uma construção concisa das linhas textuais. Não tão distante do livro podcast é a oralização do livro para Vogt (2015), citado por Mindy McAdams (2016 pág 3) Podcasting são “boletins informativos por e-mail, também podem se encaixar em uma estratégia de jornalismo transmídia. Para Moura & Carvalho (2006), o podcast

trata-se de uma “forma de publicação de programas de áudio, vídeo e imagens na Internet” (p. 88). Já segundo Bottentuit Junior e Coutinho (2007), “entende-se por podcast uma página, site ou local onde os ficheiros áudio estão disponibilizados para carregamento” nesse sentido, Scolari (2013) afirmou que, além da expansão, a “compressão” também pode servir para um propósito na narrativa transmídia”.

A contribuição ou auxílio de cada mídia na formação do leitor permeia a desconstrução de sentidos e reconstrução reflexiva em um ato ativo, na cena do filme de Harry Potter a pedra filosofal, onde o bruxo é escolhido pela varinha, o leitor pode inferir diferentes conhecimentos ao visualizar a cena, já que no ato da leitura textual, o mesmo não tinha as imagens prontas.

O filme traz elementos

gerais e totais que não permite que o leitor interfira nas ações, assim como nos vídeos ou trailers. Os vídeos como sinopse dos filmes contribuem na formação crítica do espectador, pois o mesmo constrói uma bagagem formativa que permite ver e associar divergências dentro da mesma literatura nas diferentes mídias.

Os jogos permitem a interação lúdica, a partir dos personagens das narrativas o leitor passa a ser um sujeito ativo da ação contribuindo na concatenação de ideias com relação à obra.

Diferentes mídias que podem servir para transmissão das literaturas como os blogs, redes sociais, sites entre outros, portanto, uma mesma literatura pode estar sendo citada em diferentes meios e essa contemplação contribui para o entendimento, retificação, e ressignificação de conhecimento e sentido do lei-

tor com relação ao mesmo texto.

A prática educativa e formativa do leitor contemporâneo precisa estar embasada na objetividade onde, a proposta final da prática seja trazer o leitor/espectador para viajar por diferentes caminhos na busca pelo mesmo conhecimento ou que contemple um conhecimento já adquirido. A formação inicial desse leitor sempre terá uma literatura base, vale ressaltar aqui não estamos tratando do sujeito que vai aprender a ler, mais sim, aquele que já sabe ler mais precisa construir dentro da sua ação de decodificação de palavras o pensamento crítico e reflexivo, que se desdobre para a construção de um conhecimento fundamental para viver e intevir em uma sociedade contemporânea.

A leitura do texto escrito, a participação em grupos de discussões em redes sociais,

assistir o filme, ver o vídeo com informações de making of, participar de um jogo, ouvir um podcast. Isso são passos fundamentais para a estruturação e construção de um leitor capacitado onde na ação do novo, conhece, participa, investiga, intervém, critica, socializa e torna-se capaz de estruturar e reestrutura seus conhecimentos. A magia da ação está no conhecer o novo, sendo essa a finalidade da transmissão dentro da literatura, dar a possibilidade ao leitor de ver uma mesma história em diferentes mídias, com características diferentes, mas com a mesma finalidade transportar o leitor para o mundo da literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noção de transmídia constrói-se na convergência da cultura com as necessidades e

demandas sociais que por vezes pode ser entendida como um caminho comercial a transmidiação emerge como uma complementariedade do processo criativo erguida na dinâmica social interativa onde sujeitos passam a usufruir de diferentes formas de um mesmo texto embora cada mídia por sua especificidade/característica a intenção é disseminar e atingir um maior número de conteúdos.

No filme o leitor/espectador ganhar neutralidade quanto uso da sua subjetividade para “interferir” nas cenas, o jogo das cenas imagetivamente prontas o leitor ávido por descobrir cenas seguintes, porém, passível a condição progressiva das imagens nesse sentido a capacidade de absorção das informações e a concepção não participativa desperta no leitor o lado crítico valor fundamental para por em

contraposição as diferenças entre o texto escrito e o transmidiado. As ações presentes na literatura e no filme complementam-se na necessidade do ver além, até mesmo o making off do filme pode acrescentar um valor crítico de conhecimento enorme ao leitor/espectador isso deve-se a capacidade de percepção do como ocorre cada condução de cenas e diferenças existentes entre a literatura e o filme o que não se distância devido a dependência existente entre ambas, no entanto diferencia-se justamente no da concepção da ação do leitor que pode ser ativo durante a leitura do livro impondo a sua subjetividade ou passivo assistir o filme buscando prever cenas e finais do filme porém sem montar imageticamente toda estrutura do enredo.

A literatura transmi-
diada permite que o espectador

construa uma bagagem crítica de conhecimento que o torna apto a verificar as diferenças nos elementos dos textos, presentes ou não em cada narrativa, é o que acontece com leitor de Escrava Isaura ou de Harry Potter, revistar o mesmo texto em diferentes mídias mesmo que não tenha enredos iguais, mas preservam as características originais, do leitor espectador constrói a capacidade de trabalhar em sua mente as diferentes mimeses da história imbricando-as com subjetividade pessoal.

O leitor contemporâneo precisa estar pronto para responder às necessidades do meio assim como, a literatura buscou adaptar as novas demandas sociais para espaços diferentes e com características diferentes isso torna as criações artísticas em um espetáculo embasado por um texto escrito ao tempo que



converge com a prática social e formação crítica e reflexiva do leitor/espectador.

A (in) conclusão a que chegamos é entender que a formação do leitor contemporâneo é algo maleável propicio a mudanças do meio, possa interferir, agregando novos valores formadores ou até mesmo construir-se de novas performances carecedores de novos meios. Não existe uma formação estática, por tanto não a uma conclusão no quanto e de que forma estamos formados os nossos leitores contemporâneos. Os textos físicos não atende unicamente a demanda de uma sociedade em ebulição de mentes ativas e dependentes do novo. A “certeza” a que chegamos é que precisamos validar os diferentes caminhos formativos, os elementos que surgem para agregar valores no ato do desenvolvimento do leitor. Não pretendíamos de-

envolver um trabalho descritivo de como o leitor irá conhecer e reconhecer as primeiras letras, mas sim, como o leitor conhecedor das diferentes letras pode concatenar ideias pensamentos ferramentas e conhecimento em prol de uma mentalidade crítica e reflexiva, atuando de forma ativa no meio em que vive.

A proposta é vincular os diferentes mídias na busca por essa formação a tal ponto que uma mídia possa contemplar a outra delineando informações que que em outra não existia, -ler o texto escrito, participar de um grupo de discussões com relação ao texto, ver ao filme, participar de um blog com informações referente ao texto inicial, brincar através de um jogo-, tudo isso tendo apenas uma literatura base como ponto inicial, fará com que o leitor adentre o campo do conhecimento e revise os seus

saberes com relação ao texto inicial. Por fim o que queremos é mostrar o quão importante é atualmente o uso da transmidia na formação do leitor, sendo necessária uma pratica educativa objetivada em atender essas necessidades, viabilizando ao leitor/espectador, viajar por diferentes espaços buscando a finalidade do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar. 2001

BERNARDO, Nuno. The producers guide to transmedia: how to develop, fund, produce and distribute compelling stories across multiple platforms. Lisboa: be-Active, 2011.

BOTTENTUIT J. J. B., & Coutinho, C. P. (2011). Podcast em Educação: um contributo para o estado da arte. In A. B. Lozano, M. P. Uzquiano, A. M. P. Rioboo, B. D. da Silva, L. Almeida (eds), IX Congresso Internacional de Psicopedagogia, (pp. 873-846). Coruña. Acedido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7094>.

BOTTENTUIT J. J. B., Lisboa, E. S., Coutinho, C. P. (2009). Podcast e Vodcast: o potencial da ferramenta VoiceThread. In A. A. Carvalho (ed), Actas do Encontro sobre Podcasts, (pp. 281-286). Braga: CIEd, Acedido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9423>.

GIOVAGNOLI, Max. Transmedia storytelling: imagery, shapes e techniques. Pittsburgh: ETC Press, 2011.



GUIMARÃES, Bernardo. A escrava Isaura: São Paulo: Moderna. 1994.

GOSCIOLA, Vicente; VERSUTTI, Andrea. Narrativa transmídia e sua potencialidade na educação aberta, 2012. Disponível em: <http://oer.kmi.open.ac.uk/wp-content/uploads/cap08_redeice.pdf>. Acesso em 1 abr. 2021.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JÚNIOR, João Santos da Silva. Capitu, Lucíola e Isaura: uma releitura feminista da literatura brasileira do século XIX. Biblioteca Escolar em Revista, n. 1, v. 7, p. 43-56, 2020.

MOURA, A., & CARVALHO, A. A. (2011) Podcast: Potenciali-

dades na Educação. Revista Prisma.com, 3, 88-110. Acedido de <http://revistas.ua.pt//index.php/prismacom/article/view/623>.

PHILLIPS, Andrea. A creator's guide to transmedia storytelling: how to captivate and engage audiences across multiple platforms. New York: McGraw-Hill: 2012.

PRATTEN, R. Getting Started in Transmedia Storytelling: A Practical Guide for Beginners. Seattle: CreateSpace. Project Tommorrow. (2012). Personalizing the Classroom Experience – Teachers Librarians and Administrators Connect the Dots with 9 Digital Learning. (2011)

ROSSINI, Antoninho. Os desafios da era pós-digital e as novas mídias. Revista da ESPM, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 79-88, jul-

-set. 2018.

ROWLING, J. K. O prisioneiro de Azkaban. Rio de Janeiro, Rocco, 2000

_____ Harry Potter e a Câmara Secreta. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

_____ Harry Potter e a Ordem da Fênix. Rio de Janeiro, Rocco, 2003.

_____. Harry Potter e a Pedra Filosofal. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

_____. Harry Potter e as Relíquias da Morte. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

_____ Harry Potter e o Cálice de fogo. Rio de Janeiro, Rocco, 2001

SANTAELLA, L. (2018). A potência expansionista da narrativa. In: Santaella, L.; Massarolo, J.;

Nesteriuk, S. (Org.), Desafios da transmídia: processos e poéticas.

São Paulo: Estação das Letras e Cores, p. 66-83.

SENNA, Luis Antonio Gomes. O PERFIL DO LEITOR CONTEMPORÂNEO. Anais do “I Seminário Internacional de Educação” (Cianorte-Paraná-Brasil), p. 2286-2289, Setembro/2001 - ISSN 1676-0417. Acesso em 01 de abril, 2021.

SCOLARI, C. A___. Narrativas transmedia: cuando todos los medios cuentan. 2a ed. Barcelona: Centro Libros PAPP, 2013.



PONTUAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA CULTURA DE PAZ COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RECIFE

SCORES ON THE PRACTICE OF THE CULTURE OF PEACE AS A TOOL OF PEDAGOGICAL INTERVENTION IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF RECIFE

Otacílio Cabral de Arruda Junior¹

Resumo: Este artigo é resultado de uma ação integrada de intervenção escolar desenvolvida na Secretaria de Educação da Cidade do Recife em uma das escolas prioritárias que apresentava alto índice de violência e baixo fluxo escolar. O presente estudo fundamentou-se nos princípios da Pedagogia da Presença, de autoria de Antônio Carlos Gomes da Costa, cujo eixo principal são as

relações positivas criadas através dos laços de afeto e de respeito estabelecidos entre os sujeitos no contexto escolar. As estratégias didático pedagógicas, consistiram em rodas de conversa, oficinas pedagógicas e grupos focais tendo como temática a cultura de paz. Configurou-se um grande esforço para gerar a cultura da mediação e da paz, com vistas ao respeito e criação de laços afeti-

¹ Graduado em licenciatura plena em História pela FUNESO, especialização em História das Artes e das Religiões pela UFRPE, atualmente ocupa o cargo de técnico pedagógico na Secretaria Municipal da Cidade do Recife

vos e de construção colaborativa e cidadã entre os sujeitos da comunidade escolar. Portanto, o propósito deste trabalho foi desenvolver ações pedagógicas que favorecessem um ambiente escolar acolhedor, fomentador de respeito, de interações construtivas, do cuidado e zelo pelos equipamentos escolares, valorização das relações humanas e para a formação cidadã. Pontua-se, inicialmente, que este trabalho de intervenção escolar contribuiu para germinar de forma significativa a prática das relações do respeito mútuo entre educador e educando, fundamentando a intervenção construtiva, inventiva, favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens.

Palavras chaves: Educação. Pedagogia da Presença. Cultura de Paz. Violência Escolar.

Abstract: This article is the result of an integrated action of school intervention developed in the Education Department of Recife City in one of the priority schools that presented a high rate of violence and low school flow. The present study was based on the principles of Pedagogy of Presence, authored by Antônio Carlos Gomes da Costa, whose main axis is the positive relationships created through the bonds of affection and respect established between the subjects in the school context. The pedagogical didactic strategies consisted of dialogue circle, pedagogical workshops and focus groups with themes about culture of peace. A great effort was made to generate the culture of mediation and peace to build respect and create affective bonds and collaborative citizen construction among the subjects of the school

community. Therefore, the purpose of this work was to develop pedagogical actions that allow welcoming school environment, fostering respect, constructive interactions, and care for school equipment, valuing human relations and citizen education. It is initially punctuated that this work of school intervention has contributed significantly to germinate the practice of mutual respect relations between educator and student, basing the inventive and constructive intervention that is favorable to the personal and social development of children, adolescents, and young people.

Keywords: Education. Pedagogy of Presence. Culture of Peace. School Violence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fru-

to de uma experiência pedagógica desenvolvida na Secretaria de Educação do Município do Recife¹, na Escola Municipal Paulo VI, uma das escolas prioritárias da cidade. As escolas prioritárias têm como principais características a violência, o baixo desempenho escolar, o baixo fluxo, assim como a depredação dos equipamentos escolares. O estudo em questão utilizou-se dos fundamentos da Pedagogia da Presença, de autoria de Antônio Carlos Gomes da Costa, cujo eixo principal são as relações positivas e a formação de laços de afeto e de respeito estabelecidos entre os sujeitos participantes do contexto

1 O presente trabalho é uma versão revista do artigo apresentado à Universidade do Estado de Pernambuco - UPE, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão e Coordenação Pedagógica, sob orientação da Professora Maria Aparecida do Nascimento, Mestre em Educação e Psicanalista Didata.

escolar.

A Escola Municipal Paulo VI localiza-se no bairro Linha do Tiro² e atende um total de 630 estudantes oriundos da periferia da cidade do Recife. Os sujeitos envolvidos na atividade desenvolvida foram: equipe gestora, estudantes, professores, vigilantes e pais dos estudantes. As estratégias didático pedagógicas consistiram em rodas de conversa e oficinas pedagógicas com temáticas relativas à cultura e grupos focais, configurando um grande esforço para gerar a cultura de mediação e de paz, com vistas ao respeito e à criação de laços afetivos e de construção colaborativa e cidadã entre os sujeitos participantes da comunidade escolar.

Trabalhou-se também

² Conforme censo de 2018, a população do bairro corresponde a 18.000 habitantes. 63% das pessoas possuem faixa etária entre 15 e 65 anos.

com os fundamentos da Abordagem Sócio Interacionista, cujo principal teórico é Vygotsky. Além disso, utilizou-se da teoria de Gadotti, do ponto de vista filosófico, para a formação da cultura da paz trazendo à prática educativa os princípios da ética, do respeito, da valorização das trocas afetivas e do respeito ao meio acolhedor (escola e comunidade). Entende-se que estes princípios reverberam inevitavelmente na qualidade da educação.

Gadotti (1998) nos aponta que criar a cultura de paz implica na consciência do educador, implica na escola ter bastante clareza sobre suas propostas pedagógicas e a visão de homem e de mundo que queremos formar. Paulo Freire (1984, 1985), por sua vez, nos fala sobre a educação como instrumento emancipador e a educação de qualidade como direito humano. Nessa direção, o

ato educador vai além do investimento econômico, vai além do resultado, sugerindo uma avaliação diagnóstica.

Luckesi (2011) trata sobre a concepção de avaliação que deve balizar os propósitos dessa escola defendida por nós, cujos fundamentos encontramos em Costa (2000) e Freire (1985). Foram essas as bases teóricas que respaldam a intervenção pedagógica realizada. Pontua-se que este trabalho de intervenção escolar gerou, entre outras situações, a ação de prática cidadã e o respeito mútuo entre educador e educando, fundamentando a intervenção construtiva, inventiva e favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens.

CONTEXTUALIZANDO A PEDAGOGIA DA PRESENÇA

Para possibilitar a cultura de paz enquanto experiência em uma das dez escolas prioritárias da rede municipal do Recife, buscando garantir que não se dê meramente como um projeto de “acordos políticos, econômicos ou militares (Dupret, 2002:1), fez-se necessário que todos tivessem o comprometimento com os indivíduos inseridos na comunidade escolar, tal qual afirma Dupret (2002), independentemente de idade, do sexo, do estrato social, das crenças religiosas ou origem cultural.

Falar da cultura, de modo geral, como uma das possíveis ferramentas de poder mobilizador e provocativo de sentimentos, de inquietações e de mudanças de paradigmas, requer que tomemos como referência teórica os fundamentos do sócio interacionismo. Essa abordagem entende o homem e seu desenvol-

vimento numa perspectiva socio-cultural, ou seja, percebe que o homem se constitui na interação com o meio em que está inserido.

Romero (2015), destaca que essa interação entre homem e meio é considerada uma relação dialética, pois o indivíduo não só internaliza as formas culturais como também intervém e as transforma. Portanto, a cultura é um elemento indissociável do homem, estando a cultura ligada ao desenvolvimento humano, de maneira tal que os dois se constituem reciprocamente.

Sendo assim, para trabalhar a cultura de paz num cenário desfavorável ao desenvolvimento humano, como é o caso da Escola Municipal Paulo VI (lôcus do estudo), conforme o indicado nos índices de desenvolvimento escolar e de violência, escolheu-se a linguagem nas várias formas com que ela pode se apresentar.

Dentre elas, a linguagem das Artes e a linguagem verbalizada, protagonizada pelos estudantes e professores, dando voz e vez aos sujeitos da comunidade escolar.

De acordo com o pensamento de Vygotsky (apud Romero, 2015), o desenvolvimento da linguagem implica o desenvolvimento do pensamento, pois pelas palavras o pensamento ganha existência. Este pensamento corrobora com a assertiva de que o desenvolvimento cognitivo é produzido pelo processo de internalização da interação social, com material fornecido pela cultura, sendo um processo que se constrói de fora para dentro. A ideia central para a compreensão dessas concepções sobre o desenvolvimento humano como o processo sócio-histórico, é a ideia de mediação.

Nessa direção, a linguagem, em suas diferentes formas,

age decisivamente para promover mudanças. Pode-se dizer, com isso, que a linguagem é forma materializada estruturalmente de pensamentos e é a ferramenta básica para a construção de conhecimentos. Ou seja, a linguagem irá fornecer conceitos e formas de organização da realidade que constituem o processo de mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento (Romero, 2015).

A Pedagogia da Presença é uma ferramenta de aprimoramento das relações humanas, sobretudo, no que diz respeito à vivência com ética de acolhimento, respeito e amor pelas pessoas. Nesta abordagem, há uma necessidade de estimular a compreensão com os seus princípios de respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Para uma melhor compreensão, referencia a busca

por problemas de ordem social, onde remete-se ao entendimento conceitual das transformações que ocorrem, historicamente, no que diz respeito a essa temática, buscando novos questionamentos que podem apontar problemas existentes (Costa, 2000; Estaún, 2014).

Tais questões podem-se apresentar voltadas para o respeito e para aprender a conviver no trato escolar, favorecendo uma possível situação de elevação de fluxo escolar. Diante disso, ter inserido a intervenção realizada por meio da abordagem da Pedagogia da Presença, apresentou um passo na direção do imenso esforço que se faz necessário para a melhoria da qualidade da relação pactuada entre educadores e educandos numa direção favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens.

Costa (2000) acrescenta que, para encontrar os outros, o educando precisa encontrar-se consigo mesmo, o educando precisa ser compreendido e aceito. A partir disso, ele começará a ver com outros olhos os estudos, a profissionalização, os segmentos das regras e o tratamento com as pessoas. Percebeu-se, durante o processo em que o presente estudo foi desenvolvido, o alto índice da evasão escolar, um grande problema relacionado a educação brasileira que atinge todos os níveis de ensino.

A presença do educador é reconhecida entre os educandos como meio eficiente de obter processos, de oferecer estímulo às vontades indolentes, de esforço sistemático, de trabalho sério, de projetos que sejam estimulantes. Alguns educandos irão recordar seus educadores por serem sérios e exigentes em seus trabalhos.

Por outro lado, outros educadores aparecem na memórias dos seus educandos enquanto uma figura agradável, estimulante, pacífica, conciliadora, alegre (Estaún, 2014) e, desta forma, acolhedora.

Este é o ingrediente desejado para conseguir um ambiente propício dentro da Pedagogia da Presença. Estaún (2014), aponta que:

Bom número de efeitos da presença do educador faz referência às relações interpessoais que sua presença fomenta. A presença sucinta de confiança, intimidade, franqueza, ou também, seus contrários. A confiança é a expressão de um ambiente favorável às relações interpessoais (Estaún, 2014: 254).

A prática avaliativa que deu suporte a este trabalho partiu

do princípio da educação como aporte de promoção humana. Nessa direção, Luckesi (2011), destaca que o papel da avaliação é diagnosticar a situação da aprendizagem, tendo em vista subsidiar a tomada de decisão para a melhoria da qualidade do desempenho do educando. Nesse contexto, a avaliação, segundo o autor, é processual e dinâmica.

Assim, na medida em que busca meios pelos quais todos possam aprender o que é necessário para o próprio desenvolvimento, é também inclusiva. Sendo inclusiva é, antes de tudo, um ato democrático. O autor é enfático ao afirmar que o ato de avaliar, uma vez que está a serviço da obtenção do melhor resultado possível, implica a disposição de acolher a realidade como ela é, seja satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável.

A disposição para aco-

lher é, pois, o ponto de partida para qualquer prática de avaliação. Dessa forma, diferentemente da abordagem conservadora, ensino e aprendizagem pautados em resultados acabam gerando estranheza no estudante, descontentamento e descrédito por parte dos alunos, o que, por muitas vezes, implica na evasão escolar. Considerando tudo o que foi aqui exposto, faz-se preciso repensar imediatamente qual o papel que a escola representa na vida de seus alunos e qual o seu grau de importância.

Além disso, também é preciso refletir quais ações deixam de ser significativas, sendo facilmente substituída pelos demais grupo e atividades sociais que parecem oferecer coisas mais atrativas para os jovens que não se sentem protagonista na escola, mas meros expectadores de conteúdo. Em algumas situ-

ações, descontextualizados de suas realidades sociais, em nada contribuindo para a sua formação pessoal ou intelectual, sendo, dessa forma, uma das situações responsáveis pela reprodução das desigualdades e da violência (Charlote, 2002).

A CULTURA DE PAZ ENQUANTO APORTE TEÓRICO/METODOLÓGICO EM FOCO NAS ESCOLAS PRIORITÁRIAS

Entende-se que, para mudar a cultura da violência, faz-se necessário ações integradas que mobilizem todos os sujeitos da comunidade escolar. Foi nesse formato que a intervenção realizada foi experienciada. Diante disso, foram desenvolvidas um conjunto de ações pedagógicas a partir da intencionalidade de contribuir para a implantação da

cultura de paz por meio de ações para o exercício da ação transformadora.

As ações pela paz nascem da necessidade e importância de estarmos engajados, levando a movimentos que permitam conjugar atitudes individuais e coletivas, em prol do bem estar dos cidadãos e do desenvolvimento humano (Dupret, 2002). Este movimento foi pautado por meio da resolução 53/243, de 6 de outubro de 1999, no qual se apresentou a declaração de programa e ação sobre uma cultura de paz, pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1999).

O artigo 1º conceitua a cultura de paz com um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamento e estilo de vida baseado:

a) no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência



por meio da educação do diálogo e da cooperação;

b) no pleno respeito ao princípio de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e não ingerência nos assuntos que são essencialmente de jurisdição interna dos estados em conformidades com a carta das nações Unidas e o direito Internacional;

c) no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humano e liberdade fundamentais;

d) no compromisso com a solução pacífica dos conflitos;

e) nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio ambiente para as futuras gerações presentes e futuras;

f) no respeito e promoção do direito ao

desenvolvimento;

g) no respeito e fomento à igualdade de direito e oportunidades de mulheres e homens;

h) no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação;

i) na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz (ONU, 1999: 2).

Neste documento, se reconhece a paz não apenas como a ausência de conflito, mas enquanto um processo positivo, di-

nâmico e participativo em que se promova o diálogo e se solucionem os conflitos, dentro de um espírito de entendimento e de cooperação mútuos. Dessa forma, mudar a cultura de violência, no caso da experiência aqui relatada, da violência escolar, sugere um trabalho integrado de e para a valorização de todos, desde o diretor da escola, a estudantes, professores, pessoal de apoio, pais e responsáveis. Este grande desafio foi possível de ser realizado através de esforço coletivo e da mudança de paradigmas, bem como da mudança de velhos hábitos sobre a gestão na escola.

Segundo Gadotti (1998), toda ação de intervenção na escola supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Assim, projetar representa a tentativa de quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessando um período de instabi-

lidade e buscando uma nova estabilidade em função da promessa de que cada projeto contenha um estado melhor do que o presente. Assim, um projeto educativo pode ser tomado enquanto promessa diante de determinadas rupturas. As promessas irão se tornar visíveis nos campos de ação possíveis, comprometendo seus autores e atores.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O Núcleo de Atividades Culturais (NAC) da secretaria de Educação da Cidade do Recife, desenvolveu o projeto Gentileza gera Gentileza no ano de 2019 com a intenção de promover ações de prevenção à violência escolar e de fomento à cultura de paz nas dez escolas prioritárias para o município. O objetivo foi diminuir o baixo fluxo e a eva-

são escolar em que se encontravam, tendo para isso estabelecido como foco de estudo a Escola Municipal Paulo VI e, para este fim, utilizou-se de junções de procedimentos para o desenvolvimento da intervenção pedagógica.

Dentre os procedimentos metodológicos, foram realizados: grupos focais, rodas de conversa e oficinas pedagógicas com temática relativas à cultura de paz. As ações demandaram um grande esforço para gerar a cultura da mediação e da paz, com vistas ao respeito e criação de laços afetivos e de construção colaborativa e cidadã entre os sujeitos da comunidade escolar. Procurou-se também, por meio da ação interventiva, compreender as causas que levam ao baixo fluxo escolar, fenômeno que pode interferir no processo de ensino-aprendizagem.

Inicialmente, foi desenvolvida uma roda de diálogo junto com o Núcleo de Atividades Culturais (NAC) com estudantes e professores. Antes desta ação, foi feita uma reunião com o trio gestor da escola para conhecer os índices escolares e fazer uma leitura detalhada do que esses números representam sobre a realidade escolar com base em indicadores de instituições internacionais que avaliam o desempenho das escolas .

A gestão também informou o índice de retenção e as habilidades ainda não desenvolvidas pelos alunos e onde a escola precisaria agir. Após essa ação, foi feito o monitoramento bimestral ao ponto de haver melhoras no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB. As rodas de diálogos foram realizadas com representantes dos estudantes, dos professores e com a ges-

tão, antes de iniciar todo o processo a ser vivenciado e, com a intenção de atingir os resultados pretendidos pelo perfil do núcleo de Atividades Culturais (NAC), congregou-se as seguintes atividades:

a) Formação com os professores, abordando temas relevantes, entre eles como o cuidar do outro na visão da pedagogia da presença e o viés metodológico e científico de toda estrutura do projeto - A expressão Pedagogia da Presença permitiu fazer alusão a todas as dimensões do ato educativo e estabelecer com elas diversas referências ao lado das palavras Gentileza gera Gentileza, entrelaçadas com as exigências metodológicas para o conceito “presença” dentro do processo de ensino-aprendizagem da rede municipal de ensino da cidade do Recife;

b) Workshops pelo turno da manhã com todos os funcionários da escola, para possibilitar que a escola sinta-se numa rede de integralização, juntos a atores internos e externos a ela;

c) Visita através das regionais para analisar a estrutura pedagógica;

d) Workshops para os estudantes no aprimoramento do fortalecimento de vínculos entre todos que compõem a comunidade escolar, visando a valorização e o respeito pelos equipamentos físicos e tecnológicos da escola;

e) Mostra pedagógica para avaliação, divulgação e socialização dos avanços, a partir da atuação integrada junto à Escola Municipal Paulo VI.

Alguns caminhos foram possíveis de ser mensurados durante o estudo, por exemplo, a prática integrada nos moldes

colaborativos junto aos professores, estudantes, gestores e demais sujeitos da comunidade escolar, baseada na valoração das trocas sociais no que concerne aos temas de interesse desses grupos. Essa interação interferiu positivamente para a criação da cultura de paz, da valoração e do reconhecimento do espaço escolar como um caminho para formação de valores éticos, solidários e de auto responsabilização dos sujeitos que compõem o espaço da escola.

CONSIDERAÇÕES

Ao final da intervenção escolar foi possível pontuar algumas mudanças que entende-se terem sido motivadas a partir das ações conjuntas que possibilitaram este trabalho:

a) Sobre empoderamento - percebe-se que a cons-

trução de uma cultura de paz, envolvendo o empoderamento das crianças, dos jovens e adultos, trouxe para eles uma compreensão dos princípios de respeito, de liberdade, de democracia, de direitos humanos, de tolerância, além do desenvolvimento de outras ferramentas emocionais e éticas, importantes na construção de uma cultura pacífica.

b) Sobre o zelo e cuidado pelos equipamentos da escola – a ação integrada através dos recursos citados no decorrer deste trabalho, favoreceu a mudança de cultura sobre o cuidado com os equipamentos da escola, sendo o começo da formação de uma consciência cidadã, sobre a responsabilidade e pela valorização do patrimônio público, sendo considerado como “a escola mudando a cara”.

c) Sobre o trabalho cooperativo - quando a realidade

parece muito “dura/pesada”, para implementarmos mudanças, é preciso juntar esforços para obter resultados. Dom Hélder Câmara inspira o tempo todo através de um legado existencial, ele foi um dos grandes semeadores da paz. É ele quem nos fala que “sonho que se sonha só é só um sonho. Mas sonho que se sonha junto torna-se realidade”.

d) Sobre corresponsabilidade - verificou-se que as ações integradas surtiram um efeito cidadão de responsabilidade e de pertencimento junto aos estudantes e comunidade escolar em geral, tendo reverberado também no aumento do fluxo escolar.

A realidade que se apresenta na Escola Municipal Paulo VI ainda não é a ideal, porém, saltos qualitativos em relação ao trato humano são perceptíveis. A parceria com a Universidade

Federal de Pernambuco permite que os alunos tenham cursos e oficinas em formação nas linguagens de teatro e dança em parceria com a coordenação de dança desta instituição, viabilizando através da arte e da educação movimentos integradores alfabetizadores e caminhos para a cultura de paz e a reinvenção da escola pública.

Por último, sugere-se a criação de uma sistemática de avaliação, como um dos aportes teórico metodológico na direção diagnóstica como apontada por Luckesi (2011), uma das fontes que balizou este estudo, mas que ainda está por ser implementada na experiência pedagógica desenvolvida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CHARLOT, Bernard (2002), “

- Da relação com saber, formação dos professores”, Ed. Artmed. São Paulo.
- Costa, Antonio Carlos Gomes da (2000), “Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática”. Salvador, Fundação Odebrecht.
- Dupret, Leila (2002), “Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea”, Revista Psicologia Escolar e Educacional, 6 (1).
- Estaún, Antonio Martines (2014), “Pedagogia da Presença Marista”, Curitiba: Grupo Marista. Página consultada a 11. 2020, em http://old.champagnat.org/e_maristas/livros_recebidos/Pedagogia_da_Presenca_Marista.pdf
- Freire, Paulo (1985), “Pedagogia do Oprimido”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, [14ª ed.].
- Freire, Paulo (1984), “Ação Cultural para a Liberdade”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, [7ª ed.].
- Gadotti, Moacir (1998), “Pedagogia da práxis”, São Paulo: Cortez. [2ª ed].
- Luckesi, C. C. (2011), “Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições”, São Paulo: Cortez. [22ª. ed.].
- ONU - Organização das Nações Unidas (1999), “Atas da Conferência Geral - 28ª reunião”, Paris.
- Romero, Priscila (2015), “Breve estudo sobre Lev Vygotsky e o sociointeracionismo”, Revista Educação Pública. Página consultada a 11. 2020, em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/8/breve-estudo-sobre-lev-vygotsky-e-o-sociointera->

cionismo

HABILIDADES SOCIAIS DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE À AFETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

SOCIAL SKILLS OF THE BASIC EDUCATION TEACHER FACING AFFECTIVITY AND SUBJECTIVITY

Daniel Devisom da Silva Rozado¹

Resumo: Mudanças importantes ocorridas na formação de professores no cenário nacional vêm suscitar à importância de se trabalhar as habilidades sociais dos docentes, tendo em vista, uma formação mais generalista no campo da educação. Nesse contexto as habilidades sociais assumem um papel relevante, pois são um conjunto de comportamentos emitidos por uma pessoa em um contexto interpessoal que expressa sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de um modo adequado à situação, respeitando

os demais; contribuindo assim para uma satisfação no trabalho e uma boa qualidade de vida. Nesse artigo objetivou-se estudar as habilidades sociais em professores da educação básica frente à afetividade e subjetividade por meio de uma revisão bibliográfica da literatura. Para tanto, utilizou-se como estratégia de investigação, a pesquisa em referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites na área. Resultam-se dessa com-

¹ Bacharelado em Psicologia - UNIFIP. * Pós-graduação em Saúde Mental – UNIFIP. Mestrado em Educação-EIKON UNIVERSITY

preensão que as habilidades sociais e o bem-estar subjetivo são um fenômeno transformador e facilitador no processo de aprendizagem e da formação docente. Conclui-se que esses construtos estudados são de grande relevância para a educação em especial para a saúde mental dos sujeitos implicados

Palavras-chave: Habilidades Sociais; Professores; Educação, Afetividade; Subjetividade.

Abstract: Important changes occurred in the training of teachers in the national scenario have raised the importance of working on the social skills of teachers, with a view to a more general training in the field of education. In this context, social skills play an important role, as they are a set of behaviors emitted by a person in an interpersonal context

that expresses feelings, attitudes, desires, opinions or rights in a way that is appropriate to the situation, respecting others; thus contributing to job satisfaction and a good quality of life. This article aimed to study the social skills of teachers in basic education in the face of affectivity and subjectivity through a literature review of the literature. For this purpose, research on theoretical references already analyzed, and published by written and electronic means, such as books, scientific articles, pages of web sites in the area, was used as an investigation strategy. It results from this understanding that social skills and subjective well-being are a transforming and facilitating phenomenon in the process of learning and teacher training. It is concluded that these studied constructs are of great relevance for education, especially for the

mental health of the subjects involved.

Keywords: Social Skills; Teachers; Education, Affectivity; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

A sociedade vem passando por grandes transformações, o que exige do professor preparação para lidar com as mudanças propostas para o século XXI. E, dentre os inúmeros desafios, está à necessidade de formar alunos com pensamento crítico, capazes de resolver problemas, raciocínio lógico bem desenvolvido, criatividade, capacidade de trabalhar com ética, responsabilidade, eficiência e eficácia, além de ampla capacidade para obter conhecimento e articulá-lo com seu cotidiano (SÁ, 2015).

Ultimamente, nota-se

um relevante interesse, no campo da educação, pelos temas relacionados a inteligências emocional, sociais e múltiplas, e pelas questões sobre interações sociais em geral (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2001a). O professor representa um papel importante para a construção dos saberes e é um facilitador das potencialidades humanas, além de ser o responsável pela inserção do indivíduo junto ao meio intelectual, levando ao aprimoramento e ao desejo por novos conhecimentos (COLL & COLOMINA, 1996; DEL PRETTE, DEL PRETTE, GARCIA, BOLSONI-SILVA & PUNTEL, 1998).

Dentro desse contexto, a tarefa de lecionar deve apresentar a intenção de formar para além da apreensão de conteúdo, ou seja, o conhecimento e domínio do docente são importantes para um aproveitamento real dos

alunos, porém há a necessidade de uma terceira força integrante para que haja a promoção efetiva desse aprendizado, que são as habilidades sociais (SOARES, NAIFF, FONSECA, CARDOSO & BALDEZ, 2009). Segundo propõe Furtado, Falcone e Clark (2003), as aceleradas modificações pelas quais tem acontecido a sociedade, sobretudo a partir do século XX, têm exigido dos professores não só a propriedade de habilidades técnicas, mas também um desempenho socialmente adequado para que se tenham relações profissionais e sociais mais aceitáveis, duradouras e gratificantes. Nesse contexto, o objetivo geral que motivou a realização desse trabalho foi:

— Estudar as habilidades sociais em professores da educação básica frente à afetividade e subjetividade por meio de uma revisão bibliográfica da lite-

ratura.

Como objetivos específicos:

— Realizar uma busca bibliográfica sobre as habilidades sociais em professores da educação básica frente à afetividade e subjetividade;

— Verificar dados bibliográficos levantados;

— Sumarizar fontes relevantes na bibliografia.

Del Prette e Del Prette (2001, 2003) reforçam a necessidade de a formação educacional levar em consideração o desenvolvimento das habilidades sociais como essencial para a formação e não só a capacidade cognitiva. As demandas atuais exigem cada vez mais pessoas com competência interpessoal além da competência técnica, o que justifica o olhar necessário da escola para esta formação. Com isso, o de-

envolvimento das habilidades sociais torna-se fundamental, tanto para o desempenho acadêmico como para a formação de um profissional competitivo para as novas exigências do mercado de trabalho. Esse construto pode ser definido, de acordo com Del Prette e Del Prette (2008), como um conjunto de comportamentos que estão presentes no repertório do indivíduo e que facilitam o relacionamento interpessoal. São aprendidas e têm no contexto interpessoal o significado dos propulsores ou inibidores para as pessoas no âmbito familiar, social e profissional.

DESENVOLVIMENTO

Construindo Conceitos

Para um início de conversa nesse assunto, há de se perguntar: para quem ou/e pra que o estudo e o entendimento sobre as

habilidades sociais e sobre construtos subjetivos? Como é atracente perceber, não só na área da psicologia, como há uma devasta bibliografia sobre o tema, e como diversa áreas do conhecimento têm demonstrado buscar nesse estudo, porque a tem mostrado que as pessoas precisam viver e conviver e para isso, desde a infância até a idade adulta o indivíduo tem que desenvolver habilidades sociais para melhor se relacionar com a vida e com as pessoas e com os grupos sociais.

O desejo para entender e desenvolver o pelo campo tanto teórico, quanto prático das Habilidades Sociais vem se expandindo, particularmente entre alunos das áreas também de exatas. Já se tem observado um grau elevado na publicação e estudos sobre o assunto e também apresentado em artigos diversos, livros, capítulos, internet e demais meio

de comunicação, além dos simpósios e seminários que existem sobre a realidade, não só no Brasil, mas em diferentes países pelo mundo afora.

Os estudiosos também estão nesta investigação temática. Além de Del Prette e Del Prette (2000), com o estudo *Treinamento em Habilidades Sociais*, outros como MitsI, Silveira e Costa (2004) e Murta (2005) exploraram novas análises, com interesse especificamente na observação e problemas transtorno obsessivo compulsivo. Já Murta (2005) desenvolveu mais na linha em relação ao programa de intervenção. Ultimamente, pesquisadores como Bolsoni-Silva (2002) fez uma análise mais completa de artigos que já foram publicados num delineamento dos trabalhos sobre habilidades sociais voltados para crianças, adultos e jovens.

Há muito que fazer na área, observa-se, ainda, que há muito por fazer no assunto de relações interpessoais e habilidades sociais. Por causa da amplitude, o estudo, e também a promoção de habilidades sociais junto aos indivíduos com diferentes tipos de transtornos sobre a efetividade dos programas realizados, precisam ser aprofundados a cada dia nos meio universitário e no dia a dia dos interessados.

Serve, para todos os interessados da área, e também quem não é da área de psicologia, os estudos sobre as habilidades sócias. Primeiro porque já se sabe que em qualquer grupo social, as pessoas com as habilidades tendem a desenvolver relações mais duradouras, seguras, amáveis, bondosas, qualitativas, e, como já se disse assertivas, empática, comunicativa, positiva, cívica e desenvoltura no trabalho. Segun-

do, quando não se tem, é possível desenvolvê-la para os que a buscam, através de intervenções e outras práticas.

Diversas dificuldades e problemas são diretamente relacionados à habilidade social. Não é muito comum encontrar indivíduo que saibam se relacionar de uma forma perfeita e nem que pode dominar como se fosse uma situação exata para se solucionar. Nos diversos consultórios que, acredito, as pessoas procuram os especialistas para que esses lhes ajudem no convívio social e na maneira correta e eficaz de se relacionar com os outros, principalmente no ambiente de trabalho.

Em todos os espaços há necessidade de relacionamento, desde a infância até a idade adulta. Quando crianças, as pessoas precisam se relacionar com os vizinhos, amigos de infância; ainda

na fase, entrando na escola, precisam se relacionar com os colegas de sala; depois vêm os círculos de amizade na juventude, nos campos e clubes recreativos; depois vem a convivência na igreja, nas agremiações e etc.

A maioria dos pacientes que tem problemas de relacionamentos reclama da convivência e da forma como se expressarem e usar a oralidade para a comunicação e assim poder conviver melhor. Por isso, se diz no estudo que as habilidades são para todos, uns a desenvolvem mais, porque almeja e constroem, outros procuram ajuda e melhoram em tratamentos diversos sempre acompanhados por especialista no assunto, principalmente em terapia de grupos. Por isso, existe treinamento especializado para ajudar as pessoas a desenvolver formas de interação mais regulares.

Não é apenas se comunicar melhor, isso pode ajudar na solução. Mas os elementos previstos no estudo deverão ser posto em prática porque seja em qualquer ambiente social, o conhecimento deve gerar algum tipo de reflexão em cada leitor e em todos que desejam conhecer a realidade. Há uma melhor maneira para resolver a interação importa aproveitar tudo de melhor que as relações humanas podem oferecer.

Um debate mais proveitoso sobre os itens e elementos conceituais e contextuais das habilidades sociais, é necessário e dentro da psicologia clínica nas demais áreas do conhecimento da própria psicologia e outras ciências. O objetivo principal deve ser a elevação do indivíduo com o meio social e com a cultura em que vive para uma boa inter-relação.

Um sujeito desprovido das competências fica privado de muitas oportunidades na vida e sofre consequências adversas, pois ao fechar-se em um mundo problemático, pode até ganhar dinheiro, mas vive infeliz porque não consegue ter o prazer de enxergar a vida em sociedade, com alegria e que, por conseguinte sofre. Para tal, porém, há terapias que ajuda para as queixas existentes em pacientes que não conseguem se relacionar de forma adequada. O problema que venha a ser, por qualquer queixa de relacionamentos, há profissionais no assunto eficaz no atendimento dessa queixa, com disponibilidade a ajudar.

Como afirma Del Prette e Del Prette (2001, p.31):

O termo habilidades sociais aplica-se à noção de existência de diferentes classes de comportamentos

sociais no repertório do indivíduo para lidar com as demandas das situações interpessoais. A competência social tem sentido a avaliativo que remete aos efeitos do desempenho das habilidades nas situações vividas pelo indivíduo.

Portanto, são os comportamentos que se expressão, assim, quando não bem resolvidos, precisam ser trabalhados para que a possa se relacionar melhor nas situações e nos grupos sociais. Os professores são os mais responsáveis pelo desenvolvimento das habilidades sociais para o ensino, porém irá ser detalhado melhor a seguir. Fará uma exposição sobre o papel deles na observação das potencialidades, construção e promoção das habilidades sociais, com planejamentos, objetivos, metodologias e

avaliação precisa das habilidades sociais bem desenvolvidas ou a serem desenvolvidas.

Habilidades Sociais do Professor da Educação Básica Frente à Afetividade e Subjetividade.

As relações interpessoais, em qualquer lugar, promove a afetividade. E a afetividade promove as relações interpessoais. Refletir sobre a subjetividade e a afetividade torna-se necessidade. É necessário criar alternativas para lidar com a criatividade e participação com outras pessoas, seja na formação de professores, ou nos valores individuais.

Seria enriquecedor se a educação tivesse um espaço reconhecido para cada um, criasse oportunidades e levasse em consideração as diversidades. A subjetividade está nessas diferenças, para promover identidades cole-

tivas e individuais, como gancho para novas linhas pedagógicas e sociais, que são necessárias na formação do cidadão. A escola atual, enxerga o aluno como um produto do meio em que vive na posição passiva e não como sujeito ativo e transformador da sua realidade.

A educação está relacionada com a elaboração da subjetividade, que se fundamenta em alguns princípios como o sujeito que gera suas possibilidades e sua interação com o mundo, reconhecendo suas qualidades pessoais, vivendo e experimentando suas atitudes.

O mundo vive o desejo do individualismo em detrimento do que é coletivo, sem perceber a importância das relações entre as pessoas e a necessidade que isso proporciona. Com o desejo de crescer e a competência social e econômica, as pessoas acabam

valorizando seus desejos e esquecendo-se de respeitar os outros na relação de amizade.

Os pais e sociedade no geral estão esquecendo a importância da afetividade para o convívio social. Muitos pais ainda permanecem com autoritarismo na relação com seus filhos, acabando por negar o espaço de relacionamentos, provocando assim na construção de homens rebeldes e agressivos.

A sociedade reflete a maneira como os pais criam seus filhos, pois tudo acontece na família e muitas vezes a sociedade não está preparada para receber os jovens principalmente no que diz respeito a sua formação. Por conseguinte, a escola sofre os mesmos desafios porque há uma cadeia de relacionamentos e de influência entre família, sociedade e escola.

Muitos pais desejam fi-



lhos intelectuais e prósperos em sua vida econômica, mas esquecem de proporcionar as relações afetivas, causando assim filhos desobedientes e indisciplinados. Falta amor e carinho entre as pessoas, esquecem que o amor e a afetividade, e as emoções são realidades na vida das pessoas e isso precisa ser trabalhado com responsabilidade e maturidade.

Na escola, uma pedagogia para criar vínculos de amor e afetividade é considerar que os alunos não são iguais e que as diferenças se misturam no mesmo espaço. Os professores precisam entender que não haverá uma turma homogênea. O que devem trabalhar é a relação interpessoal, porque trará melhores condições de aprendizagem e qualidade de ensino.

Os alunos hoje, nesse mundo globalizado, com a área da informativa e da internet, não

só precisam de contatos, como necessitam de relacionamentos, pois o isolamento acontece a cada dia e é importante que a escola proporcione situações interpessoais para que os alunos e professores, também gestores, possam conviver no mesmo espaço, sem provocar constrangimentos entre ambos e que assim haja de fato uma formação integral do ser humano e o pleno desenvolvimento do cidadão.

Vygotsky (1984) afirmava que “um dos aspectos negativo da psicologia tradicional era a separação dos aspectos afetivos do intelectual”. Isso para dizer que já se valorizou muito nas escolas o aspecto intelectual e tão somente isso, sem considerar que a pessoa é também emoção e afeto e que para isso precisa desenvolver suas outras habilidades ligadas a sua afetividade.

Muitos alunos não se

desenvolvem em sala de aula porque já vêm com traumas afetivos de casa, sem acompanhamento dos pais ou responsáveis e por isso não conseguem desenvolver outras competências na sala de aula e na vida porque não resolveram seus problemas afetivos.

Por isso é bom ressaltar que a forma como o professor se relaciona com seus alunos, representa significativamente na vida dos alunos não só no espaço sala de aula, mas em todos os aspectos do aprendiz. Assim a afetividade é uma faculdade humana e, portanto, desenvolvida como estudo por diversos teóricos ao longo da história da Psicologia da Educação e da Pedagogia.

Freud (apud GOLSE, 1998) afirmava que:

Os dados adquiridos pela psicanálise têm consequências úteis para o entendimento das relações inter-

-humanas, principalmente ao apresentar que o objeto de relação é um objeto individual construído pelo mundo interno extraordinário (imaginário) variando com nossos investimentos e em função de nossa história e de nossos estados afetivos.

Isso para dizer da importância, também, da afetividade no convívio social, além de seu desempenho na vida individual de cada pessoa. A afetividade não são as manifestações de emoções, é uma faculdade que abrange todos os aspectos da pessoa. Isso precisa ser conhecido pelos professores para que eles pratiquem essa ação no seu convívio com o discente.

A ação do homem está intimamente ligada ao movimento, e os estilos são as primeiras



figuras de comunicação que servirão de base ao pensamento concebido, antes de tudo, como uma das formas de ação. O movimento é à base do pensamento. É a maneira de relação com o exterior e a emoção é a fonte do conhecimento.

Percebe-se diante esse contexto que a valorização do elemento “afetividade” como oportunidade de sustentáculo para a vida humana. A concepção do homem como mente e corpo, espírito e matéria, conhecimento e afeto, isso tem se apresentado em estudos sobre o comportamento humano de uma forma dualista, impedindo uma compreensão do ser humano na totalidade.

A afetividade mostra a maneira de ser de cada sujeito. Ela está presente em todos os grupos sociais. Os afetos revelam como cada acontecimento se manifesta na vida das pessoas.

Todos esses acontecimentos, as reações e as atitudes são os mais importantes na relação ente as pessoas.

A criança precisa do vínculo afetivo em casa e na sala de aula e o professor precisam conhecer e preservar essa faculdade. O professor marca esse vínculo no espaço escolar. E assim a afetividade se entende como decisão que se apresenta como inúmeras situações com implicações para o aluno e não apenas sobre as condições de ensino em sala de aula.

O professor deve dialogar e se colocar-se na posição de quem não sabe tudo, descobrindo que todos os alunos de um pouco de inferência sobre a vida e os aspectos sociais dela. Assim, o aprender torna-se mais importante porque o discente sente que estar sendo respeitado em seu comportamento e na sua maneira

de ser e não apenas pela sua cognição. Realiza prazer em tudo o que faz se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação na vida e no espaço escolar.

O professor precisa se preocupar com o conhecimento e com a afetividade dele e do aluno. E para que isto ocorra, deve ter conscientização para facilitar a aprendizagem, e ser aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação de amizade e também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los a se realizarem.

O que se pretende na atividade do professor é que ele se preocupe com os conteúdos, com a vida do aluno e de sua formação para a vida emocional para que ele possa agir com determinação entre os conteúdos da aprendizagem e a atividade construtiva para assimilação.

Conforme Freire (1996,

p.96):

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Para o autor, ser professor não é brincadeira em que não se fala em construção de saberes e de vida e que possa deixar em seus alunos uma marca de aprendizagem. A afeição tem sua influência no processo de aprendizagem. Ela não modifica a estrutura no funcionamento da inteligência, mas poderá apressar ou atrasar o desenvolvimento dos



indivíduos, podendo até interferir no funcionamento das estruturas da inteligência. Todos os sentimentos e os desejos correspondem à afetividade, que dá sustentação às ações do sujeito. Assim, os aspectos da afetividade podem influenciar no processo de desenvolvimento da aprendizagem.

O professor pode e muito influenciar na afetividade do aluno e na sua vida acadêmica. Se ele tiver um comportamento contrário poderá promover em seu aluno, baixo rendimento e influenciar negativamente sua autoestima. Na sala de aula devem acontecer as relações e convivência de forma a promover uma vida saudável para professores e alunos. A escola é o espaço de todos, deve acolher cada grupo, com suas características individuais e coletivas, tem multiplicidades, diferentes valores, culturas, credos e relações so-

ciais. Nela, misturam-se todos os elementos que fazem do cotidiano escolar uma rica e complexa estrutura de conhecimentos dos indivíduos.

As diferenças encontradas no contexto escolar acabam por se confrontar com uma estrutura pedagógica que está baseada num padrão de homem e de sociedade, que considera a diferença de forma negativa, gerando assim uma prática excludente. Não é apenas com conteúdo cognitivos que forma cidadãos para o pleno desenvolvimento da vida, mas principalmente com relacionamentos.

O contexto escolar têm se revelado cada dia mais com seus aspectos de conflitos. Isso dificulta o relacionamento entre as pessoas. Na escola deve existir uma maior interatividade, pois é nela que muitas pessoas se encontram para a aprendizagem

e também para a convivência. A incredulidade de que a escola possa constituir-se num espaço de construção de conhecimento, de alegria, de formação de pessoas conscientes, participativas e solidárias, tem deixado muitas pessoas desmotivadas para os relacionamentos, pois a cada dia muitas são as intrigas e conflitos nesse espaço escolar. Às vezes os sentimentos em relação a sua vida têm sido de desilusão, e fraqueza diante dos problemas cotidianos.

Quando o aluno está motivado, a aprendizagem acontece de forma significativa. Para isso, o professor precisa ajudá-lo no sentimento de valorização, pois tem suas características cada vez mais acentuadas e, assim pode demonstrá-las com mais frequência, o que o torna cada vez mais valorizado. Já o aluno rejeitado passa a se afastar

do professor e, conseqüentemente, se identifica cada vez menos com aquela situação que o discrimina e rejeita, tornando-o propício para a vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como foco a busca bibliográfica, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, descritiva e delineamento do tipo de estudo exploratório nos termos definidos por Richardson et al., (1999). Nesse sentido, essa pesquisa foi feita partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Tendo em vista que, qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o as-



sunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Deste modo, dada à dificuldade de se localizar estudos específicos que tratem desta temática explícita, o presente estudo apresenta-se com destacada relevância científica para o entendimento das relações entre os fenômenos estudados, bem como referencial para futuras pesquisas nesse sentido. Contudo, os resultados encontrados nesse estudo forma comparados ao que a literatura trás em termos teóricos.

CONCLUSÃO

Ao termino desse estudo foi possível realizar contribuições ao conhecimento em educação em estudos sobre habilidades sociais em professores frente a subjetividade e afetividade. As bibliografias indicam que esses construtos são importantíssimos na manutenção da qualidade de vida. Desta forma, conclui-se que profissionais que trabalhem com professores devem ter atenção especial as habilidades sociais e aos constructos subjetivo a fim de programarem uma atuação adequada quando necessário.

Frente ao exposto, são apontadas por este trabalho as transformações relevantes que as habilidades sociais podem oferecer em professores da educação básica pública municipal tanto na acepção de contribuir para as metodologias de ensino-aprendizagem dos alunos de forma geral como no melhoramento das

relações interpessoais de forma geral. Assim faz-se necessário refletir sobre a importância do trabalho do professor vinculado aos seus aspectos emocionais

Deve ser considerado ainda, o valor que as habilidades sociais têm para os sujeitos, seja no domínio familiar, do trabalho, no convívio com sua comunidade. Atividades por meio de treino em habilidades sociais e constructos subjetivos, aliada a outras técnicas cognitivas e comportamentais, podem auxiliar nas mudanças de comportamento, contribuindo para a minimização de problemas comportamentais. O desenvolvimento de habilidades sociais no professor e no aluno é um desafio que o sistema educativo deve enfrentar para que a instituição escolar seja da inclusão e não da exclusão social. Por isso é importante promover a melhoria das relações interpessoais

em nossos ambientes educativos.

É importante destacar que este artigo ainda contribui socialmente e cientificamente na medida em que outros pesquisadores e profissionais podem se apropriar dos achados descritos como diretrizes para definir estratégias terapêuticas adequadas na incidência possibilitando auxílio a os déficits. Os achados deste estudo sugerem que outras pesquisas ainda precisam ser realizadas na respectiva área.

REFERÊNCIAS

BOLSONI-SILVA, A. T. & MARTURANO, E. M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. Estudos de Psicologia (Natal), 2002. 7, 227-235.

COLL, C. & COLOMINA, R.



- Interação entre alunos e aprendizagem escolar. In. C. Coll, J. Palacios e A. Marchesi (Orgs.) Desenvolvimento psicológico: Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996.
- DEL PRETTE, A. Assertividade, sistema de crenças e identidade social. *Psicologia em Revista*, (2003). , 9(3), 125-136.
- DEL PRETTE, A. Inventário de habilidades sociais (IHSA-Del-Prette): manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001^a.
- DEL PRETTE, A. O ensino de psicologia da educação sob o olhar de licenciados e licenciandos. In: Roberta Azzi, Sylvia Helena Batista, & Ana Maria Sadalla (Orgs), *Formação de professores: discutindo o ensino de psicologia* Campinas, SP: Editora Alínea. 2000.
- DEL PRETTE, A. Pais e professores contribuindo para o processo de inclusão: Que habilidades sociais educativas devem apresentar? In E. G. Mendes, M. A. Almeida, & M. C. P. I. Hayashi. (Orgs.), *Temas em Educação Especial: Tendências e perspectivas* (pp. 239-254). Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, S. Relatório sobre meus

estudos em Paris e Berlim (1886). In FREUD, S. Histeria: Primeiros Artigos. Rio de Janeiro, Imago, 1998.

FURTADO, E. S.; FALCONE, E. & CLARK, C. Avaliação do estresse e das habilidades sociais na experiência acadêmica de estudantes de medicina de uma universidade do Rio de Janeiro. *Interação em Psicologia*, 2003 vol. 7, n. 2, 43-51.

Mitsi, C.A., Silveira, J.M. & Costa, C.E. Treinamento de habilidades sociais no tratamento do transtorno obsessivo-compulsivo: Um levantamento bibliográfico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamento e Cognitiva*, 6(1),49-59. (2004).

Murta, S.G. (2005). Aplicações do treinamento em habilidades sociais: Análise da produção

nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2),283-291.(2005).

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, L. C. B. M. Competências para o século 21: o caso da Escola Estadual Julião Mendes. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, 4(1). 2015.

SOARES, A. B.; NAIFF, L. A. M.; FONSECA, L. B.; CARDOSO, A. & BALDEZ, M. O. Estudo comparativo de habilidades sociais e variáveis sociodemográficas de professores. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2009. 11 (1), 35-49.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



DIVERSIDADE CULTURAL: UM OLHAR PARA AS BASES LEGAIS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE

CULTURAL DIVERSITY: A LOOK AT LEGAL BASES, PEDAGOGICAL PRACTICES AND TEACHER EDUCATION

Jéssica Maria do Monte¹

Wisla Santos Nascimento²

Allison José dos Santos³

Resumo: Atualmente no Brasil, há uma grande riqueza cultural que se evidencia nos ambientes e práticas sociais. Do ponto de vista pedagógico é de extrema importância trabalhar abordagem com olhares direcionados à diversidade cultural enfatizando a beleza que há em ser pluricultural. O objetivo deste trabalho é analisar por meio da literatura a concepção da diversidade cultural na ótica das bases legais como norteadoras para formação docente e aplicabilidade da prática pedagógica. Como metodo-

184

1 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Novo Horizonte - FNH. Ipojuca, PE

2 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Novo Horizonte - FNH. Educadora Social, Ipojuca, PE

3 Especialista em Psicopedagogia pela FAJOLCA. Pedagogo. Professor universitário e Coordenador do curso de Pós-graduação da FNH-Ipojuca, PE. Orientador educacional em educação a distância do Centro Universitário Internacional – UNINTER, Polo Cabo de Santo Agostinho, PE

logia optou-se por uma pesquisa básica e bibliográfica. Para coleta de dados, utilizou-se de revisão de literatura de análise de fontes bibliográficas primárias. Partindo do ponto de vista complexo das questões discutidas, tratadas e, sobretudo, dos dados analisados no universo deste estudo, foi possível formular uma síntese conclusiva, apresentando um conjunto de conclusões que a diversidade cultural nos PCNs é vista como um tema transversal, quando bem aplicada mediante a prática pedagógica forma o educando integralmente de maneira que suas práticas sejam reproduzidas na sociedade positivamente. Desta feita, cabe a escola trabalhar pedagogicamente os estudantes para desenvolver atitude cidadã democrática e inclusiva, bem como respeitar as diferenças, valorizar a identidade e preservar a riqueza cultural. Assim

como também aponta a BNCC que a diversidade cultural é uma abordagem que envolve a manifestações artísticas e culturais, que por sua vez visa a valorização e preservação da identidade.

Palavras-chave: Educação. Diversidade cultural. Práticas pedagógicas.

Abstract: Currently in Brazil, there is a great cultural wealth that is evident in social environments and practices. From a pedagogical point of view, it is extremely important to work with an approach aimed at cultural diversity, emphasizing the beauty of being multicultural. The objective of this work is to analyze, through the literature, the conception of cultural diversity from the perspective of legal bases as guidelines for teacher education and applicability of pedagogical

practice. As a methodology, a basic and bibliographic research was chosen. For data collection, a literature review and analysis of primary bibliographic sources was used. From the complex point of view of the issues discussed, dealt with and, above all, the data analyzed in the universe of this study, it was possible to formulate a conclusive synthesis, presenting a set of conclusions that cultural diversity in the NCPs is seen as a cross-cutting theme, when applied through the pedagogical practice forms the fully educating so that their practices are positively reproduced in society. This time, it is up to the school to work pedagogically with students to develop a democratic and inclusive citizen attitude, as well as respecting differences, valuing identity and preserving cultural wealth. As well as the BNCC points out that

cultural diversity is an approach that involves artistic and cultural manifestations, which in turn aims at valuing and preserving identity.

Keywords: Education. Cultural diversity. Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

Historicamente, desde o início do desenvolvimento do Brasil, percebe-se que o país foi colonizado com povos diferentes, tais como: africanos, europeus e os próprios nativos existentes. A miscigenação deu origem a outros numerosos grupos, como: mulato (branco com negra, ou vice-versa), caboclo ou mameluco (branco com índia, ou vice-versa), o cafuzo (negro com índia, ou vice-versa). Diante dessa população, cada nacionalidade que passou pelo Brasil, assim como a

população nativa, deixou um legado individual na marca do país com suas tradições e costumes.

A partir da miscigenação dessas culturas foi constituída uma nação pluricultural com diferentes hábitos e costumes como a culinária, danças, religião etc. Atualmente no Brasil, há uma grande riqueza cultural que se evidencia nos ambientes e práticas sociais. Do ponto de vista pedagógico é de extrema importância trabalhar abordagem com olhares direcionados à diversidade cultural enfatizando a beleza que há em ser pluricultural. A Declaração Universal da Diversidade Cultural (p.3. Art. 1º) diz.

A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se

na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica o é para a natureza. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

No entanto, diante da realidade cultural brasileira é totalmente impróprio que a pluralidade de culturas existente seja ignorada ou tratada como irrelevante, pois, os brasileiros constituem um povo miscigenado que por sua vez preserva e valoriza a



identidade cultural.

Pautado nesta abordagem, o presente artigo visa responder a problemática em estudo: qual a concepção da diversidade cultural na ótica das bases legais como norteadoras para formação docente e aplicabilidade da prática pedagógica para uma formação integral do estudante? Tendo como objetivo analisar por meio da literatura a concepção da diversidade cultural na ótica das bases legais como norteadoras para formação docente e aplicabilidade da prática pedagógica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata de uma pesquisa básica e bibliográfica. Nesse sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica de literaturas primárias disponível nas bases de dados eletrônicas Scielo e Goole acadêmico bem como

livro, capítulos de livros e sites governamentais. Foram empregadas as seguintes categorias de descritores: Diversidade cultural; Diversidade de culturas; Educação e cultura; Educação, cultura e formação de professor; Valorização da diversidade; Diversidade cultural e os Parâmetros Curriculares Nacionais; Diversidade cultural na ótica da Base Nacional Comum Curricular; Prática de ensino e diversidade cultural; Educação escolar e cultura; Diversidade cultural na escola; Diversidade cultural no contexto escolar. Para coleta de dados a pesquisa eletrônica incluiu 12 trabalhos publicados entre 2010 e 2021 e 14 trabalhos publicados entre 1996 e 2008, em língua portuguesa, que abordasse as categorias de descritores, o que resultou em 26 publicações.

RESULTAODS E DISCUS-

SÃO

**Diversidade cultural no Brasil:
breve aspecto histórico**

A diversidade cultural brasileira está referida aos mais variados costumes, crenças, vestimenta, culinária, tradições entre outros aspectos. Iniciou-se essa variedade cultural com a colonização no país, sendo esta, feita pelos europeus, partindo disso, houve a difusão de culturas entre eles, os indígenas e os africanos, além de outros povos que, gradualmente foram chegando ao país, como os asiáticos, difundindo ainda mais a cultura no Brasil. Segundo Soares (2003. p. 161):

As diferenças fazem parte de um processo social e cultural e que não são para explicar que homens e mulheres negros e brancos, distingue entre si, é antes entender que

ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão.

Por ser um país extenso em território, o Brasil apresenta diferenças climáticas, sociais e econômicas em suas regiões, que permite haver a identificação da origem desses povos, pela forma como vivem, tendo como indicador a arquitetura das ruas, hábitos, entre outros fatores. Cardoso e Muzzeti (2007, p.1) afirmam: “Dizer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem”.

Cada região do Brasil contém peculiaridades, costumes e formas de falar que as diferenciam umas das outras, todas com



suas características fortemente representadas por cada cidadão. Por razões culturais as pessoas propagam suas crenças e hábitos a seus descendentes com o intuito de eternizar sua cultura, práticas garantidas por direito como está descrito na constituição brasileira: “O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988.p. 215).

Com toda essa variedade e difusão de culturas no Brasil, vê-se o quanto se torna importante que seja abordado nas escolas os temas relacionados às diversas práticas culturais para que o educando se familiarize com o assunto e aprenda a respeitar cada detalhe da riqueza cultural do país, sendo instruído como cidadão crítico dentro da

sociedade. Gomes (2019, Online) diz:

Pois a escola deve ser uma instância de formação de cidadãos críticos, criativos, conscientes e competentes para solucionar os problemas do seu meio social. Ou seja, a escola deve formar para a vida. No entanto, o que se percebe é que ela tem sido, ao longo do tempo, um mero engodo. Ela tem formado para tudo, menos para a vida. Pois, como afirma Althusser (s/d), ela tem se tornado ao longo do tempo um aparelho ideológico do Estado, responsável pela inculcação da ideologia da classe dominante, isto é, a classe que está no poder.

Assim, ao obter o conhecimento da diversidade cultural no país e apropriação do senso

crítico em cada brasileiro, a cultura será respeitada e valorizada, pois em um país tão miscigenado como Brasil, onde há as mais diversas culturas e costumes é necessário se fazer real o papel da escola no que diz respeito ao ensinamento do senso crítico de se expressar e representar sem constrangimentos suas origens e ao mesmo tempo saber respeitar as práticas culturais do outro.

Conceituando diversidade: um olhar de respeito as diferenças em foco

A palavra diversidade originou-se do latim “diversitas, ātis” no sentido de variedade, diferença. Expressa “a qualidade daquilo que é diverso, multiplicidade” e denota também “desacordo, contradição” (HOUAISS, 2017, Online). A diversidade é entendida como construção so-

cial, significa dizer que as distinções não existem em si mesmas, é fruto das práticas culturais e da própria cultura. Quando se define pessoas e suas atitudes está-se comparando a parâmetros previamente estabelecidos. Marques (2010 p. 252) diz:

As diferenças eram percebidas como ‘desvio’, tendo como referencial a dicotomia normalidade versus anormalidade, demarcando a existência de fronteiras entre aqueles que se encontravam dentro da média e os que estavam fora dela [...] é a ideia da normalidade como parâmetro. O que está em jogo é, na verdade, a apologia do normal. A anormalidade não passa, pois, do contraponto necessário para a construção do sentido da normalidade [...] é a produção de uma homo-

geneidade simplória e ideologicamente excludente.

Partindo desse olhar, observa-se que a diversidade é a riqueza de diferenças étnicas, culturais, raciais, etc. Cada pessoa traz sua verdade, seus costumes e seu ponto de vista referente ao outro, isso provém das vivências obtidas ao longo de sua vida, portanto, dentro da diversidade não existe certo ou errado, muito menos verdade absoluta, pois cada um traz consigo suas próprias verdades. Gallo (2014, p.186) critica a forma como a diversidade é tratada atualmente e menciona que:

A diferença está aí, sempre esteve, para quem teve olhos pra ver. Ela não é nenhuma novidade. E não está reconhecida, respeitada, tolerada. Tudo isso implica em tentar apagar a dife-

rença, não vivê-la, de fato, convivendo, compartilhando a vida com as diferenças que nos rodeiam. A questão é que estamos colonizados pela filosofia da representação e, em seu contexto, percebemos a diferença em relação ao mesmo e não em relação a si mesma.

A diversidade, conforme diz o autor, carece ser vivida com igualdade, e ser vista como ela realmente é, a riqueza dos povos. Schuchter e Carvalho (2016, p.525) afirmam que:

Não se trata da tolerância, nem de ver a diferença como déficit, problema ou desvio, mas da interculturalidade ou do diálogo intercultural, no qual prevalece o movimento de interpenetração cultural, de ativa relação entre os membros de

grupos humanos diferentes, por meio da criação de espaços e processos de encontro-confronto dialógico entre as várias culturas, que podem produzir transformações, desconstruções, ressignificações mutuamente.

É necessário trabalhar as diferenças nas perspectivas da singularidade, como algo que não seja reduzido a qualquer unidade universalizante, são, simplesmente singularidades, diferenças afirmadas (GALLO,2014).

Um olhar da diversidade cultural na ótica dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados pelo governo federal com o objetivo de orientar os

educadores e garantir a todas as crianças e jovens brasileiros o direito de desfrutar de uma educação de qualidade e igualitária, mesmo estando em situações econômicas desfavoráveis, todos devem receber de igual forma a mesma qualidade de conteúdo e ensino acima de qualquer barreira social ou econômica, além de abranger a formação integral do educando e o formar para a vida e exercício da cidadania (BRASIL, 1997). Em relação aos temas transversais o documento destaca a importância de ser agregado ao ensino diariamente e ainda o põe no mesmo lugar em igualdade aos demais conteúdos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporam essa tendência e a incluem no currículo de forma a compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um



tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos. (BRASIL, 1997, p. 25).

A Pluralidade cultural encontra-se nos PCN's como tema transversal, conforme dito acima, e demanda que os profissionais da educação sejam aptos a abordarem o tema com propriedade e busque a qualidade no ensino e formação integral dos alunos. Os PCN's Introdução diz que:

O ensino de qualidade que a sociedade

demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (BRASIL, 1997, p. 27).

É imprescindível que o corpo docente se aproprie dos Parâmetros Curriculares Nacionais para que possam trabalhar de maneira que seus alunos com-

preendam e tenham atitudes cidadãs democráticas e inclusivas. Como está disposto a seguinte afirmação:

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão — tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural — traço bem característico de país colonizado — quanto a discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos; portanto, para a própria nação. (BRASIL, 1997, p. 20).

Dentre as afirmações contidas no documento PCN vê-se que é bastante enfatizado a valorização das culturas e diversidades existentes em todo país, e que deve combater a exclusão e discriminação por razão da própria diversidade, tal combate pode ter início nas aulas abordando o tema transversal pluralidade cultural:

Referentes à discriminação social mesmo em locais onde as situações de exclusão não se manifestam diretamente ou pelo menos não de maneira dramática, permitirá formar a criança e o adolescente para a responsabilidade social de cidadão que participa dos destinos do País como um todo, direcionando a proposta para a busca de soluções. (BRASIL, 1997, p. 21).

cultural na perspectiva da Base**Nacional Comum Curricular**

A diversidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais traz a perspectiva de que se deve trabalhar esse tema na escola como algo a formar o educando integralmente visando sua cidadania, de forma que suas práticas sejam reproduzidas na sociedade de maneira positiva, sendo isso dever da escola, instruir seus alunos e persistir nessa intervenção, ainda que seja um caminho árduo, não pode ser interrompido. O documento analisado ainda diz: “Portanto, embora não caiba à educação, isoladamente, resolver o problema da discriminação em suas mais perversas manifestações, cabe-lhe atuar para promover processos, conhecimentos e atitudes que cooperem na transformação da situação atual.” (BRASIL, p. 21).

Uma análise da diversidade

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) faz parte do plano nacional da educação que está previsto na Constituição Federal de 1988. Sua primeira versão foi redigida em 2014, passando por alterações e aperfeiçoamentos, sendo homologada em 2017. A partir de então, as escolas tiveram até 2019 para implementar a base.

O documento traz como objetivo principal a abordagem que todas as escolas tenham uma padronização em seu currículo, o esperado é que essa padronização aumente a qualidade do ensino no país, especialmente das escolas públicas. A Base também visa garantir a educação com equidade, de acordo com a definição das competências essenciais para a formação integral do cidadão em

cada ano da educação básica.

A BNCC foi dividida em competências que devem nortear todos os anos da educação básica e que pretende abranger todas as áreas, formando cidadãos íntegros, críticos, participativos e responsáveis, capazes de se comunicar, lidar com as próprias emoções e propor soluções para problemas e desafios.

O documento determina 10 (dez) competências gerais que são consideradas fundamentais para os estudantes.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, vi-

sual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diver-

sidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mes-

mo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e

coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2018,p.9-10).

Dentre elas, a competência de número 3 (três) que traz como objetivo a valorização e um amplo olhar para a diversidade de culturas: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural?”. (BRASIL, 2018, p. 9)

Como já visto, a competência de número 3 (três) apontada pela BNCC, estabelece como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reco-



nheçam a importância das de manifestações artísticas e culturais e que não apenas conheça e valorize, mas, que também sejam estimulados realizar práticas culturais. O objetivo é que o estudante seja capaz de se expressar e atuar por meio das artes e que entenda a importância das várias heranças e manifestações culturais que existem em seu bairro, sua cidade, estado país e que também em todo mundo existem várias culturas que trazem uma grande bagagem de história e conhecimento que devem ser valorizados e cultivados.

É possível observar diante do que está proposto, que há o reconhecimento de que o Brasil é um país desigual, e que isso é refletido nas escolas enquanto ambiente social e que a educação deve ser um meio para transformar essa realidade, o que fica explícito no seguinte trecho:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BRASIL, 2018, p. 15).

Infelizmente, a realidade vivenciada por inúmeros brasileiros no decorrer da história e até os dias atuais. Em sua grande maioria os negros, índios e com menor poder aquisitivo. essa prática de exclusão e desigualdade existe desde a época colonial e ainda é alimentada e em muitos casos, passada de pais para filhos. No entanto, sendo a escola uma instituição que tem

por objetivo formar cidadãos, que ela possa atuar em todo seu contexto de modo a desfazer e desconstruir práticas exclusivas e preconceituosas, valorizando todos os povos e suas respectivas culturas e que seus discentes levem isso em suas práticas sociais além dos muros da escola, assim como aborda:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. (BRASIL, 2018, p. 15).

Diante disso, fica claro que uma escola onde todos os envolvidos no processo pedagógico estão aptos no ato da mediação e práticas pedagógicas a conseguir trabalhar de modo que seus discentes sejam alcançados de forma integral e que atitudes arcaicas, desvalorizadas e exclusivas sejam substituídas por empatia, valorização do outro, de sua história e cultura. O país terá grande chance de ter uma sociedade mais respeitosa e harmônica. E para tanto, a BNCC foi elaborada e é de grande importância e valia que seja de fato, colocada em prática.

A contribuição da formação docente para o ensino da diversidade cultural

Leite (2014) ressalta que trabalhar a diversidade cultural é

algo comum, pois é a própria vivência social, sendo assim, vê-se que é algo que não pode deixar de ser feito. Atualmente, as escolas estão inseridas em um conjunto de mudanças constantes, sociais, econômicas e políticas, regidas por um sistema histórico-social.

Com a sociedade em constantes mudanças, a escola necessita estar apta para recebê-las e adotar novas práticas pedagógicas de forma que atenda as demandas vindouras do meio social, pois é cada vez mais exigido que a instituição acompanhe as constantes transformações sociais e saiba lidar com elas, não deixando para trás o princípio da cidadania.

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discrimina-

ção, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania. (BRASIL, 1997, p.27).

Dentro dessas transformações existentes vem a diversidade e, ela está inserida intensamente dentro do âmbito escolar, com isso vem as possíveis dificuldades de aceitação de culturas, costumes, classes etc. Esta realidade deve ser trabalhada dentro da sala de aula com

alto cuidado e atenção para que todos os públicos sejam alcançados e sintam-se parte de algo que lhes dê orgulho, ou seja, deve-se transmitir a valorização das diferenças enquanto se trabalha a pluralidade. Toda a escola deve estar envolvida nesse processo, preparando-se previamente, capacitando seus docentes e elaborando um currículo abrangente nesse contexto, como afirma Silva e Brandim (2008, p 56):

O currículo deve ser elaborado e estruturado de forma a considerar o caráter multicultural da sociedade e da formação docente, isso implica valorizar, incorporar e desafiar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Implica também, refletir acerca dos mecanismos discriminatórios ou silenciadores da pluralidade cultural,

que negam vozes a diferentes identidades culturais silenciando manifestações e conflitos culturais que buscam homogeneizá-los em conformidade com as perspectivas monoculturais.

Existe uma grande problemática excludente que acaba discriminando e tentando silenciar a pluralidade de culturas até mesmo dentro do ambiente escolar. Dentre outros motivos, essa é uma das principais questões pela qual é primordial que todo o corpo docente seja fielmente preparado e capacitado para utilizar de práticas que exponha de forma positiva, no sentido de não esconder ou deixar ser esquecida e valorize as diversas culturas do país, da comunidade onde o mesmo irá executar seu trabalho e das culturas trazidas e viven-

ciadas por seus discentes. O professor deve ser o mediador entre as diferenças existentes naquele ambiente e deve estar apto para fazer essa mediação de modo que todos tenham direitos iguais de expressão, vez e voz.

Como afirma Lima-Júnior e Hetekowski (2006, p.38):

A prática pedagógica é, pois, lugar no qual o professor pode influenciar e atuar como negociador de diferenças e como subversor, percebendo e compreendendo (elaborando) as singularidades que acontecem e se manifestam no movimento, na improvisação, na transição dos diferentes dilemas, nas trocas simbólicas entre os diferentes sujeitos [...].

Para que ocorra de fato o que está citado acima, é neces-

sário que o professor dispense suas opiniões pessoais e se ponha no lugar de ponte por onde passará todo o processo de aprendizagem e troca de conhecimentos nas relações professor-aluno e aluno-aluno. Canen (1997b, 479) aborda: “A educação e a formação de professores não podem mais ignorar esta realidade [multicultural]. Não se pode continuar em um modelo educacional que se omite face à diversidade sócio-cultural da sociedade e aos preconceitos e estereótipos a ela relacionados.”

Para o exercício pleno da cidadania os cidadãos carecem de uma base forte e bem conceituada da sociedade, esta pode ser adquirida na escola com a orientação dos profissionais da educação que exerçam seu papel de maneira também plena. Leite (2014, p.32) afirma: “Há urgência em preparar educadores aptos a

enfrentar os desafios colocados por uma sociedade em mudança. Ser educador nesta nova dimensão significa comprometimento com a construção de uma nova realidade”

Os desafios enfrentados atualmente são fruto das constantes mudanças ocorridas dentro da sociedade. Os educadores devem cada vez mais buscar maneiras de educar seus educandos por um caminho de igualdade e liberdade, de maneira que os alunos se vejam atuantes críticos de uma sociedade e construtores de um futuro. Leite (2014, p. 32) ainda diz que:

Hoje em dia, pode-se afirmar que a escola solicita um professor, um educador que de certa forma em seu fazer pedagógico expresse as grandezas humanas, tecnológica e política e que através desta, seja adequado à conside-

rar as decorrências sociais do trabalho pedagógico e das subordinações que nele intervém, que saiba selecionar criticamente as orientações de sua práxis.

Diante do que foi exposto acima, está claro que o professor lidera o grande carro chefe da caminhada na busca de uma sociedade mais igualitária e respeitosa. Logo, sua formação é de suma importância para que sua prática seja abordada de forma adequada e alcance o objetivo principal que é: formar cidadãos que saibam conviver com as diferenças e que entendam que a pluralidade de culturas nos enriquece enquanto povo. Quando o educador se dispõe a desenvolver sua práxis em prol da valorização do ensino e abordagem das diversas problemáticas existentes no contexto social, como a plu-



ralidade cultural, ele estará contribuindo para a transformação dessa sociedade, uma vez que ele sendo ponte conseguirá fazer com que seus discentes propaguem essa prática inclusiva e igualitária dentro da sociedade.

O trabalho pedagógico com a diversidade cultural entre os discentes e a sua contribuição para a aprendizagem escolar

O ambiente escolar está presente na vida do ser humano durante anos de sua existência, por esta razão são agregados vários ensinamentos ao homem, não apenas curriculares, mas também de cunho social e cultural. A escola propicia uma constante troca de experiências, saberes, vivências e culturas e em várias ocasiões durante toda essa troca ocorre o embate, o preconceito, a falta de aceitação por par-

te dos próprios discentes, esse é o momento de o corpo pedagógico intervir e mediar a situação. Mas será que essa intervenção ocorre de fato? Se sim, como ela afeta o comportamento dos discentes e suas relações?

Como a educação e a prática docente voltada para uma questão cultural pode influenciar no comportamento dos discentes de forma positiva para que haja mais respeito e igualdade nos corredores da escola?

De acordo com Silveira, Nader e Dias (2007, p. 36)

De um modo geral, a educação, tem por finalidade proporcionar condições de entrada e de aumento de cidadania mediante métodos educativos, de sistematização das noções socialmente acumuladas pela humanidade. Tais noções são formalizadas no âm-

bito da escola cuja função primordial é a construção de conhecimentos gerais que permitam aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade.

A educação e o ambiente escolar deve ser um preparatório para cidadania plena, onde os indivíduos possam sair aptos a conviver em igualdade, harmonia e respeitando a história e a cultura da sociedade em que estão inseridos.

Para Freire (2002, p.33), “ensinar exige respeito aos saberes do educando”. Esses saberes não são apenas didáticos, são principalmente, culturais e de suma importância para as relações sociais e para a aquisição de aprendizados empíricos que também ocorrem do lado de dentro

da escola.

Sem dúvida a aparente redescoberta da cultura como categoria chave na relação de ensino-aprendizagem manifesta-se como um dos caminhos contemporâneos possíveis de incluir na escola grupos sociais cujas culturas delas estiveram ausentes. Nesse caso, não se trata de simplesmente incluir e fazer parte, mas do significado tácito (implícito) e simbólico que essa manifestação de grupo tem em termos daquilo que a cultura representa para a aprendizagem do aluno na escola. (CORRÊA, 2008, p.137).

O uso da cultura trazida de casa pelos alunos possui um repertório riquíssimo, que pode ser utilizado pela escola. Para



tanto, a mesma deve estar atenta na construção dos processos de elaboração das propostas curriculares.

Ramalho (2015, p. 30) afirma:

As salas de aula precisam estar abertas e dispostas a quebrar os paradigmas de superioridade ou de inferioridade de algum grupo sobre o outro. Ensinando aos alunos a respeitar essas diferenças, mas não somente para o aluno ser tolerante com outra cultura, ele precisa entender que todos têm os mesmos direitos e que são iguais, cada grupo tem sua cultura, e isso não significa que a cultura de um grupo é melhor do que a de outro.

Dentro do contexto escolar não pode haver desigualda-

des nem desprezo pela cultura/costumes do outro, pois este deve ser um ambiente livre de paradigmas que fogem da ideia do que deve ser a educação, que é preciso ser libertadora e acolhedora, quando o aluno se insere em um ambiente onde se sinta acolhido e tenha a sensação de liberdade e ele passa a abrir sua mente para os conhecimentos vindouros e exercerá plenamente seu papel de cidadão do mundo.

Se a cultura escolar é, em geral, construída e marcada pela homogeneização e por um caráter monocultural, inviabilizamos as diferenças, tentemos a apagá-las, são todos alunos, são todos iguais. No entanto, a diferença é constitutiva da ação educativa. Está no “chão”, na base dos processos educativos, mas necessita ser identificada, re-

velada, valorizada. Trata-se de dilatar nossa capacidade de assumi-la e trabalhá-la (CANDAUI, 2008, p. 25).

Muitas vezes, o contexto escolar tende a ocultar, de certa forma, as diversas culturas que o compõem. Contudo, essas diferenças são a grande representação da sociedade dentro da escola e por isso devem ser abraçadas de forma que os próprios discentes possam identificar que eles fazem parte da vida social.

CONCLUSÃO

Partindo do ponto de vista complexo das questões discutidas, tratadas e, sobretudo, dos dados analisados no universo deste estudo, foi possível formular uma síntese conclusiva, apresentando um conjunto de con-

clusões na tentativa de mostrar a dimensão do olhar sobre a concepção da diversidade cultural na ótica das bases legais como norteadoras para formação docente e aplicabilidade da prática pedagógica. A diversidade cultural nos PCNs é vista como um tema transversal, quando bem aplicada mediante a prática pedagógica forma o educando integralmente de maneira que suas práticas sejam reproduzidas na sociedade positivamente. Desta feita, cabe a escola trabalhar pedagogicamente os estudantes para desenvolver atitude cidadã democrática e inclusiva, bem como respeitar as diferenças, valorizar a identidade e preservar a riqueza cultural. Assim como também aponta a BNCC que a diversidade cultural é uma abordagem que envolve a manifestações artísticas e culturais, que por sua vez visa a valorização e preservação da iden-

tidade.

Com isso, as bases legais têm sido de extrema importância para nortear a prática pedagógica docente para uma formação integral do estudante a ponto de preservar e valorizar sua cultura e a cultura do outro independente de etnia, cor, religião e classe social, garantindo uma sociedade incluyente.

Referências

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 3, n. 4, p. 54-61, 2011.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Parâmetros curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13/06/2020

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos. Brasileira de Educação, 2003.

CANEN, Ana. Formação de Professores e Diversidade Cultural. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Magistério: Construção Cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CARDOSO, Sônia Maria Vincente; MUZZETI, Luci Regina. As Dimensões da Diversidade Cultural Brasileira. Araraquara-SP, 2007.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura e diversidade. 20 ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
- Declaração universal dos direitos humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2017/dezembro/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-referencia-global-em-direitos-para-todos>> Acessado em: 13/06/2020.
- DIAS, Adelcyde Alves. Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- FREIRE, Paulo Regulos Neves. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GALLO, S. Diferenças, multiplicidade, transversalidade: para além da lógica identitária da diversidade. In: RODRIGUES, Alexandro et al (Org.). Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2014.
- GOMES, Manuel Messias. A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula? – 2019. Educação Pública, disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/a-diversidade-de-culturas-no-brasil-como-valoriza-las-na-pratica-educativa-da-sala-de-aula>> Acessado em: 20/09/2020.
- LEITE, Maria Aparecida. Diversidade cultural no contexto esco-

lar. Itaporanga-PB: Editora Universitária/UEPB, 2014.

LIMA JUNIOR, Arnaud, HE-TKOWSKI, Tânia Maria. Educação e Contemporaneidade: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MARQUES, L. P. Os discursos gerados nas relações com as diferenças: desafio para a formação em educação. In: DALBEN, A. et al. (Org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOREIRA, A F. & CANDAU, V. M. (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

PEDROSO, Inês Zanin. O pre-

conceito racial no ambiente escolar. os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Rebouças/Paraná. 2013.

RAMALHO, Lays da Silva. Diversidade cultural na escola. Diversidade e Educação, v.3, n.6, p. 29-36, 2015.

RODRIGUES, Dayse Berenguer. Preconceito racial: uma violência a democracia na escola. Disponível em http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/159.pdf. Acesso em 25/05/2013.

SCHUCHTER, Terezinha Maria; CARVALHO, Janete Magalhães. Problematizando os conceitos de diversidade e identidade: os documentos da secadi e as implicações para o currículo. Espaço do Currículo, v.9, n.3, p. 519-529,

2016.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli.
Curso de Pedagogia no Brasil:
história e identidade. São Paulo:
Autores Associados, 1999.

SILVA, M.J.A.; BRANDIM,
M.R.L. Multiculturalismo e edu-
cação: em defesa da diversidade
cultural. Revista Diversa, v. 1, n.
1, p. 51-66, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy;
NADER, Alexandre Antonio
Gilli; DIAS, Adelaide Alves.
Subsídios para a Elaboração das
Diretrizes Gerais da Educação
em Direitos Humanos – versão
preliminar. João Pessoa: Editora
Universitária/UFPB, 2007.

SOARES, Magda. Letramento e
escolarização. In: RIBEIRO era
Masagão (org.). Letramento no
Brasil. São Paulo: Global, 2003.

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING JURÍDICO

THE IMPORTANCE OF LEGAL MARKETING

Alexander Besouchet Martins¹

Resumo: O presente estudo científico, realizado através da metodologia exploratório-descriptiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo demonstrar a falta de regulamentação da OAB acerca da utilização das redes sociais como ferramenta de marketing versus o desconhecimento das ferramentas de divulgação das atividades advocatícias. De mesmo modo, possui como objetivo conceituar o marketing e o direito, pautado no Estatuto da OAB.

Tal abordagem permite também que seja verificada e analisada

a incidência de problemas gerados pelos posicionamentos das OABs Regionais. Como objetivos específicos estabelecidos, versou sobre o exemplificar de situações e aplicação dentro do contexto da evolução da profissão jurídica no Brasil. O trabalho fundamentou-se à luz de teóricos do marketing e da legislação vigente, potencializado a doutrina majoritária do ramo eleito para se atingir a compreensão pretendida acerca do assunto.

Palavras-chave: Marketing jurídico, Redes sociais, Estatuto da

¹ Graduando em Direito pela Estácio de Sá, pós graduando em Ciências Políticas e Direito Imobiliário e MBA em Advocacia Municipal Pública, ambos pela Unypós-Faculdade Unypública. Escritor, Publicitário, Produtor de conteúdo para o Portal Passei Direto, Corretor e Avaliador de Imóveis

OAB, Advogados.

Abstract: The present scientific study, carried out through the exploratory-descriptive methodology, through bibliographical and documentary research, aims to demonstrate the lack of regulation of the OAB regarding the use of social networks as a marketing tool versus the lack of knowledge of the dissemination tools of the activities lawyers. Likewise, it aims to conceptualize marketing and law, based on the OAB Statute. This approach also allows for the verification and analysis of the incidence of problems generated by the positions of the Regional OABs. As specific objectives established, it dealt with exemplifying situations and application within the context of the evolution of the legal profession in Brazil. The work was based on the light of marketing

theorists and current legislation, enhancing the majority doctrine of the chosen branch to achieve the intended understanding of the subject.

Keywords: Legal marketing, Social networks, OAB Statute, Lawyers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico, com tema relacionado ao marketing jurídico, bem como de sua relevância na atualidade, justifica-se por meio das dificuldades que os advogados encontram ao se depararem com normativas que os impedem de realizar divulgações e publicidade de seus serviços, a fim de obter resultados com atuação de marketing direcionada ao seu público alvo, de forma eficaz, sem ferir as normativas encontradas no Estatuto



da OAB.

A escolha do tema nasce da inquietação acerca do seguinte questionamento: como os operadores do direito podem fazer uso adequado e eficiente do marketing jurídico?

A resposta para essa e outras questões relacionadas ao tema pretendem ser alcançadas, mediante a explanação acerca do objetivo geral do estudo, que se dá em verificar conceito e aplicabilidade do marketing jurídico e sua relevância para os operadores do direito.

Como metodologia científica, foi definida, segundo infere Gil (2022, p. 48), a exploratório-descritiva de cunho bibliográfico, que se utiliza do método dedutivo, pelo qual se busca conhecer a verdade sobre determinado assunto em questão.

Para tanto, foram pesquisados livros e autores refe-

rências no âmbito do marketing como Philip Kotler e do marketing jurídico, como Bertozzi, além de apoio em doutrina, estatuto da OAB e do próprio ordenamento jurídico vigente.

Por fim, buscou-se inferir as devidas considerações finais sobre o tema, partindo-se da análise dos dados teóricos, legais e doutrinários sobre a temática abordada.

ABORDAGEM HISTÓRICO CONCEITUAL DO MARKE- TING

Para que se tenha um melhor entendimento do tema, afim de seguir na busca dos objetivos geral e específicos, pretende-se iniciar a pesquisa versando sobre o marketing, seu conceito e breve histórico, bem como a explanação de suas principais ferramentas.

Sequencialmente busca-se chegar ao marketing digital e suas ferramentas mais utilizadas na atualidade, bem como de possíveis aplicações e ações que através delas podem ser executadas visando melhoria de resultados para as empresas.

Ao dar início ao presente estudo, se faz necessário explicar os conceitos envolvidos na temática escolhida. Para tanto, inicia-se analisando o conceito de Marketing, que de acordo com Kotler, pode ser entendido da seguinte forma: “marketing é o processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros”. (KOTLER, 2011)

O conceito contemporâneo de marketing engloba a construção de um satisfatório relacionamento a longo prazo, no

qual indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e necessitam.

Observa-se que o marketing se originou para atender as necessidades de mercado, mas não está limitado aos bens de consumo. É também amplamente usado para ideias e programas sociais.

Técnicas de marketing são aplicadas em todos os sistemas políticos e em muitos aspectos da vida. (KOTLER, p. 32, 2011).

Sendo assim, pode-se observar que através do Marketing, são desenvolvidas ações voltadas a comunicação com cunho não apenas direcionado ao lucro e questões financeiras, mas também sociais, estruturais e também oriundas de instituições sem fins lucrativos.

Se faz necessária uma explicação sobre marketing a fim de aprofundar seus aspectos

específicos e sociais. Tudo leva a crer que se pode comunicar e inferir ideias, fazer propaganda de forma direta, mas não, este tipo de marketing tem muito mais a ver com sociedade e com ajuda do que uma simples propaganda.

A seguir serão abordados alguns conceitos de marketing que proporcionarão um melhor entendimento do que é marketing social.

Conforme Vaz (1995), a modalidade de ação no mercado tem como objetivo ajudar a sociedade, diminuindo e eliminando problemas e carências da sociedade.

Entretanto, com base em inferências de Fontes (2001), Kotler e Roberto (1992), bem como Wasek (1992), todos se referem ao conceito de marketing social como o conjunto de estratégias de utilização de concepções e ferramentas de gestão

de marketing aplicada a questões sociais, com o objetivo de mudar comportamentos, atitudes e práticas sociais, a partir da adoção destes por determinados segmentos.

Nesse sentido, cabe inferir sobre os conceitos de público alvo e persona, conforme podem ser abordados a seguir, conforme infere Philip Kotler, uma das maiores autoridades no assunto, quando contribuiu sobre o conceito de público alvo:

[...] possíveis compradores dos produtos da empresa, usuários atuais, pessoas que decidem ou influenciam; indivíduos, grupos, públicos específicos ou o público em geral. O público-alvo exerce uma influência fundamental nas decisões do comunicador sobre o que, como, quando, onde e para quem dizer.

(KOTLER, 2011)

Conforme afirmativa de ESPM (2020) pode ser diferenciado público alvo de “persona”, tendo em vista que ambos são muito importantes na comunicação digital direta. Já sobre o público-alvo, observa-se que o mesmo reúne informações mais generalistas sobre o seu cliente ideal, como no exemplo abaixo:

Homens;

Entre 30 e 45 anos; Residentes de São Paulo; Formação superior; Classe B;

Renda entre R\$ 4000 e R\$ 6000.

Todavia, entende-se que tal uso pode ser mais indicado nas fases iniciais de pesquisa de mercado, facilitando o entendimento do público consumidor.

Em contrapartida a persona utiliza, além das infor-

mações demográficas gerais, informações mais pessoais, relacionadas a objetivos, estilo de vida e personalidade, com o objetivo de tornar cada vez mais pessoal a relação entre empresa e cliente. (ESPM, 2020)

Observa-se deste modo, que, o uso do mesmo é mais indicado em todas as fases da jornada de compra, uma vez que possibilita uma maior empatia com o consumidor, facilitando a criação de campanhas.

Sendo assim, observa-se que tais mudanças muitas vezes iniciam de modo individual e tornam-se coletivas, uma vez que são gerados processos de mobilização e conscientização para tal.

Marketing social é uma nova proposta de administração voltada a um projeto social, a implantação, ao controle de programas com foco no fortalecimento de novas ideias e aceitação do próprio pro-



grama em um ou mais grupos de adotantes escolhidos como alvo.

A fim de atender a segmentos de aceitação do mercado, pesquisa de consumidores, desenvolvimentos e testes de conceitos e produtos, comunicação direta, facilitação, incentivando as teorias e trocas, para que a respostas dos adotantes escolhidos como alvo seja mais breve (KOTLER, 2000).

Logo, entende-se o direcionamento feito ao marketing social como uma forma de gestão estratégica para a promoção de mudanças sociais frente às causas de relevância pública, buscando efetivar os direitos do cidadão, a partir do exercício ético de condutas adequadas para consigo e com os outros.

Sendo assim, nota-se a grande importância de conhecer os aspectos e funcionalidades das mídias sociais, principalmente

visando a utilização de ferramentas presentes na evolução tecnológica atual, que tornam mais fáceis e versáteis as ações através de redes sociais, ferramentas de mensagens de texto, imagens e vídeos, assim como do poder viral que as mesmas possuem, trazendo grandes possibilidades e aberturas de novos mercados.

Com o passar do tempo as mídias convencionais passaram a ter concorrentes à altura, com a chegada da evolução tecnológica digital. Silva e Barichello as definem como “[...] a mídia tradicional [...] comporta os meios de disseminação de informações em massa de forma unidirecional, como por exemplo, a televisão, os jornais impressos e o rádio [...]”. (SILVA e BARIHELLO, 2006, p. 9)

Entende-se que, no salto de evolução, as mídias digitais passam a ocupar grandes parce-

las de acesso dos usuários, que antes eram apenas telespectadores, por exemplo, ou leitores de um único jornal, agora passam a ter inúmeros acessos e de forma até mesmo simultânea a informação, sendo ela de diversas fontes.

Na atualidade, muito mudou no que diz respeito a forma de se comunicar e ao comportamento dos consumidores e internautas, o que trouxe os usuários da internet para facilidade rapidez do acesso a informação, pesquisas de produtos, empresas, sites, marcas, reputação das empresas, métodos eficazes para manter os clientes já angariados e como pode ser alcançado um novo rol de clientes através das mídias e redes sociais.

Sendo assim, podem ser citadas algumas mídias sociais que produzem grande impacto e promovem a comunicação a manutenção do relacionamento do

consumidor com a empresa ou marca.

Como exemplo, podem ser citados Facebook, Instagram e Twiter, além dos aplicativos de mensagens como Messenger do Facebook e o próprio WhatsApp, que pela gratuidade do serviço ofertado e a qualidade do mesmo, tanto para envio de mensagens de texto, quanto as de áudio, possibilita chamadas nacionais e internacionais por áudio e vídeo, o que favorece e facilita a comunicação de forma mais rápida e eficiente.

O CONCEITO DE MARCA

Para tratar de marketing e seus princípios, utiliza-se um autor considerado referência, Philip Kotler, autor norte americano, em seu livro “Princípios de Marketing”, o mesmo cria as

diretrizes do branding¹ moderno, estruturando os preceitos fundamentais para a consolidação de uma marca.

Nesse sentido, vale ressaltar ainda, que segundo o conceituado Philip Kotler (2011), marcas são “nomes, termos, sinais, símbolos que, unidos, identificam produtos e serviços de uma empresa e os diferenciam de seus concorrentes”.

Em outras palavras entende-se que é a marca que representa e reverbera uma instituição. Marcas fortes não são meramente o resultado de boas criações de logos.

Para que uma marca seja forte e tenha um diferen-

¹ Branding ou brand management refere-se à gestão da marca de uma empresa, tais como seu nome, as imagens ou ideias a ela associadas, incluindo slogans, símbolos, logotipos e outros elementos de identidade visual que a representam ou aos seus produtos e serviços.

cial no mercado ela precisa ter um posicionamento. Desta forma, entende-se segundo afirma Kotler (2011), sobre isso, que:

Posicionamento de marca é a ação de projetar a oferta e a imagem da empresa para que ela ocupe um lugar diferenciado na mente do público-alvo. O objetivo é posicionar a marca na mente dos consumidores a fim de maximizar a vantagem potencial da empresa.

Sendo assim, entende-se que não basta ter uma marca bem desenhada, com slogan interessante, se não houver um posicionamento no mercado, principalmente sobre sua missão e razão de ser.

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO JURÍDICO E O DES-

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS

Acerca do tema que envolve o marketing e o direito, observa-se que o principal objeto de estudo do marketing jurídico é o nome dado à técnica para fortalecer a imagem de advogados e bancas no meio digital sem ferir o Código de Ética e Disciplina da OAB. O método é bastante utilizado para conquistar novos clientes e destacar os diferenciais competitivos frente à concorrência. (AURUM, 2021)

Entende-se desse modo, que é o advogado e toda a rede de pessoas que circula em volta da banca e não as sociedades de advogados. Quem faz o marketing jurídico são os operadores do direito ao seguirem um plano estratégico.

No mesmo sentido, verifica-se que uma banca é o so-

matório de pessoas, sejam sócios, advogados, estagiários, clientes, parceiros, administrativos, dentre outros.

Desta maneira, vale-se ressaltar a afirmativa de Semedo (2019), ao afirmar o que não é permitido pelo Código de Ética da OAB. Em outras palavras, pode-se criar textos e artigos informativos, desde que se respeite as referidas regras e não:

1. Induza o leitor a escolher o seu escritório em detrimento do outro;
2. Estimule a captação em massa de clientela, ou seja, faça Publicidade;
3. Responda dúvidas ou questionamentos jurídicos específicos, ou seja, você não pode prestar consultoria jurídica;
4. Debata uma causa sob patrocínio de um advogado;
5. Aborde algum tema que comprometa a dignida-



de do advogado ou da OAB;

6. Divulgue lista de clientes e demandas (mailing);

7. Insinue seus serviços em reportagens e outras declarações públicas.

Deste modo, entende-se que o objeto de estudo do marketing jurídico são as pessoas e os profissionais do direito. O restante é consequência das inovações sugeridas, das ideias de serviços e da capacidade de comunicar-se com o mercado.

- Uma nova geração de advogados e futuros advogados bem formados, ousados e com competências tecnológicas;

- Quedas das barreiras geográficas regionais e mundiais na advocacia, onde a concorrência pode estar ao seu lado. Boutiques especializadas em uma determinada área do

direito e segmentada ainda por área industrializadas ou mesmo rurais;

- Estamos numa época de escolhas pelos clientes, por notoriedade e reputação no meio jurídico. O cliente nunca teve tanto acesso a tantas opções de profissionais a sua disposição;

- A aplicação de estatística no Direito, juntamente ao conceito de Visual Law, pode ser uma poderosa ferramenta para os escritórios jurídicos, seja com a Jurimetria².

Devido à ampla concorrência, as dificuldades de um mercado resultam em uma necessidade de que os profissionais

² Jurimetria é a estatística aplicada ao Direito. Segundo a ABJ (Associação Brasileira de Jurimetria), jurimetria é a “disciplina resultante da aplicação de modelos estatísticos na compreensão dos processos e fatos jurídicos”. Sendo assim, a multidisciplinaridade passa, definitivamente, a fazer parte do mundo jurídico

tenham um diferencial. Ou seja, o mercado está em transformação constante, mas, agora em ritmo acelerado. E os profissionais têm que se manter atualizados, com leitura, informação e cursos complementares, além de utilizar de forma adequada a comunicação a seu favor. De acordo com Greenless (2021, p. 17) o ensino do direito tem sido uma navegação de cabotagem ao longo dos códigos. Não se inova em estilo, mas se preserva a estrutura legada pelo Romanos, sólida por sinal. Porém, de difícil apreensão por parte dos principais interessados: os que dependem da Justiça para a defesa dos seus direitos.

Desta forma, nota-se que a publicidade e o uso do marketing na esfera jurídica não são proibidos, mas sim regulamentada, tendo as suas restrições estabelecidas e norteadas para poder gerar informação de forma

inequívoca a profissão e ao mercado jurídico.

Sob a ótica do código de ética e disciplina da OAB e principalmente quando analisado a Resolução 02/2015, que em seu art. 28, estabelece:

O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para a finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação em conjunto com outra atividade. (publicado no Diário da Justiça, Seção I, do dia 01/03/1995, p. 4000/4004).

Diante disso, algumas ações podem ser planejadas:

- Desenvolver e manter um site informativo;
- Desenvolver, manter e abastecer um blog (com

artigos e publicações) com postagens de conteúdo meramente informativo;

- Ser ativo nas redes sociais, patrocinando e impulsionando posts (este é um caso que deve ser examinado de acordo com o Estado, porque tem algumas regionais que permitem e outras não);

- Desenvolver um site, com dados de contato, endereço, telefone, whatsapp, cidade, estado, e-mail;

- Realizar comunicação via e-mail marketing, com conteúdo informativo, desde que o usuário receptor, tenha dado autorização prévia do destinatário;

- Criar uma logomarca que tenha sobriedade de cores, com nome e sobre nomes dos sócios, sendo que alguns sufixos são permitidos como por exemplo: advogados, advocacia,

advogados associados, sociedade de advogados;

- Usar logomarca própria em materiais de papelaria, cartão de visita, papel timbrado, envelopes e pastas, etc;

- Fazer anúncio pessoal ou em veículos especializados;

- Promover eventos informativos;

- Anunciar na maior plataforma de informações do mundo que é o Google Adwords, de forma institucional e/ou informativa, sendo vedada a utilização do chamado call to action³

- Por último, pode-se ainda participar de programas de televisão, rádio, dar entrevistas, sempre com o objetivo de

3 Call to action que é um instrumento que faz a chamada para uma determinada ação

informar as pessoas, sem querer vender nenhum tipo de serviço, apenas tirar dúvidas ou esclarecimentos sobre direitos e obrigações.

No entanto, há ações que são vedadas:

- Usar linguagem tendenciosa que leve o consumidor ao erro;
- Promover abordagem comercial, que utilize o formato imperativo;
- Publicar e divulgar valores e forma de pagamento;
- Enviar mensagens com o intuito explícito de venda, de qualquer forma;
- Ofertar consulta grátis em troca de divulgação. Aqui temos exceção as consultas totalmente gratuitas desde que fique claro que não haverá cobranças e que seja respeitado essa

condição;

- Anunciar de forma periódica e sem caráter informativo;
- Usar imagens de tribunais;
- Promover eventos que não estejam diretamente relacionados ao direito.

Vale destacar, de acordo com Nalini (2019), que há outras proibições não listadas aqui. Fica claro que a intenção da Ordem dos Advogados do Brasil, regula e busca evitar o chamado “balcão de vendas” na captação vulgarizada dessa clientela e na própria mercantilização da profissão, possibilitando a publicidade, mas de maneira contida, com sobriedade discrição e informação.

Vedação de fotografias pessoais ou de terceiros nos cartões de visitas do advogado, bem

como menção a qualquer emprego, cargo ou função ocupados, atual ou pretérito, em qualquer órgão ou instituição, salvo se for o de professor universitário.

RESULTADOS DO MARKETING JURÍDICO

O mercado jurídico amadureceu, tornou-se mais que competitivo, é altamente qualitativo em sua imaculada seleção natural. O futuro pertence aos profissionais que souberem alinhar-se com a gestão do conhecimento, de pessoas, financeiro, processos ao marketing jurídico. Acabou o amadorismo na advocacia!

Afinal de contas, o marketing jurídico serve de elo conclusivo entre o mercado (demandas jurídicas possíveis) e os advogados, criando e oferecendo serviços de valor definitivamente

percebidos pelos clientes.

Os avanços tecnológicos no Direito, até então negados ao marketing jurídico e a uma competição por conhecimento (e não mais pelo preço) foram os responsáveis diretos pelo crescimento do mercado jurídico no Brasil. O cenário é favorável ao investimento das bancas em sistemas éticos de marketing jurídico para alavancar negócios.

Ao investir em marketing jurídico, o profissional deve ter como foco o retorno objetivo em resultados financeiros mensuráveis, assim como também o subjetivo, que é o desenvolvimento de uma marca com maior percepção da mente do cliente.

ESTATUTO DA OAB

Atualmente, o advogado deve utilizar os modernos conceitos de marketing jurídico.

Sempre pautado na ética, sem dúvida é uma poderosa ideia diferenciadora.

O Estatuto proíbe expressamente a divulgação da advocacia juntamente com outra atividade profissional, qualquer que seja ela, vedação expressa no art.3, Inc. IV, do Provimento n.75/92, do Conselho Federal. Tal artigo está diretamente ligado à ética e à disciplina da profissão, visando resguardar a dignidade da advocacia e impedindo que a mesma possa ser, de alguma forma, vulgarizada.

Como pôde ser destacado, o provimento datado 75 (1992), onde nem se quer existiam as redes sociais e muito menos os aplicativos de mensagens, denota que o Conselho não acompanhou a evolução da comunicação e deste feita, não atende a classe social em epígrafe.

Ou seja, conforme está

descrito na íntegra no Artigo 1º: “É permitido o marketing jurídico, desde que exercido de forma compatível com os preceitos éticos e respeitadas as limitações impostas pelo Estatuto da Advocacia, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina e por este Provimento.

Nesse sentido, observa-se necessária regulamentação, portanto evolução constante, uma vez que os Conselhos não se modernizam e não alcançam os advogados em todo território nacional.

O ADVOGADO 4.0

Essa terminologia nada mais do que uma nova nomenclatura para determinar a evolução de uma categoria.

Mostra-se impressionante a multiplicidade de papéis que os advogados têm assumido

na condução dos escritórios de advocacia, assumindo papéis de acionista, pois é o dono da banca, sendo necessário ter visão de negócio, capacidade empreendedora, afinidade com o risco, senso ético-empresarial, consistência de propósitos, tino estratégico e o mais importante, deverá ser um profissional de vendas, pois cada vez mais será responsável pela venda de serviços, com sensibilidade de atender o cliente e suas dores. (FOUNDER, 2021) Desta forma, baseado nas afirmativas do autor, entende-se que com forte controle de custos, relacionamentos e alianças estratégicas, o advogado deve ser negociador, com solidez técnica jurídica, ser inovador e finalmente, ser gestor, pois não raro se envolve na administração geral do escritório, precisando entender de gente, finanças, comunicação, informática e atividades de apoio, orquestração

de recursos, dentre outras.

Para isso, observa-se que se faz necessário também uma boa gestão de pessoas neste desafio, uma vez que promover o desenvolvimento pessoal e organizacional permitirá aos profissionais e escritórios adquirirem novas competências, para que exerçam papéis inovadores, e minimizem riscos que o acúmulo de diferentes funções significa.

OS PROBLEMAS DOS POSICIONAMENTOS DAS OAB REGIONAIS

Acerca da utilização do Tik Tok por operadores do direito, observa-se uma ressalva, que infere não ser indicado para ser utilizados pelos advogados. O documento veda, por exemplo, publicações em redes sociais com andamentos processuais ou decisões e a distribuição de máscaras

ras com o logotipo do escritório como forma de brinde.

A Comissão Orientadora de Publicidade do TED da OAB/MG elaborou resolução com recomendações de ética e disciplina na publicidade de advogados.

De acordo com afirmativa de Machado (2021), o documento recomenda, por exemplo, a não divulgação de fotografias com exposição de clientes, veda publicações em redes sociais com andamentos processuais ou decisões e permitem a promoção de 'lives', mentorias, seminários etc. - desde que tenham como objetivo a informação.

Sendo assim, observa-se que a comissão ressalta, ainda, que o aplicativo "TikTok" não é ferramenta adequadas para a publicidade profissional e veda a distribuição de máscaras com o logotipo do escritório como brin-

des.

Justo dizer que o advogado regularmente inscrito em qualquer outro estado da federação poderá anunciar no país inteiro, menos os advogados regularmente inscritos na OAB de Minas Gerais.

Ao observar tais normas e regulamentações, observa-se que em particular a OAB Minas Gerais, foi mais severa ao restringir a utilização de determinadas ferramentas de marketing digital.

O USO DAS FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Os softwares jurídicos, de gestão ou mesmo de controle, tiveram na última década avanços excepcionais no que tange a sua abrangência. Hoje pode-se contratar por estado, por busca,



por oab/regional, por “push”, enfim, uma quantidade de variáveis que o operador do direito tem o dever de conhecer. (LUZ, 2008)

Desta forma, entende-se que as ferramentas não substituem a ação humana, mais como mencionei outrora, já se pode “prever” através de simuladores baseados em resoluções de uma corte, qual a probabilidade de um determinado processo ser ou não vitorioso.

CONCEITO E APLICABILIDADE DA JURIMETRIA

Pode-se conceituar a jurimetria, como sendo a estatística aplicada ao direito, em uma análise simples e direta. Tem sido utilizada em conjunto com softwares jurídicos num modelo de tentar prever resultados e oferecer probabilidades e valores envolvidos nestas análises. Todas

as atividades humanas sofrem impactos, grandes ou pequenos, com as mudanças tecnológicas. (RAMOS, 2017)

Nesse sentido, os profissionais do direito que a poucas décadas trabalhavam com planilhas, datilógrafos e documentos em papel, hoje em dia fazem seu ofício com softwares jurídicos, processos digitais e arquivos salvos em nuvem.

Ainda de acordo com Bertozzi (2017), a jurimetria, por exemplo, é um ramo da análise jurídica que tende a crescer com os avanços da tecnologia e se tornar cada vez mais importantes no cotidiano de departamentos jurídicos e de advogados.

Transformando os dados em informações do universo jurídico em tempos de proliferação de dados e comunicação massificada, quem não souber transformar dados e informações

úteis e apresentá-los de uma nova forma, mais atraente e eficiente, pode ficar para trás.

Os programas evoluíram com o uso da Inteligência Artificial integrada, usando ferramentas de pesquisa Jurisprudencial.

CONCEITO DE VISUAL LAW

De acordo com Martins (2021), Visual Law é uma subárea do Legal Design que visa tornar o Direito mais compreensível e claro para o indivíduo leigo, através de elementos visuais, tais como vídeos, fluxogramas, infográficos, gamificação, bullet points, storyboards, dentre outros recursos.

Desta forma, os operadores do direito podem fazer uso de tais ferramentas para aperfeiçoar suas operações e contato

com clientes.

REGULAMENTAÇÃO NO ÂMBITO FEDERAL

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou em julho de 2021 o novo provimento 205 (2021), cujo conjunto de regras acerca da publicidade na advocacia altera o provimento anterior 94 (2000) e permite assim uma maior amplitude no uso de técnicas por escritórios e advogados, porém, essas mudanças trazem consigo a necessidade da qualificação dos profissionais do direito, que cada vez mais serão agentes dessa transformação nos negócios e se tornarem multidisciplinares para conseguir realizar uma leitura desse novo mercado.

Necessário dizer que a internet no Brasil tem mais de 150 milhões de usuários, que



juntos representam cerca de 80% da população, segundo pesquisa TIC Domicílios (2020). A comunicação digital, foi “apenas” acelerada pela Pandemia, declarada em 16 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, fato que alterou de forma significativa a advocacia.

Esse mesmo avanço foi responsável por mudar a forma como os escritórios foram obrigados a ressignificar o formalismo e tradicionalismo que o mercado jurídico carrega em nosso país.

Apenas, diante da aprovação dos 13 artigos pela OAB (2021) e a permissão do termo “Marketing jurídico”, as principais mudanças da nova regulamentação são a partir de agora:

- 1) Criação de campanhas no Google ads;
- 2) Veiculação de conteúdos nas redes sociais;

3) Utilização de site institucional;

4) Veiculações de blogs institucional;

5) Utilização de e-mail marketing, claro com autorização de recebimento;

6) Estratégias de SEO;

7) Impulsionamento de conteúdo;

8) Participação em “lives”;

9) Participação em eventos “on line”;

10) Uso de ferramentas como “chatbot”;

11) Utilização de “wathsapp” por escritórios;

O mais importante foi estabelecer um comitê regulador do uso do Marketing Jurídico, órgão de caráter consultivo que poderá indicar ao Conselho Fe-

deral a alteração (2020), exclusão ou inclusão de novos critérios ao provimento e a Coordenação Nacional de Fiscalização, que irá acompanhar denúncias de violações às regras de publicidade e das disposições do provimento.

Tendo ainda algumas proibições quanto a ostentações e bens dos sócios, que possam influenciar seus clientes a contratar seus Patronos.

Art. 6º Fica vedada, na publicidade ativa, qualquer informação relativa às dimensões, qualidades ou estrutura física do escritório, assim como a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para oferta de atuação profissional. Parágrafo único. Fica vedada em qualquer publicidade a ostentação de bens relativos ao exercício ou não da profissão, como uso de veícu-

los, viagens, hospedagens e bens de consumo, bem como a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para oferta de atuação profissional.

De certa feita, no mercado jurídico, a prática da publicidade na advocacia ainda não era bem vista e suas ações mais focadas nesses objetivos traziam questionamentos e receio constante perante as comissões do Conselho de Ética da OAB, seja no âmbito Regional ou Federal.

DEMONSTRAR QUE O ENSINO JURÍDICO PRECISA SER ATUALIZADO

Reportando-se a obra de Letourneau, Evolução jurídica das diversas raças humanas,



Rossi (2017), ensina que entre os malaios de Sumatra “nos debates judiciários as partes pleiteiam suas causas, por si mesmas”; mas lhes era permitido, vezes, exigia uma gratificação, o autor da citada obra reconhece aí “forma mais primitiva da profissão de advogado”.

Sendo assim, nota-se que a profissão em nosso país era exercida sem regulamentação, antes da criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, por bacharéis formados em Coimbra ou em Paris. A necessidade da criação dos cursos jurídicos passou a ser sentida e propagada logo após a Independência.

Conforme afirma Hironaka (2018), a abertura indiscriminada de Faculdades, sob o falacioso argumento da “disseminação de cultura”, e a priorização do lucro em detrimento da

qualidade de ensino ministrado constituíram fatores decisivos para as transformações ocorridas no seio da advocacia, com reflexos nitidamente detectados junto a sociedade.

Em outras palavras, o aviltamento qualitativo gera o aviltamento na fixação de honorários, fazendo com que o hipossuficiente procure os profissionais que cobram menos, mais que também oferecem um serviço desprimoroso e adotam um comportamento ético reprovável, fazendo com que a advocacia venha passar por uma crise de credibilidade, um crescente desprestígio e desvalorização.

Observa-se desse modo que, em se tratando do ensino jurídico, o mesmo encontra-se preso às tradições coimbrãs, com aulas discursivas, excessivo dogmatismo, nenhuma correlação do currículo com a realidade social

e com os novos ramos do direito, inexistência de formação prática para o exercício profissional, ausência completa de debates a respeito do direito positivo, que possibilitariam uma valiosa contribuição, das funções e objetivos das várias carreiras jurídicas. (LUZ, 2008)

Ferramentas e disciplinas voltadas para a gestão da carreira, de um escritório, das redes sociais, jurimetria, “visual law” e legal design, são disciplinas que deveriam constar em qualquer currículo do curso do direito, fazendo com que os bacharéis ao se formar, tenham o mínimo de conhecimento das ferramentas que vão gerar credibilidade e engajamento, autoridade e notoriedade.

CONCLUSÃO

Após vislumbrar todos os dados teóricos e doutrinários

apresentados, observa-se que o tema envolvendo o marketing em uma abordagem jurídica é muito relevante para a sociedade atual, principalmente para que o meio acadêmico seja estimulado a realizar mais pesquisas e estudos sobre o tema.

Como problema observado, mostra-se profissionais que muitas vezes ainda encontram dificuldades, onde uma maioria com a cultura geral sendo deficiente, cujo apego a leitura e a literatura é parco, com força de expressão – na linguagem verbal ou escrita, relativamente é insatisfatória.

Isso quando somado a uma normativa, que pode ser observada rigorosa em muitos aspectos relacionados ao marketing jurídico, torna ainda mais difícil o processo de angariar clientes pelos operadores do direito.

Observou-se importan-

te, assim, o apontar ao que se imagina de melhor e que deva ser feito para reverter esse quadro, também em definitivo. Além de apontar, com a melhor das intenções e sob a mais clara das ênfases, qual poderia ser o caminho para o sucesso do ensino jurídico no Brasil – o sucesso que pressupõe, unicamente, o sentido acadêmico. O sucesso acadêmico.

O equivalente corporativo do sofrimento é a crise. Tem-se que fazer a reinvenção da advocacia, levando uma das profissões mais antigas à modernidade, ao século XXI.

Em suma, conclui-se que o marketing jurídico é de veras necessário e relevante para que o advogado tenha mais facilidade em seu acesso, observando-se que cada profissional tem sua área, o marketing não é o direito, mas deve e pode ser utilizado para contato e manutenção

dos clientes.

BIBLIOGRAFIA

BERTOZZI, Rodrigo. Marketing Jurídico: Os Neurojurídicos, as Novas Ideias e Ferramentas Estratégicas. LOCAL: Ed. Juruá, 2008.

ESPM. Público a l v o : aprenda como construir. 2020. Disponível em: <https://empresajrespm.com.br/publico-alvo-aprenda-como-construir-um-ideal-para-sua-estrategia/>. Acesso em: 12/09/2021.

FONTES, M. Marketing Social Revisitado: Novos Paradigmas do Mercado Social. Florianópolis: Futura, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRONAKA, Gisela Maria Fernandes Novaes. O Ensino Jurídico e a Produção de Teses e Dissertações. LOCAL: Ed. Blucher, 2018.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: A Edição do Novo Milênio. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 2011.

LUZ, Valdemar P. Manual do Advogado. LOCAL: Ed. Conceito Editorial, 2008.

MACHADO, Ulisses Silva. Tik Tok não é ferramenta adequada para advogados. 2021. Disponível em: <https://www.direitopenalbrasileiro.com.br/tik-tok-nao-e-ferramenta-adequada-para-advogados-diz-ted-da-oab-mg/>. Acesso em: 21/10/2021.

direitopenalbrasileiro.com.br/tik-tok-nao-e-ferramenta-adequada-para-advogados-diz-ted-da-oab-mg/. Acesso em: 21/10/2021.

NALINI, José Renato. Formação Jurídica. LOCAL: Ed. Revista dos Tribunais, 2019.

PRINGLE, Hamish; THOMPSON, Marjorie. Marketing Social: Marketing para causas sociais e a construção das marcas. São Paulo: Makron Books, 2000.

RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da Advocacia Comentários e Jurisprudência Seleccionada. LOCAL: Ed. OAB/SC, 2017.

SALEM, Lara; BERTOZZI, Rodrigo. Gestão, Marketing & Outras Lendas. LOCAL: Ed. Consulex, 2009.



SILVA, J.Q. e BARICHELLO,
E.M.R. A representação das or-
ganizações no espaço midiati-
zado. In: CONGRESSO BRA-
SILEIRO DE CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO, 29, 2006.
Brasília, DF. Anais. Brasília,
UNB.

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA ENQUANTO PRÁTICA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA NO BRASIL

DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT AS AN ADMINISTRATIVE-PEDAGOGICAL PRACTICE IN BRAZIL

Patrícia Pereira Paulino¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender os fatores que geram uma gestão escolar democrática nas escolas públicas de ensino fundamental enquanto prática administrativo-pedagógica nos espaços educativos do Brasil. A gestão nas escolas públicas brasileiras é um fenômeno que traz as suas características peculiares, e envolve múltiplos atores das comunidades escolares. Leva-se em conta, no processo a capacidade de gerir práticas cotidianas, resolver conflitos, realizar negociações, trabalhar incertezas e interesses diversos que estão a todo tempo no cotidiano escolar. Diante disso, é fundamental pensar a gestão escolar sob a ótica não de algo estático ou dado a priori, mas como processo constante, dinâmico e principalmente democrático, no qual a gestão é entendida partindo das múltiplas interações que se estabelecem entre os atores sociais nos ambientes escolares e as ocorrências por elas vivenciadas no cotidiano organizacio-

¹ Especialista em Gestão Escolar

nal. As observações sistemáticas foram realizadas partindo da observação na Escola Municipal Carlos Góis, situada em local de alta vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os problemas levantados pelo presente artigo apontam para uma gestão escolar que se encontra em constante processo, dinâmico, transitório e produto de constantes conflitos e diálogos, interações e vivências dos diversos sujeitos no cotidiano escolar a fim de proporcionar um ensino público de qualidade na escola.

Palavras-chave: Gestão Escolar – Escolas Públicas – Comunidade Escolar – Ambiente Escolar

Abstract: This article aims to understand the factors that generate democratic school management in public elementary schools as

an administrative-pedagogical practice in educational spaces in Brazil. Management in Brazilian public schools is a phenomenon that brings its peculiar characteristics, and involves multiple actors from school communities. The process takes into account the ability to manage daily practices, resolve conflicts, carry out negotiations, work with uncertainties and diverse interests that are present at all times in everyday school life. Therefore, it is essential to think of school management from the perspective not of something static or given a priori, but as a constant, dynamic and mainly democratic process, in which management is understood from the multiple interactions that are established between social actors in the environments schools and the occurrences experienced by them in the organizational daily life.

Systematic observations were carried out based on observation at the Carlos Góis Municipal School, located in a place of high social vulnerability in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The problems raised by this article point to a school management that is in constant process, dynamic, transitory and a product of constant conflicts and dialogues, interactions and experiences of different subjects in daily school life in order to provide quality public education at school.

Keywords: School Management – Public Schools – School Community – School Environment

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir a questão da Gestão Escolar nos ambien-

tes escolares públicos do Brasil, mais especificadamente partindo da observação da gestão escolar de uma escola pública situada em local de alta vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais: A Escola Municipal Carlos Góis, localizada no entorno da Pedreira Prado Lopes.

Para isto, serão pormenorizadas análises de contexto administrativo, político, social e pedagógico que se estabelecem entre os diversos atores existentes nessa comunidade escolar. São múltiplos os olhares e interesses que perpassam essa prática e que são levados em conta nestes espaços públicos de educação.

O presente artigo apresenta e propõe estes dados bastante essenciais para uma elucidação do objeto em questão: a gestão escolar democrática em uma escola pública brasileira situada em local de alta vulnerabi-



lidade social. É possível afirmar que na busca de uma Educação de Qualidade para todos numa perspectiva totalmente inclusiva, o direito à Educação foi seriamente negligenciado ao longo de anos na História da Educação Brasileira.

Apesar das Políticas Públicas tratarem a Educação como um direito de todos, e por isso social e político, muitos são os desafios e percursos que a gestão escolar democrática precisa enfrentar para que efetivamente as pessoas que realmente necessitam de uma escola pública no Brasil sejam plenamente atendidas assim como impõe a Constituição.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei n. 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, fica definido que a gestão nas escolas públicas de

ensino básico passaria a ser pautada por princípios democráticos, ou seja, envolvendo os múltiplos atores da comunidade escolar: diretor, docentes, funcionários, pais, estudantes e também líderes comunitários locais.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205 pontua que a Educação é um direito de todos, assim como propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 1º. (BRASIL, 1988; 1996). Para que seja efetivada a gestão democrática num contexto de alta vulnerabilidade social como o levantado neste presente artigo, precisa-se levar em conta múltiplos mecanismos de participação destes atores; dentre eles os conselhos escolares e as eleições diretas para diretor.

A conquista por uma gestão escolar participativa e democrática mostra-se imprescindível.

dível na busca da eliminação das desigualdades sociais observadas e reproduzidas nas relações educacionais. A gestão democrática possibilita a criação de aprendizados capazes de tornar estes sujeitos cidadãos críticos detentores de direitos sociais e políticos e cientes dos mesmos.

(LÜCK, 2011) defende que a gestão democrática ressignifica as várias falas existentes nos diversos ambientes educativos dentro da escola, ela também impulsiona práticas positivas, incentiva resistências, soluciona conflitos, incertezas e interesses diversos consolidando a gestão nestes espaços educativos um importante fenômeno político para as escolas.

Assim como o currículo a ser apresentado aos professores é um importante documento político dentro da escola, também é a gestão escolar democrática neste

espaço educativo de formação. A Educação em nosso país é fortemente associada a uma necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades para as pessoas com um tratamento diferenciado e de qualidade para aqueles que dela necessitam, partindo de uma bagagem sólida e participativa de seus atores, o que é fortemente observado na Escola Municipal Carlos Góis.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é discutir as implicações e a historicidade da Gestão Escolar Democrática enquanto um espaço político de mediação dentro das Escolas Públicas Brasileiras. Partindo de análises de contextos administrativos, políticos, pedagógicos e também sociais que são estabelecidas entre os diversos atores existentes na comunidade escolar. Os objetivos específicos são:

- Apresentar a



questão da Gestão Escolar Democrática no Brasil nos espaços públicos de educação, pontuando especificidades e avanços deste atendimento aos diversos atores do ambiente escolar.

- Defender uma Educação para todos de forma que os desiguais sejam especialmente tratados respeitando suas singularidades.

- Abordar as Políticas Públicas que surgiram na tentativa de transpor os desafios encontrados para uma Educação pública efetiva nos espaços educativos brasileiros.

- Problematizar e fortalecer os novos discursos democráticos de gestão escolar para gerir os espaços públicos de Educação partindo de uma experiência de gestão escolar na Escola Municipal Carlos Góis: uma escola pública que atua no combate de estereótipos que segregam os

indivíduos na sociedade ao longo dos anos.

Desenvolvimento

A questão mundial pela Educação é uma ação política, cultural, social e sobretudo pedagógica, que vai em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação que o impeça de valer seus direitos naquele espaço.

A gestão escolar nestes espaços públicos educativos se configura então como um importante paradigma educacional baseado na concepção dos direitos destes alunos enquanto cidadãos e sujeitos ativos dentro da sociedade. A igualdade e a diferença são valores indissociáveis, e que avançam em relação à ideia de equidade ao trazer a tona a histo-

ricidade da exclusão dentro e fora da escola.

Os desafios perceptíveis para o sistema de ensino brasileiro deixam evidentes a necessidade da gestão escolar democrática na contribuição de um cenário eficaz no confronto de diversas práticas discriminatórias e negativas que perpetuam discursos e metodologias pedagógicas ultrapassadas.

A gestão escolar democrática assume um papel central no debate acerca da sociedade contemporânea e da Educação sendo ela extremamente necessária no cotidiano e na solução dos problemas que surgem no dia a dia da escola.

A partir de uma efetiva construção de sistemas educacionais participativos e democráticos, a organização das escolas passa a ser repensada mudando estrutural e culturalmente os

espaços educativos em todas as suas instâncias para que todos os alunos possam ter suas especificidades trabalhadas e atendidas de forma legal e da melhor forma possível.

Metodologia

Tendo-se em vista que a direção, geralmente, é eleita e tem diante de si um dilema de atender aos interesses e necessidades diversas da comunidade escolar, ela se vale a todo momento da gestão para desempenhar seu papel (PARO, 2010)

O trabalho da direção escolar sobretudo é extremamente significativo neste cenário pois é nele que serão construídas e consolidadas relações com a comunidade escolar e possibilidades de realização de uma educação diferencial nas escolas públicas.

A historiografia acerca da gestão escolar traz um discurso que aborda a natureza prescritiva e racional da gestão: LUCK, 2011 e SOUZA, 2012 nas décadas de 1930 e 1980, respectivamente, debatem sobre a administração escolar e a consideram como um conjunto de elementos técnicos, sendo seus recursos utilizados pela direção escolar com o propósito de alcançar objetivos e fins da escola através da melhor maneira técnica.

Ou seja, é levantada a questão da eficácia nestes espaços o que denota uma preocupação com o como fazer, ou o fazer da melhor maneira possível para que todas as metas educacionais sejam atingidas.

Há posteriormente uma transição para a ideia de uma gestão escolar que seja capaz de identificar a dinâmica dos processos sociais que estão presen-

tes no processo educacional do ambiente escolar público a que estão inseridos (LÜCK, 2011).

Ou seja, quais relações são estabelecidas ali e o que pode ser perpetuado enquanto prática positiva, enquanto resultado positivo e o que deve ser combatido no entremeio destas relações que são sobretudo ricas em seu contexto.

Esse novo discurso claramente mais democrático e crítico, passa a reconhecer a natureza política da gestão nas escolas públicas, trazendo como aliado o debate constante do currículo e seus significativos processos de democratização.

Os educadores, nos diversos ambientes educativos, precisam ter domínio de suas práticas pedagógicas para que, neste contexto, possam efetivamente contribuir no processo de ensino-aprendizagem de forma

a conhecer, respeitar e trabalhar ativamente as peculiaridades de sua turma durante o processo educativo respeitando os mundos que são apresentados ali. Juntos no sentido de fomentar soluções e diálogos que levem novas estratégias de trabalho para o desenvolvimento educacional dos indivíduos envolvidos.

Referencial teórico

A exclusão social perceptível na sociedade brasileira ao longo dos anos era legitimada pelo Estado e reproduzidas culturalmente dentro dos espaços educativos. A partir do processo de democratização da educação que se torna perceptível uma tentativa de universalização do ensino em face de uma sociedade marcada por tais desigualdades sociais gritantes.

Historicamente pode-se

afirmar que prevalece na historiografia uma concepção de gestão escolar técnica, científica, racional, ordenada e estática. Traduzindo um cenário em que o direito à educação nem sempre foi para todos, muito pelo contrário, a escolarização na sociedade brasileira se consolidou por muito tempo como um privilégio de apenas um grupo social mais abastado.

A partir de uma concepção educativa pública que preza pelo desenvolvimento de cidadãos socialmente ativos na sociedade e que defenda o reconhecimento das diferenças e a participação plena dos sujeitos na sociedade brasileira, percebe-se uma gestão escolar que atua numa reversão dessas desigualdades.

Dentro dos espaços educativos brasileiros, porém, o que se percebe ainda são discursos

endurecidos que diferenciam socialmente os alunos de acordo com suas características intelectuais, físicas, culturais e sociais. (LÜCK, 2011) e que se afastam da Pedagogia Libertadora de Freire.

As ideias mais recentes no campo da gestão escolar caminham especialmente em direção a um olhar para o cotidiano escolar e centram na importância de considerar a coexistência de aspectos pedagógicos e administrativos como inerentes ao processo de gestão.

O presente artigo busca problematizar a temática da gestão escolar para além do seu aspecto científico, técnico e racional. Ou seja, como um processo dinâmico, coletivo e inacabado, em constante construção e resignificação.

A natureza do processo de gestão não deve ser entendido

como um processo determinado, delimitado e estático, porém fluido, fragmentado, coletivo, inacabado e fruto de diálogos e de interpretação subjetiva das diversas relações sociais estabelecidas na escola. (WATSON, 2001)

A prática da liderança dentro da gestão escolar democrática em face aos aspectos de ensino e aprendizagem nas escolas é possível para um melhor entendimento da gestão escolar como um processo que está em constante (re)construção por seus atores.

Ao lançar um olhar para além da ação isolada do diretor, especificadamente, vários autores trabalham no reconhecimento da significativa relevância da gestão democrática nas escolas públicas como um meio capaz de garantir a qualidade na educação básica. (PARO, 2010)

Pesquisas mostram tam-

bém que a interação, mesmo que conflituosa, com a comunidade escolar traz importantes impactos práticos na manutenção da qualidade e na criação de oportunidades de ensino a esses estudantes.

A gestão escolar de forma democrática é conquistada após o processo de redemocratização do Brasil, sendo ponto essencial na discussão desse fenômeno social, no sentido de ser um mecanismo de regulamentação no qual a comunidade escolar pode participar, controlar e fiscalizar a Educação e as escolas públicas. (SOUZA, 2014)

Através da LDB foram criados diversos mecanismos de gestão escolar como a eleição para o cargo de diretor escolar, os conselhos municipais, os conselhos de escola e os grêmios estudantis, que proporcionaram uma maior possibilidade de melhora

no contexto de aprendizagem dos alunos, bem como de participação da comunidade escolar na gestão escolar.

As escolas públicas e a concepção de gestão escolar passaram a ser permeadas por uma série de problemas como disputas de poder, diversidades de opiniões e interesses e práticas diversas construídas coletivamente. (LÜCK, 2011; SOUZA, 2012)

A partir daí o diretor passa a ser visto não como o responsável único da gestão já que a peculiaridade dessa nova concepção de gestão escolar pública é a da participação de toda a comunidade escolar, deslocando a visão limitante do diretor enquanto aquele que possui as habilidades, comportamentos e atributos específicos para exercer o cargo para uma ideia da gestão escolar enquanto algo democraticamente distribuído.

A gestão escolar deve ser entendida como produto das intensas interações entre a direção, a comunidade escolar e os problemas e contextos que os envolvem. Por isso, os estudos recentes e relevantes acerca da gestão escolar no Brasil têm priorizado uma problematização e valorização do cotidiano das escolas com o objetivo de trazer à tona as complexidades das escolas públicas.

Mesmo apontando para uma natureza mais coletiva da gestão e a importância da participação de todos os atores do ensino público brasileiro, ainda muito se discute o papel gerencial que a direção escolar exerce.

Ou seja, o foco recai no papel que o diretor possui diante da coordenação e no domínio de conhecimentos gerenciais, administrativos e pedagógicos e na articulação e mobilização que

ele que deve estabelecer com os demais atores da comunidade escolar.

No entanto, é preciso focar no cotidiano escolar para revelar as constantes reinvenções de práticas vivenciadas pelos sujeitos da comunidade escolar em seus cotidianos. Portanto, considerar o diretor de escola como mais um dentro da gestão escolar é essencial pois busca compreender como a prática da gestão escolar em um ambiente público de educação é realizada à medida que as interações sociais se estabelecem em meio às diferentes situações e acontecimentos, tanto dentro da comunidade quanto no órgão central de educação.

Ao mesmo tempo em que a direção é subordinada ao poder público municipal e, com isso, precisa cumprir com as condutas administrativas, leis e regras exigidas pelo órgão cen-

tral de educação, também devem atender às expectativas e desejos da comunidade que a elegeu. (PARO, 2010)

Os desafios dos gestores giram em torno de como veem, escutam, percebem, selecionam e valorizam situações e experiências que ocorrem ao seu redor. A gestão escolar nas escolas públicas é, contudo, permeada por significativas práticas, desenhadas por constantes tensões, sendo um processo contínuo, rico e complexo.

Compreender o gestor partindo desta ótica pode contribuir para análise de traços importantes das práticas de gestão escolar em escolas públicas, considerando-as como processos de inter-relações sociais da comunidade escolar.

Nesse sentido, o presente artigo parte da problematização do cotidiano da Escola Muni-

cipal Carlos Góis para focar nos fatores de como se evidenciam a gestão escolar em uma escola pública, ancorada em um processo democrático que permeia a gestão nas escolas públicas brasileiras, discutindo-a enquanto um fenômeno dinâmico, fluido e inacabado.

CONCLUSÃO

Com a Constituição Federal de 1988 fica estabelecido o conceito de igualdade. Uma vez que somos todos iguais não é permissível tratar o outro, por sua singularidade como inferior.

Ou seja, o conceito de igualdade é compreendido sob a ótica da equidade, pois, acreditamos que ser diferente não significa ser inferior ou portador de privilégios inadmissíveis, como já defendem algumas vozes na sociedade. Na medida em que a

Educação torna-se direitos de todos é preciso aliar recursos para a efetivação de tal concepção.

A gestão escolar democrática nas escolas públicas hoje vem com o intuito de garantir os direitos à escolarização à sociedade brasileira de modo massivo. É nítido que é preciso muito mais do que a fala de uma Educação para Todos.

É preciso que ela se estabeleça sob a perspectiva da inclusão massiva destes alunos, pois meramente colocar os alunos nas salas e não garantir uma educação que leve em consideração as suas especificidades se torna um fator de exclusão do mesmo e perpetuação de paradigmas conservadores de educação.

É preciso se debruçar sobre a temática da gestão em uma escola pública de ensino fundamental no Brasil. A gestão escolar deve ser entendida como

aquela que é praticada por múltiplas pessoas, de tal forma que a direção necessita atender a diferentes objetivos simultâneos da comunidade que a elegeu e do órgão central sob a qual é subordinada.

A gestão escolar então, se torna um importante fenômeno coletivo fortemente influenciado por um mecanismo democrático. A eleição de diretores e a atuação do Conselho de Escola implica na perpetuação de aspectos políticos e disputas de poder que, em certa medida, fortalecem a prática da gestão escolar.

Portanto, essa dinâmica da gestão escolar em uma escola pública com grande vulnerabilidade social sofre forte influência pelo fato de a unidade de ensino possuir múltiplos atores, como também dificuldades partidas dessa diversidade no seu cotidiano.

É certo que as condições de gestão democrática nas escolas públicas de ensino fundamental no Brasil estão em processo de desenvolvimento. O desenvolvimento de um ambiente democrático foi a variável de maior crescimento, o que permite entender que docentes e gestores escolares estão produzindo condições mais horizontais para o diálogo e para a lida com os conflitos e os problemas do cotidiano escolar.

Em cada escola, o gestor assume a condição de liderança e observando as relações interpessoais e pensando em melhorias para a formação de uma boa equipe de trabalho. É essencial a formação contínua desse profissional, que enfrenta cotidianamente uma diversidade de questões, conflitos e problemas.

Partindo da aproximação com este ambiente educa-

tivo, o presente artigo pretende compreender como é complexo o início de um trabalho de gestão quando este acontece sem o apoio necessário. Nesse sentido, no enfrentamento dos desafios contemporâneos, a gestão escolar não pode se valer apenas de sua formação inicial, mas necessita de uma formação que jogue luz a outras realidades e que possibilite análises coletivamente construídas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dis-

por sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Ministério da Educação, 1996.

LÜCK, H. A Gestão Educacional: uma questão paradigmática. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

PARO, V. H. Administração Escolar: introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

PARO V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, 2010.

SOUZA, A. R. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, p. 159-174, 2012.

WATSON, T. J. Organização e trabalho em transição: da lógica “sistêmico-controladora” à lógica “processual-relacional”. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, p. 14-23, 2005.

WATSON, T. J. The Emergent Manager and Processes of Management Pre-learning. Management Learning, v. 32, n. 2, p. 221-235, 2001.

USO DE ARTIVISMOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

USE OF ARTIVISM IN THE CONTINUOUS TEACHER EDUCATION FROM A POPULAR EDUCATION PERSPECTIVE

Angela Aparecida Almeida¹

Resumo: O presente artigo anseia mostrar aspectos da formação continuada de professores, utilizando práticas de ativismo em uma perspectiva da educação popular. São apresentados diversos conceitos, bem como pesquisas e dados relacionados aos temas abordados. Carlos Brandão, Cláudia Zamboni, Maria da Glória Gohn, Osmar Fávero, Paulo Freire, Vera Regina Boccato são alguns dos autores que dão aporte aos temas, bem como David Buckingham, pesquisas do Insti-

tuto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, entre outros.

Palavras chaves: Ativismo. Educação, Educação Popular, Formação de Professores

Abstract: This article aims to show aspects of the continuing education of teachers, using activism practices from a popular education perspective. Several

1 UFTM



concepts are presented, as well as research and data related to the topics covered. Carlos Brandão, Cláudia Zamboni, Maria da Glória Gohn, Osmar Fávero, Paulo Freire, Vera Regina Boccato are some of the authors who contribute to the themes, as well as David Buckingham, research from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira, from the Regional Center for the Development of the Information Society, among others.

Keywords: Artivism. Education, Popular Education, Teacher Training

INTRODUÇÃO

O Censo da Educação Básica realizado pelo INEP (2018) mostrou que, no ensino fundamental brasileiro atuam 1,4

milhões de professores (sendo que 762,9 mil nos anos iniciais e 763,8 mil nos anos finais). Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 78,5% têm nível superior completo (77,3% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2% bacharelado), 6,3% estão cursando o ensino superior completo e 11,0% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,3% com nível médio ou inferior. E ainda, de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2019), entre 2014 e 2019 foram ofertadas, em cursos de graduação, 6.029.702 vagas presenciais e 10.395.600 vagas à distância. Os dados mostrados pelo INEP são referentes à educação considerada formal. Esta, como definida em Cazelli e Coimbra (2013), é aquela promovida nas instituições, que possui regras muito bem definidas e que deter-

minam o conteúdo a ser aprendido nas grades curriculares.

Outra modalidade de educação a ser considerada é a “não formal”. O termo educação não formal começou a ser usado nos finais da década de 1960, época de conjeturas políticas e sociais propícias à criação de novos espaços educativos (BELLE, 1982). Assim, “começava a tomar corpo outro setor da Educação que se deslocava da formalidade da escola, reconhecidamente em crise” (CAZELLI; COSTA; MAHOMED, 2010, p. 584).

É neste deslocamento da educação para longe das barreiras impostas pelas regras das instituições que se constituiu a chamada educação popular. Conforme Brandão (2006), a primeira experiência de educação com as classes populares, a que se deu, sucessivamente, o nome de educação de base (no MEB, por

exemplo), de educação libertadora e mais tarde de Educação Popular, surge no Brasil no começo da década de 1960.

Em um artigo publicado em 2007, Maria da Glória Gohn afirma que

a educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que pos-

sibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2007, p.27)

Esta característica da educação não formal que desenvolve várias dimensões do ser humano na sociedade traz consigo a possibilidade de se trabalhar com “ativismo”, em busca de uma formação docente continuada de formas variadas, longe do modelo padrão seguido há tantos anos. O ativismo procura gerar acontecimentos que rompam a estrutura da comunicação convencional (Aladro-Vico, Jivkova-Semova; Bailey, 2018). Uma possível definição deste termo é avançada por Raposo:

A sua natureza es-

tética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Ativismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística - nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística. (RAPOSO, 2015, p. 3)

De tal modo, existem ativismos circulando em diferenciados espaços, unindo resistências, arte e criatividade. Com intuito de transformar, as pessoas envolvidas chamam a atenção para todo tipo de assunto, a fim de promover tensões,

fissuras e a viabilização de novas formas de ser e existir no mundo. Quanto ao espaço de ação das práticas artivistas, vale salientar que elas ocorrem em variados espaços. E por que não, no espaço destinado à formação de professores?

Assim sendo, o objetivo deste artigo é analisar aspectos da educação popular que possam ser trabalhados na formação continuada de professores com uso de artivismos, a fim de promover um debate de ideias sobre iniciativas que visem superar a lógica educacional hegemônica. O problema encontrado foi: como criar projetos que trabalhem a formação continuada de docentes numa perspectiva popular unindo criatividade, arte e ativismo?

REFERENCIAL TEÓRICO

Cultura e educação popular

por Paulo Freire

Brandão & Fagundes (2016), afirmam que a discussão sobre cultura e educação popular, assentou-se no Brasil em movimentos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. O país iniciou um período de redemocratização com bastante tensão por causa da dualidade representada pelo capitalismo dos Estados Unidos e da proposta socialista representada pela então União Soviética, China e Cuba.

Ainda segundo os autores, as expressões como cultura popular, educação popular e educação de base eram tidas como o bem que o povo teria acesso e, devido ao contexto da época, necessitavam de reconhecimento de suas atividades. Assim, um projeto político educacional foi sendo organizado a fim de que a ordem das relações de poder e a



vida do país fossem conseguidos pelas mãos do povo. Seria uma educação para tomada de consciência, que nem sempre é bem visto pelas camadas que detém o poder. Porém, como diz Gullar, a consciência esperada da educação popular “[...] é compreender que o problema do analfabetismo, como a deficiência de vagas nas Universidades, não está desligado da condição de miséria do camponês, nem da dominação imperialista sobre a economia do país”. (GULLAR, 1983, p. 51).

Além disso, Fávero (1983) explica que o sentido de cultura popular não é um meio político de preparação das massas para conquistar o poder, mas um profundo sentido dialético entre cultura popular e libertação humana. Este processo de educação libertadora, por sua vez,

não deveria descuidar do encorajamento do homem e da

mulher para se inserirem e discutirem a problemática da sociedade de seu tempo e, conscientes deles, pudessem, por meio do diálogo constante, superar as prescrições alheias a si, criando, assim, “[...] uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão, que o identificasse com métodos e processos científicos”. (FREIRE, 2003, p. 98).

Tal proposta educativa de Paulo Freire fundava-se na construção de uma consciência crítica, construída na ação e reflexão das mulheres e homens com e no seu tempo. Tal fato só pode ser conseguido através da educação.

Educação emancipatória como forma de resistência

As contribuições de Paulo Freire no campo da resistência foram engendradas a partir da crítica à educação bancária e no movimento de superação pela formulação de uma educação libertadora que se realiza como “[...] um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente” (Freire, 1985, p. 125). No pensamento freireano, todo ser humano é produtor de conhecimento e, portanto, produtor de cultura.

De acordo com Souza (2007), a ação educativa fundada na prática dialógica, possibilita ao ser humano maior poder social, maior poder de intervenção para transformar as situações degradantes e permite aos sujeitos a busca permanente de ações e reações de solidariedade, respeito e responsabilidade com eles

mesmos, com os outros e com o mundo.

A fim de manter a resistência em relação às situações degradantes, opressoras ou de conflitos, pode-se analisar a educação popular em Paulo Freire pelo fato de que o autor nutre anseios por uma educação potencializadora de mudanças sociais, onde afirmava que “é preciso que a educação dê carne e espírito ao modelo de ser humano virtuoso que, então, instaurará uma sociedade justa e bela” (Freire, 1989, p. 28).

Arte, Artivismo e a formação continuada de professores

Na atualidade, não se pode pensar em nenhuma prática social, educativa ou laboral em que não haja tecnologia empregada. De acordo com a pesquisa TIC Educação - Professores, rea-

lizada pela CETIC.BR (2019), entre os temas de interesse entre os professores na busca por cursos e palestras, os mais citados são o uso de tecnologias em sua própria disciplina de atuação (65%), o uso de tecnologias em novas práticas de ensino (65%) e formas de orientar os alunos sobre o uso seguro do computador, da Internet e do celular (57%). De acordo com a pesquisa, 90% dos professores afirmaram que aprenderam sozinhos a usar as tecnologias, 87% deles buscaram orientação dos parentes e familiares e 82% procuraram a ajuda dos pares. A busca por vídeos e tutoriais online sobre o uso das TIC nas práticas pedagógicas cresceu 16 pontos percentuais entre 2015 (59%) e 2018 (75%).

A pesquisa citada mostra que é relevante a busca de professores por atualizações e novas práticas de ensinar e aprender. A

modernidade foi agraciada com o advento da Internet, da cibercultura, onde as informações estão conectadas e podem ser acessadas facilmente. A tecnologia pode mediar as formas de pensar ou expressar em todos os sentidos, inclusive na Arte, “atento ao desenvolvimento tecnológico e científico, o artista vai incorporando novas ferramentas, que são meios diferentes de trabalho, buscando nas diversas áreas do conhecimento um compartilhar de ideias” (ALMEIDA, 2003, p. 75).

É neste movimento artístico e transdisciplinar que o ativismo pode contribuir para práticas mais criativas na formação de professores na atualidade. Buckingham e Banaji (2006) sugerem que, na educação, as definições de criatividade que tiveram mais efeitos nos últimos 50 anos foram aquelas que casaram

criatividade e imaginação, adotando uma abordagem inclusiva, sugerindo que todos têm potencial para criatividade, pois é um aspecto fundamental de natureza humana.

Tal aspecto criativo, onde o indivíduo é convidado a fazer parte da criação e não somente ser um reprodutor de conteúdos, é o que se deseja utilizando artivismo na formação continuada de professores. Através da busca por suas próprias criações, o professor pode perceber que a serendipidade caminha com ele desde sempre. O termo “serendipidade” é associado à solução de problemas e construção de conhecimento que ocorrem a partir de descobertas fortuitas, ou seja, por acaso. De acordo com Foster e Ford (2003), tal termo foi considerado como parte integrante do processo criativo das Artes e Humanidades, das

Ciências Sociais e de outros campos científicos, entretanto a experiência com tal abordagem pode ser distinta entre diferentes áreas do conhecimento.

Mas como poderiam ser incluídas as práticas de artivismos, neste aspecto criativo, para a formação de professores? Alguns exemplos do que pode ser trabalhado nas diversas esferas da Arte dentro e fora das instituições: oficinas de pinturas, rodas de conversas com criação de painéis, cursos lúdicos variados, arte com materiais reciclados, montagem com colagens, lambe-lambes, grafites com pincéis e/ou giz, artes digitais, memes, banners com ferramentas on-line, quadrinhos, fotonovelas, vídeos, podcasts, charges, fotografias, performances, poesias, entre outros. Tudo que possa tornar o processo mais interessante, menos enfadonho para o professor,

que já tem tanto a processar durante todas as suas horas de trabalho.

Para Torre (2011), a criatividade no contexto educacional está além dos aspectos cognitivos: é uma questão de atitude do ser, ao realizar o bem a si mesmo e ao outro, de forma a abranger o contexto social. É este tipo de formação engajada que se pretende usando o ativismo aliadas às concepções de educação popular.

METODOLOGIA

O processo de seleção e formação do corpus de análise para a realização desta pesquisa se deu através de pesquisa bibliográfica. Segundo Bauer e Aarts (2002), o corpus de um tema é composto pelos materiais (conjunto de documentos) identificados como fontes importantes para que o pesquisador possa

fundamentar seu texto, adequado ao caráter científico necessário à sua escrita. Isto posto, foi feita uma pesquisa bibliográfica, a fim de mapear conceitos de todos os temas abordados, além de ensaios alusivos ao ativismo.

Este tipo de pesquisa caracteriza-se por ser uma revisão da literatura em relação às principais teorias que conduzem o trabalho científico. Esta investigação é chamada de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet, etc. Conforme esclarece Boccato,

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o co-

nhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266)

A pesquisa bibliográfica se iniciou com a busca e organização das informações nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>). Um dos requisitos de busca foi

temporal, limitando aos últimos dez anos. Todos os termos foram pesquisados apenas no título e os recursos associados a estes termos foram artigos, dissertações e teses.

Por conseguinte, na base de dados da Capes com os termos “formação” e “professores” (ambas as palavras) nos títulos, mostra cerca de 2300 artigos, 21 livros e 12 teses publicados nos últimos dez anos. Já quando se troca os termos para “formação” e “continuada”, com os mesmos critérios, encontra-se 575 artigos, 01 livro e nenhuma tese ou dissertação. O termo “ativismo” aparece citado em 61 artigos e uma tese. Já a pesquisa por “educação popular” possui cerca de 630 artigos. Através do resumo dos artigos foram escolhidas as leituras que poderiam servir de aporte para o desenvolver do presente trabalho.



Esta revisão bibliográfica foi realizada ao longo da pesquisa e de acordo com a necessidade de interpretação dos conceitos e temas abordados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da literatura consultada, deu-se ênfase, neste estudo, à análise dos aspectos considerados fundamentais para se compreender que a formação continuada de professores pode ser mais dinâmica, interativa, criativa, emancipatória e transformadora. Buscou-se refletir acerca das práticas diversas utilizadas na educação popular, alinhando-as com processos de ativismo, a fim de compreender a importância da inovação educacional e das metodologias que incorporam a criatividade no processo de ensinar, sendo fundamental a percepção docente de

que o conhecimento é um contínuo aprender.

O que se pretende com o uso de ativismos atrelados às ideias da educação popular é a possibilidade de uma formação que vise à valorização dos potenciais criativos e das capacidades de organizações de práticas educativas, orientadas ao desenvolvimento do ser humano, ambicionando o bem coletivo individual, social e geral. Segundo Torres (2011), tal visão de formação continuada se configura na concepção formativa emancipatória, por ter como proposição uma educação transformadora, baseada em mudanças de consciência, valores, potenciais humanos e competências para a vida.

É necessário, portanto, que o professor se engaje criativamente em seu próprio aprendizado, motivado por uma formação mais dinâmica, interessante,

criativa, que o estimule a sair da zona de “des”conforto que existe na formação continuada tradicional hegemônica. De tal modo, ele estará contribuindo na construção subjetiva de saberes que se manifestam nas relações e nas práticas sociais, que vai refletir positivamente em sua prática pedagógica em sala de aula.

Analisa-se então, que a ação da educação popular aliada à práticas de ativismo, voltadas à formação continuada de professores pode ser prazerosa, de grande aprendizado, alegre, divertida, criativa, respeitando os conhecimentos anteriores dos indivíduos, de suas diferenças e condições humanas, culturais e sociais, a fim de emancipá-los pedagogicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRO-VICO, E.; JIVKOVA-SEMOVA, D.; BAILEY, O. Artivism: a new educative language for transformative social action. *Comunicar*, v. 26, n. 57, p. 9-18, 2018.

ALMEIDA, C. Z. As relações arte/tecnologia no ensino da arte. In: PILLAR, A. D. (org.). *A educação do olhar no ensino das artes*. Porto Alegre: Mediação, 2003.p. 73-75

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. [In]: BAUER, martin; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELLE, T. J. Formal, non formal and informal education: a holistic perspective on lifelong



education. *International Review of Education*, v. 28, p. 159-175, 1982.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, SP*, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRANDÃO, C. R. *O que é Método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R ; FAGUNDES, M. C.V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. *Educar em Revista*, n. 61, p. 89–106, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602016000300089>. Acesso em: 1 Feb. 2021.

BUCKINGHAM, D; BANAJI, S. *A retórica da criatividade: uma revisão da literatura*. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/527681/The_Rhetorics_of_creativity_a_review_of_the_literature. Acesso em: 02 fev. 2021.

CAZELLI, S.; COIMBRA, C. A. Q. Proposta para a avaliação da prática pedagógica de professores. *Ensino em Re-Vista, Uberlândia: UFU*, v. 20, n. 1, p. 133-148, jan./jun. 2013.

CAZELLI, S; COSTA, S.F; MAHOMED, C. O que precisa ter um futuro professor em seu curso de formação para vir a ser um profissional de educação em museus? *Ensino Em-Revista, Uberlândia*, v. 17, n. 2, p. 579-595, 2010.

CETIC.BR - Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. TIC Educação - Professores. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/tics/educacao/2019/escolas-urbanas-professores/>>. Acesso em: 1 Feb. 2021.

FÁVERO, O. (Org.). Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FREIRE, P. The politics of education: culture, power, and liberation. Westport, CT: Bergin and Garvey, 1985

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 2003.

FOSTER, Allen; FORD, Nigel. Serendipity and information seeking: an empirical study.

Journal of Documentation, v. 59, n. 3, p. 321-340, 2003. DOI: 10.1108/00220410310472518.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003>. Acesso em: 1 Feb. 2021.

GULLAR, F. Cultura popular. In: FÁVERO, O. (Org.). Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60 . Rio de Janeiro: Graal , 1983.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica. 2018. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/>



publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2018.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

RAPOSO, P. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. Cadernos de Arte e Antropologia, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015.

SOUZA, J. F. E a educação popular: Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive

escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Bagaço, 2007. 424 p.

TORRE, S; ZWIEREWICZ, M; FURLANETTO, E.C. (orgs.). Formação docente e pesquisa interdisciplinar – criar e inovar com outra consciência. Blumenau: Nova Letra, 2011.

MATERNIDAD SUBROGADA EN MÉXICO

MATERNITY SUBROGADA IN MEXICO

Valeria Bejarano Morales

José Antonio Morales Notario

Resumen: En el presente artículo realizamos un análisis de como la maternidad subrogada es contemplada en México, puntualizamos y buscamos una explicación concisa de los conceptos generales de maternidad y la subrogación; con miras a una perspectiva ciudadana, dada la poca divulgación y la escasa regulación del tema dentro de las leyes mexicanas. Así mismo mencionar los pormenores de los estados quienes se han encargado de profundizar o, al menos, regular ciertos puntos de dicha práctica médica. Es importante visualizar que, en un determinado momento, la maternidad subrogada será

practicada con más frecuencia a fin de satisfacer las necesidades de mujeres y/o parejas quienes recurren a este método para traer consigo una vida y así formar un modelo de familia de manera más fácil y más acercado a la naturalidad posible, dejando de lado las diferentes creencias de nuestra sociedad respecto a gestación subrogada y el uso de elementos tecnológicos en la concepción. Es importante tener en cuenta el indispensable papel volitivo de una mujer que accede a prestar y/o rentar su vientre; ya que en diversos casos de estudio, así como en antecedentes suscitados (tal es el caso de Baby M),



las madres sustitutas se niegan a entregar él bebe a los padres contratantes, lo que genera controversia y disputas legales, que a falta de regulación, no pueden ser atendidas de manera correcta.

Palavras-chave: Barriga de aluguel. Maternidade. Gestação. Legalidade. Puerpério.

Abstract: This is an analysis of how surrogacy in motherhood is contemplated in Mexican legislation, it is specified and searched for a concise explanation of the general concepts of motherhood and surrogacy; that with a view to a citizen perspective, given the little disclosure and the scant regulation of the subject within Mexican laws. Likewise, it is mention the details of the state's legislation that have been in charge of deepening or, at least, regulating certain points of said

medical practice. It is important to visualize that, at a certain moment, surrogacy will be practiced more frequently in order to satisfy the needs of women or couples who resort to this method to bring a life with them and thus form a family model in a more effective way. Easy and closer to the naturalness possible, leaving aside the different beliefs of our society regarding surrogacy and the use of technological elements in conception. It is important to take into account the indispensable volitional role of a woman who agrees to lend or rent her womb; since in various case studies, as well as in the antecedents raised (such is the case of Baby M), the surrogate mothers refuse to deliver the baby to the contracting parents, which generates controversy and legal disputes, which in the absence of regulation, they cannot be taken care of

in a correct way.

Keywords: Surrogate. Maternity. Gestation. Legality. Puerperium.

Introducción

El objetivo principal del presente artículo es la comprensión de la realidad respecto a la Maternidad Subrogada, ya que es un tema en la actualidad, que sufre de la escases de regulación en cada uno de los Estados de la República Mexicana y diferentes países en el mundo, ya que en la mayoría de los casos, influyen factores como la ideología, las creencias morales y religiosas, sin dejar de mencionar la subsecuente falta de información, comunicación intrafamiliar y el abuso respecto a la ignorancia común del tema.

Para el presente artículo

lo nos basamos en información precisa dentro de un sentido más amplio, desde el conjunto de dos temas en particular como lo es la Maternidad en general y la Subrogación, entendida ésta última como la transferencia de derechos y obligaciones hacia una o dos personas en particular, creando así un concepto claro y preciso de la Maternidad Subrogada en conjunto; revisando sus antecedentes, los cuales dan inicio en 1975 hasta la actualidad con uno de sus casos más sobresalientes a lo largo de la historia de la maternidad subrogada, por lo cual haremos una breve reseña histórica y antológica respecto a las denominaciones que ha tenido el concepto, así como los generales históricos de los casos más relevantes en materia.

Asimismo, analizamos el contrapunto de las leyes mexicanas que contemplan dentro



de su normatividad legal como aprobatorias y prohibitivas las diversas variantes que circunscriben la renta legal de un vientre y entrega de un producto; y que en un enfoque comparado se confrontan diferentes legislaciones como lo son Tabasco, Sinaloa, Distrito federal, Coahuila y Querétaro.

Concepto de Maternidad Subrogada.

En la maternidad existen dos términos muy comunes para referirse al proceso reproductivo de la mujer como el embarazo y la gestación. La maternidad es considerada dentro de la legislación laboral y de seguridad social ya que abarca periodos como la lactancia y puerperio. (Kurczyn Villalobos, 2004)

Jurídicamente, la Maternidad tiene la naturaleza de un

hecho jurídico que está relacionado con la reproducción de un ser humano, de la que surgen derechos y obligaciones relativos al propio hecho natural, por lo cual las mismas deben ser consideradas como intrínsecas, mientras que la subrogación es la figura jurídica que trata del reemplazo de las obligaciones hacia otras personas como una sucesión. (Arámbula Reyes, 2008). De ahí que el concepto de maternidad subrogada pueda ser considerado como el estado de gestación que consiste en la transferencia de embriones humanos de una mujer para la unión de un ovulo o un espermatozoide con la finalidad que el producto sea entregado a otra persona o pareja. (Bautista, México)

La subrogación de la maternidad puede considerarse parcial o total, siendo que la total existe cuando una mujer es inse-

minada y aporta sus propios óvulos y después del parto entrega el producto de la concepción; mientras que la subrogación parcial consiste en que una mujer aporta el ovulo, otra mujer diversa es la gestante y una tercera mujer, por lo general, la contratante, se queda con el producto, surgiendo así una “maternidad fragmentada”, pues existe en este supuesto una ruptura en el proceso de embarazo y gestación, lo que origina, en especie: una madre sustituta, una subrogada y una contratante.

Para el caso del Estado de Tabasco, la legislación contenida en el Código Civil vigente, estos conceptos se describen de siguiente manera:

“Se entiende por madre gestante sustituta, la mujer que lleva el embarazo a término y proporciona el componente para la gestación, más no el componente gené-

tico. Por el contrario, la madre subrogada provee ambos: el material genético y el gestante para la reproducción. Se considera madre contratante a la mujer que convenga en utilizar los servicios de la madre gestante sustituta o de la madre subrogada, según sea el caso (H. Congreso del Estado de Tabasco, 22 de febrero de 2021.).

Cabe destacar que si bien la legislación tabasqueña contempla los supuestos de lo que hemos llamado “maternidad fragmentada”, ello no contempla dos variantes prácticas de la misma: la comercial, que consiste en el pago que se le otorga a la mujer inseminada, y la altruista, que consiste en que la mujer no reciba una compensación económica por la gestación. (H. Congreso



del Estado de Sinaloa, 2021)

Causas de origen.

La maternidad subrogada surge a consecuencia de las técnicas de reproducción asistida, otorgándoles la oportunidad aquellas personas o parejas que no pueden tener hijos propios. Lo que a lo largo del tiempo han procreado por sí mismo conflictos sociales, éticos, religiosos y jurídicos.

Analizando esto de manera particular, es de resaltar, en primer lugar y más común en la mayoría de los casos, los problemas de infertilidad y esterilidad en varones como mujeres; teniendo las últimas algunas variantes de incapacidad como en el caso en que una mujer es estéril pero su ovulo es apto para realizar la fecundación; cuando una mujer es infértil, por lo que no puede

gestar pero su ovulo sirve para la fecundación y cuando el ovulo de la mujer no es apto para la fecundación y por medio de una donadora de ovulo solicita a otra que geste el misio y dé a luz a un bebe.

Otro de los casos poco comunes, se da por razones de estética; cuando una mujer no quiere embarazarse por razones físicas, pero si quiere tener un hijo propio o la fecundación post mortem, cuando la mujer muere y deja un embrión congelado y con los derechos para ser usados por un tercero.

De los medios más modernos y utilizados se encuentra que se utiliza para las personas solteras o parejas homosexuales quienes pactan con la mujer contratada la inseminación artificial o en su caso, una mujer que decide contratar a otra mujer con el fin de someterse al proceso de in-

seminación artificial con sus propios óvulos. (Arámbula Reyes, Maternidad Subrogada, 2008)

Antecedentes.

En el año de 1975, en el estado de California, Estados Unidos; un periódico publicó un anuncio en el cual se solicitaba una mujer para ser inseminada artificialmente, a pedido de una pareja estéril; quienes por este servicio ofrecían una cierta remuneración económica (Cano, 2008). A partir de ese mismo año, la maternidad subrogada obtuvo diversas denominaciones, tales como: alquiler de vientre, alquiler de útero, arriendo de útero, arrendamiento de vientre, donación temporaria de útero, gestación por cuenta ajena o por cuenta de otro, gestación de sustitución, gestación subrogada, madre portadora, maternidad sustituta,

maternidad de sustitución, maternidad suplente, maternidad de alquiler, maternidad de encargo, madres de alquiler, madres portadoras y vientre de alquiler. (Arámbula Reyes, “Maternidad Subrogada”, 2008)

En 1987, en Gran Bretaña, la señora Kim Cotton aceptó ser madre portadora, utilizando la técnica de inseminación artificial con semen del marido de una pareja comitente. El acuerdo se efectuó merced a las gestiones realizadas por la agencia Surrogate Parenting Association que cobró por este servicio, la suma de 14.000 libras.

Posteriormente, un funcionario del Servicio Social Gubernamental realizó la denuncia ante los tribunales, los cuales decidieron que el menor permaneciera bajo la custodia del hospital en tanto el Tribunal de Menores se pronunciara, con ello, la Corte

Superior Civil de Londres decidió que el menor debía ser entregado a la pareja contratante mediante el correspondiente trámite de adopción.

En Australia surgió el caso, en el cual la madre gestante se negó a entregar al niño a la pareja comitente. La madre se justificó diciendo: “Al principio es fácil ser idealista, creo que empecé a lamentarme cuando noté sus primeros movimientos, a veces los hombres están desesperados por tener hijos, tienen grandes planes para su hijo y heredero, no quiero que mi hijo tenga que cumplir estas expectativas o se sienta presionado para cumplir los deseos y sueños de otro”. A raíz de este caso, se aprobó una ley que impide a los donantes tanto de espermatozoides como de óvulos reclamar el estado de paternidad o maternidad. (Cano M. L., 2016)

La normatividad en México.

El artículo 4º de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, establece que en México toda persona tiene derecho a decidir sobre el número y esparcimiento de sus hijos de manera libre, responsable e informada; extendido en un amplio sentido a las personas mayores de edad, ya que estas son quienes legalmente pueden ejercer el derecho de decidir sobre el número de hijos en que conformaran su familia, así como de concebirlos por medio de la reproducción humana asistida; asimismo, ésta práctica está entendida como un método de la libre reproducción humana; sin embargo, en nuestro país no se encuentra totalmente regulada la maternidad subrogada, ya que en la mayoría de los Estados de la República Mexicana es considerada como una

práctica prohibida.

Dentro de los Estados en los que su regulación hace referencia al supuesto de maternidad subrogada, en primer lugar podemos encontrar a Tabasco, legislando sobre el tema dentro de su Código Civil; en segundo lugar Sinaloa, en su Código Familiar; en tercer lugar la Ciudad de México, donde se sabe de la existencia de una iniciativa de decreto, que pretendía aprobar la Ley de Maternidad Subrogada por la Asamblea Legislativa, siguiendo pendiente, hasta el momento, para su publicación en la Gaceta Oficial (Contreras Julián, 2009); en cuarto lugar, se encuentra el Estado de Coahuila, que si bien cuenta con lagunas normativas y hasta Diciembre del 2015, con algunas disposiciones prohibitivas, de manera reciente ha legislado más abiertamente sobre el tema; subsecuentemente, en quinto y

último lugar, Querétaro, que la contempla prohibida, así como los diversos Estados restantes de la República Mexicana. (Briseño Montes & Jurado Parres, 2018)

El artículo 92 del Código Civil para el Estado de Tabasco contempla a la gestación por sustitución y la maternidad subrogada de la siguiente manera:

“En el caso de los hijos nacidos como resultado de la participación de una madre gestante sustituta, se presumirá la maternidad de la madre contratante que la presenta, ya que este hecho implica su aceptación.

En los casos en los que participe una madre subrogada, deberá estarse a lo ordenado para la adopción plena.

Se entiende por madre gestante sustituta, la mujer que lleva el embarazo a térmi-



no y proporciona el componente para la gestación, más no el componente genético. Por el contrario, la madre subrogada provee ambos: el material genético y el gestante para la reproducción. Se considera madre contratante a la mujer que convenga en utilizar los servicios de la madre gestante sustituta o de la madre subrogada, según sea el caso.

Salvo el caso de que se trate de un hijo nacido de una madre gestante sustituta, cuando el hijo nazca de una mujer casada que viva con su esposo, el Oficial del Registro Civil no podrá asentar como padre a otro que no sea el mismo marido, excepto que éste haya desconocido al hijo y exista sentencia ejecutoria que así lo de-

clare.” (H. Congreso del Estado de Tabasco, 22 de febrero de 2021.)

Por lo tanto, al menos para el caso Tabasco, queda totalmente permitida la gestación por sustitución y la maternidad subrogada, ya sea en el caso de que la madre gestante o sustituta sea casada, y el producto quedará bajo la guarda y custodia del esposo, a menos que éste haga del desconocimiento del producto y por consiguiente se dicte una resolución en el juicio conducente. (Briseño Montes & Jurado Pares, 2018)

En el artículo 380 bis 1, del Código Civil para el Estado de Tabasco, alude a la gestación subrogada como gestación por contrato:

La gestación por contrato se efectuará a través de la práctica médica mediante la

cual una mujer gesta el producto fecundado por los padres contratantes, cuando la madre pactante padece imposibilidad física o contraindicación médica para llevar a cabo la gestación de su útero. (H. Congreso del Estado de Tabasco, 22 de febrero de 2021.)

En referencia a las condiciones en que debe encontrarse la gestante, el artículo 380 bis 3, de la ley en comento lo prevé, como lo siguiente:

“La Secretaría de Salud del Gobierno del Estado determinará el perfil clínico, psicológico y social de la “madre gestante” previamente a su contratación, para comprobar que su entorno social sea estable, libre de violencia y su condición física y psicológica

sea favorable para el adecuado desarrollo de la gestación.

Ninguna mujer que padezca alcoholismo, drogadicción, tabaquismo o alguna toxicomanía podrá ser contratada como madre gestante.

Pueden ser contratadas como gestantes sólo las mujeres de entre veinticinco y hasta treinta y cinco años de edad que tengan una buena salud biopsicosomática y que hayan dado su consentimiento de manera voluntaria para ser gestante subrogada o sustituta, habiendo adquirido plena información acerca del proceso, previa a la manifestación de su consentimiento.

La gestante, para poder celebrar contrato de gestación, deberá acreditar, mediante dictamen médico



expedido por institución oficial de salud, que no estuvo embarazada durante los trescientos sesenta y cinco días previos a la implantación de la mórula y que no ha participado en más de dos ocasiones consecutivas en dicho procedimiento; lo que no impediría que pueda donar el óvulo para la fecundación in vitro o portar al producto fecundado en su vientre mediando conocimiento del cónyuge o concubino.

En caso de que la gestante sustituta o su cónyuge demanden la paternidad o maternidad, solamente podrán recibir, previo reconocimiento de su cónyuge, la custodia del producto de la inseminación, únicamente cuando se acredite la incapacidad o muerte

de la madre o padre contratantes.

La voluntad que manifiesten las partes para la realización del contrato de gestación deberá constar de manera indubitabile y expresa. Los derechos y obligaciones que de él emanen son personalísimos, no

habiendo lugar a la representación legal; no obstante las partes podrán ser asesoradas por sus abogados, si así lo requieren. El contrato de gestación lo firmarán la madre y el padre contratantes con la gestante y, si fuera el caso, su cónyuge o concubino, así como un intérprete, de ser necesario, debiendo quedar asentados el lugar, año, mes, día y hora de su otorgamiento. El contrato deberá ser firmado

ante notario público, quien estará obligado a exigir de los contratantes la presentación del dictamen médico que demuestre el cumplimiento de los requisitos y condiciones señalados en los párrafos primero a cuarto de este artículo.

Las instituciones y clínicas de reproducción humana asistida, así como el personal médico especializado en esta materia, deberán estar previamente acreditados y autorizados por la Secretaría de Salud del Gobierno del Estado para la prestación de esos servicios; las clínicas deberán contar con la licencia sanitaria correspondiente.

Las instituciones que realicen este procedimiento y el control prenatal, deberán enviar un informe men-

sual a la Secretaría de Salud del Gobierno del Estado, con copia del expediente clínico conforme a la legislación federal aplicable a la materia, además de lo que señale la legislación estatal.

Las instituciones que brinden atención obstétrica, resultado del procedimiento de reproducción asistida, deberán informar el nacimiento a la Secretaría de Salud del Gobierno del Estado, durante las primeras veinticuatro horas de ocurrido el mismo y el tipo de atención brindada; esta notificación deberá incluir la copia del certificado de nacimiento del o los recién nacidos.” (H. Congreso del Estado de Tabasco, 22 de febrero de 2021.)

Por otro lado, en el ar-

título 380 bis 4, de la legislación multicitada, señala las causas de nulidad del contrato antes mencionado, por cual son:

Cuando exista algún vicio de la voluntad relativo a la identidad de la persona, cuando no cumpla con los requisitos y formalidades requeridos por el código civil del estado, cuando se establezcan cláusulas que atente contra la vida e identidad del niño y dignidad humana, cuando intervengan agencias, despachos y terceras personas. (H. Congreso del Estado de Tabasco, 22 de febrero de 2021.)

En Tabasco, la celebración de un contrato de gestación solo pueden ejercerla los ciudadanos mexicanos que gocen del pleno ejercicio de sus derechos y el asentamiento del recién nacido

se realiza mediante la figura de adopción aprobada por un juez competente.

En el Estado de Sinaloa, se incorpora al Código Familiar la Reproducción Humana Asistida y la Gestación Subrogada, estableciendo como principio que la donación de células germinales no genera parentesco entre el hijo donante y el hijo resultado de la reproducción asistida. Relativo a la filiación consanguínea, surge de la relación genética que existe entre dos personas por el solo hecho de la procreación con material genético de ambos padres.

La maternidad subrogada se efectúa a través de la práctica médica mediante la cual, una mujer gesta el producto fecundado por un hombre y una mujer, cuando la mujer, padece imposibilidad física o contraindicación médica para llevar a

cabo la gestación en su útero y es subrogada por una mujer gestante que lleva en su útero el embrión de los padres subrogados, cuya relación concluye con el nacimiento. (H. Congreso del Estado de Sinaloa, 2021)

En este sentido, en la iniciativa del Código Civil para el Estado de Tabasco y el Código Familiar para el Estado de Sinaloa existe coincidencia en el término del acuerdo de voluntades entre las partes; asimismo desataca que, si la madre gestante adquiere alguna enfermedad derivada del procedimiento de gestación, tendrá el derecho de demandar a los padres contratantes para el pago en su totalidad de los gastos médicos. (Briseño Montes & Jurado Parres, 2018)

Mientras tanto, en el Es-

tado de Coahuila se contempla a la maternidad subrogada dentro de la Ley para La Familia de Coahuila de Zaragoza, estableciendo un apartado denominado “De la Filiación resultante de la reproducción humana asistida”, cabe recalcar que no se contempla a la maternidad sustituta o subrogada; sin embargo, el texto normativo regula lo siguiente:

“Se entiende por asistencia médica para la fecundación las prácticas clínicas y biológicas que permiten la concepción in vitro, la transferencia de embriones y la inseminación artificial, así como toda técnica de efecto equivalente que permita la fecundación fuera del proceso natural” (H. Congreso del Estado Independiente, Libre y Soberano de Coahuila de Zaragoza, 27 de noviembre de 2020).

Por otra parte, como lo habíamos mencionado con anterioridad, en el Estado de Querétaro, lo relativo a la maternidad asistida, es contemplado de manera prohibitiva dentro de su respectivo Código Civil; esto de la siguiente forma:

“Las parejas adoptantes de embriones no podrán procurar la maternidad asistida o subrogada, ni contratar el vientre de una tercera mujer para la gestación del embrión” (H. Congreso del Estado de Querétaro, 2020)

Cabe destacar que en ninguno de los Estados mencionados, en particular Sinaloa y Tabasco, existe como tal algún modelo de contrato que se utilice para esta práctica; mucho menos uno que este regulado en su totalidad; sin embargo, en el Estado

de Tabasco se han presentado un sinnúmero de casos en los cuales se realizó un contrato mediante Notario Público, mismo que encarga de que en dicho contrato se tomen en cuenta artículos o legislación que regulen hasta en ciertos puntos esta práctica, para así darle fe y legalidad ante un Juez competente.

La mayoría de los solicitantes a esta práctica son personas y/o parejas de nacionalidad extranjera, por lo tanto, la mayoría de las madres que arriendan su vientre son de nacionalidad mexicana. Asimismo, hacemos mención de casos que particularmente fueron acatados a los artículos 380 bis 3 y 5 del Código Civil para el Estado de Tabasco.

- Caso Wneyu W. de nacionalidad taiwanesa, naturaliza estadounidense; quien contrato a Marisol B. mediante técnica de reproducción asisti-

da de gestación por sustitución, el registro de un menor nacido en Villahermosa, Tabasco. En el cual, el contrato fue firmado el 22 de diciembre de 2015, y el bebé nacido el 17 de noviembre de 2016. El procedimiento se realizó el 14 de marzo de 2016. La solicitud de inscripción se realizó el 18 de noviembre de 2016 y fue regulado por el artículo 380 Bis 5 segundo párrafo, fracción V.

- Caso Marco Antonio R. de nacionalidad española, quien contrato a María Magdalena M, mediante la Gestación por sustitución y solicito el registro de un menor nacido en Villahermosa, Tabasco el 2 de diciembre de 2016. El contrato se firmó el 18 de noviembre de 2015, el procedimiento se inició el 25 de marzo de 2016. Regulado por el artículo 380 Bis 5 segundo párrafo, fracción V y el 380 Bis 6.

- Caso Yarin C. de nacionalidad israelí, quien contrato a Graciela C. mediante la gestación por sustitución, solicitó el registro de dos menores nacidos en Villahermosa, Tabasco el 22 de septiembre de 2016. El contrato se firmó el 30 de diciembre de 2015 y el procedimiento se inició el 20 de enero de 2016. Regulado por el artículo 380 Bis 3 y Bis 5.

Conclusión.

La maternidad subrogada es un proceso mediante el cual una mujer accede a gestar y dar a luz al hijo de una tercera persona o en su caso una pareja, mediante un contrato de por medio. Por lo cual, diversas parejas recurren a naciones o estados donde se les permita acceder a esta práctica, en el caso de México, Tabasco se ha convertido en el principal

estado con la mayor tasa de irregularidades respecto a este tema por la falta de legislación e instrumentos jurídicos que permitan la práctica de una manera más regular y adecuada.

La gestación subrogada da la oportunidad de formar una familia a quienes no la tienen; para algunas personas o parejas infértiles y/o estériles se convierte en un recurso frente a un sistema de adopciones que en muchas veces les resulta ineficiente o tardado, lo cual es una realidad y ocurre en nuestro país.

En muchos de los casos la falta de regulación de las leyes, genera una inseguridad jurídica, pues de lo contrario se aseguraría una práctica totalmente normativa y ética. Ya que en algunos lugares del mundo donde esta técnica de maternidad se encuentra permitida, para muchos es un signo de expresión y libertad

de la mujer para gestar altruistamente y hacer con su cuerpo lo que desee. Mientras que la oposición frente a la maternidad subrogada considera que mercantiliza y cosifica a las mujeres; de igual manera, asumir y aceptar que haya prácticas de gestación altruista y no comercial, es decir que no exista una retribución económica, puede considerarse viable en algunos lejanos supuestos, aunque si se compensa con una remuneración económica básica, mucha gente consideraría dicho acto como un intercambio comercial camuflado.

La mayoría de las personas proponen que sólo puedan gestar para otros, mujeres que tengan una situación económica estable, lo que estaría a la altura de algunas expectativas de quienes lo ven como una libertad individual y un derecho reproductivo, y en contra de quienes lo

ven como la explotación más de la mujer.

Fuentes consultadas.

Briseño Montes, C., & Jurado Parres, H. (2018). Gestación Sustituta y Subrogada en México, Derecho Humano no reconocido Constitucionalmente. México: Debate.

Arámbula Reyes, A. (2008). “Maternidad Subrogada”. Obtenido de Centro de Documentación, Información y Análisis, Cámara de Diputados. : <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/spe/SPE-ISS-14-08.pdf>.

Arámbula Reyes, A. (2008). Maternidad Subrogada. Centro de Documentación, Información y Análisis. Cámara de Diputados, México. Obtenido de <http://www.diputados.gob.mx/sedia/sia/spe/>

SPE-ISS-14-08.pdf.

Bautista, E. (2020). Así es el derecho en México/ Maternidad Subrogada en México y Derechos Humanos. Obtenido de El Sol de México: <https://www.elsoldemexico.com.mx/analisis/asi-es-el-derecho-maternidad-subrogada-en-mexico-y-derechos-humanos-557967.html>.

Cano, M. E. (2008). Breve Aproximación Torno A La Problemática De La Maternidad Subrogada. Persona. México.

Cano, M. L. (2016). Breve Aproximación Torno A La Problemática De La Maternidad Subrogada. Revista Persona.

Contreras Julián, M. (26 de noviembre de 2009). Iniciativa con proyecto de decreto por el que se expide la Ley de Maternidad Su-

brogada del Distrito Federal. México. Obtenido de <http://www.aldf.gob.mx/archivo-3f7e-1195feb6a2a6fc616d1cef522305.pdf>.

H. Congreso del Estado de Querétaro. (01 de junio de 2020). Código Civil de Querétaro. México: H. Congreso del Estado de Querétaro.

H. Congreso del Estado de Sinaloa. (29 de junio de 2021). Código Familiar para el Estado de Sinaloa. Edición Extraordinaria. Sinaloa.

H. Congreso del Estado de Tabasco. (22 de febrero de 2021.). Código Civil del Estado de Tabasco. Decreto 286. México.

H. Congreso del Estado Independiente, Libre y Soberano de Coahuila de Zaragoza. (27 de

noviembre de 2020). Ley para la Familia de Coahuila. México: H. Congreso del Estado Independiente, Libre y Soberano de Coahuila de Zaragoza.

Kurczyn Villalobos, P. (2004). Acoso sexual y discriminación por maternidad en el trabajo.

Mexico: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas.



Gênero e Interdisciplinaridade

